



REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

OTHELO ROSA

EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA

EDUARDO DUARTE

PÔRTO ALEGRE — BRASIL

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Sede: PORTO ALEGRE

DIRETORIA DO INSTITUTO

Presidente honorário:

Desembargador Florencio C. de Abreu e Silva.

Presidente:

Dr. Leonardo Macedonia.

Vice-Presidente:

Prof. Othelo Rosa.

Secretario Perpétuo:

Dr. Eduardo Duarte.

2.º Secretario:

Prof. Valter Spalding.

Orador:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

Tesoureiro:

Prof. Afonso Guerreiro Lima.

Bibliotecário:

Prof. Valter Spalding.

COMISSÕES PERMANENTES.

Fundos e Orçamentos:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

Prof. Jorge Bahlis.

Dr. Lindolfo Collor.

Clemenciano Barnasque.

HISTÓRIA:

Prof. Othelo Rosa.

Dr. Darcy Azambuja.

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa

Cel. Aurelio Porto.

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL



II TRIMESTRE
ANO XIX

Comissão de Redação:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA
OTHELO ROSA
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOÇA
EDUARDO DUARTE

PÔRTO ALEGRE
= 1939 =

1939

Officinas Gráficas da LIVRARIA DO GLOBO
Barcellos, Bertaso & Cia. — Pôrto Alegre
Filiais: Santa Maria e Pelotas

Coronel J. C. Rego Monteiro

Faleceu o Coronel Rego Monteiro!

Esta notícia desoladora nos foi dada, por telegrama, na tarde de sábado 17 de junho corrente.

Com o desaparecimento do ilustre coronel engenheiro perdem as letras históricas do Brasil um de seus mais devotados e honestos batalhadores.

Colheu-o a morte após pouco mais de ano de crueis sofrimentos, no cargo de Diretor do Arquivo Militar.

Trabalhador infatigável, reformado há alguns anos, não se entregou, contudo aos ócios da reforma. Bem ao contrário: iniciou nova vida de trabalho intenso no terreno da história e dessa sua atividade e devotamento, algumas obras notáveis, e varios estudos não menos notáveis nos deu, os quais estão, em grande parte, publicados nesta Revista. Destes, menção especial merece o estudo-tese apresentado ao Congresso do Instituto Histórico Brasileiro, em 1938, inserto no I trimestre do corrente ano, desta Revista — **As primeiras reduções jesuíticas no Rio Grande do Sul.**

Este magnífico estudo foi o último trabalho que saiu de sua pena brilhante.

Em 1935 publicou — **Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777).** — Imprensa Militar, Rio de Janeiro.

Em 1937 saiu dos prelos da Livraria do Globo, editada pelo Governo do Estado, a monumental obra em 2 volumes — **A Colônia do Sacramento.**

Nessa obra o coronel Rego Monteiro exgotou o assunto.

Ainda em 1937 apresentou ao II Congresso de História e geografia Sul Riograndense realizado na cidade do Rio Grande, a 19 de fevereiro, duas magníficas teses: **A formação do**

Regimento de Dragões do Rio Grande de São Pedro — e — Fortificações do Canal e cidade do Rio Grande, — publicados no II volume dos respectivos Anais do II Congresso.

Tinha em mãos, ao adoeecer, vários estudos sôbre história e geografia.

*
* *

Nasceu o Coronel Jônatas da Costa Rego Monteiro na atual cidade de São Gabriel, a 21 de junho de 1869, sendo descendente, em linha reta dos primeiros povoadores do Rio Grande do Sul.

Damos, a seguir, em rápido escôrço a genealogia do illustre Militar que pertenceu ao Instituto Histórico Brasileiro e ao nosso Instituto Histórico e Geográfico na categoria de correspondente.

Dionísio Rodrigues Mendes, c. c. Beatriz Barbosa Rangel. — Filhos: Manuel Rodrigues Rangel, Antônio Rodrigues Barbosa, Francisco Rodrigues Barbosa, Maria Teresa Rodrigues.

Antônio Rodrigues Barbosa, c. c. Teodora Maria de Jesus. Nascido em 1747, em 1772 era praça da guarda da Encruzilhada, de que foi comandante Rafael Pinto Bandeira. Quando deixou a Legião de cavalaria exercia o posto de furriel. (Gal. Borges Fortes — Troncos seculares.) Foi briosíssimo militar. Filhos: Manuel Rodrigues Barbosa, Antônio Rodrigues Barbosa, Maria Angélica, mais duas filhas cujos nomes se perderam, José Rodrigues Barbosa, Francisco Rodrigues Barbosa, João Batista Barbosa, Joaquim Rodrigues Barbosa e Comba de Jesús Barbosa.

José Rodrigues Barbosa, c. c. Zeferina Joaquina Bolenó. José Rodrigues Barbosa foi praça e oficial dos famosos Dragões do Rio Pardo (Veja-se: Troncos seculares). Filhos: Marfisa, Arminda, João, Maria das Mercês, Ubaldina, Josefina, Rita, Eulália, e Ana Cândida.

Maria das Mercês, c. c. Joaquim Fernandes Barbosa. Maria das Mercês foi inspirada poetisa e dela são conservadas algumas poesias que transcrevemos no fim desta nota. Filhos: Zeferina, Joaquim, José, João, Pedro, Eulália (Lalica), Maria, Antônio, Teresa, Júlio, Celina e Jônatas. Zeferina c. c. o Dr. Jônatas Abbott, natural da Baía. Com a filha mais velha dêste casal casou o Dr. João Pereira da Silva Borges Fortes e dêsse casamento descendem os atuais Borges Fortes, generais Jônatas, João, e Luis.

Eulália Fernandes Barbosa (Lalica), c. c. o coronel Joaquim da Costa Rego Monteiro, oficial brioso e ilustre, de grande renome e brilhantes serviços prestados à Pátria em diversas campanhas, especialmente na guerra contra o governo paraguaio. Era oficial de artilharia. Dêle conservamos algumas cartas que nos falam de seus trabalhos e de seu grande amor à família que nunca lhe saía da mente, quer nos campos de batalha, quer nas longas ausências em comissões pelo norte do país. — Filhos: Jônatas da Costa Rego Monteiro, Anaís, Zeferina, e Serafina que casou com seu primo, general Jônatas Borges Fortes.

Jônatas da Costa Rego Monteiro, o ilustre coronel que acaba de falecer deixando seu nome justamente aureolado pelos inestimáveis serviços prestados à Pátria, quer como engenheiro militar, quer como historiador que foi e dos mais provectos, conforme já vimos. — Era casado com Dona Maria Elvira Flores, filha do desembargador Carlos Thompson Flores. — Filhos que deixa: — Celuta, c. c. o tenente coronel Raul Porto; — Jônatas da Costa Rego Monteiro Filho, engenheiro industrial, c. c. Virgínia Torres; — Joaquim Rego Monteiro, oficial da Marinha Nacional, c. c. Higia Leal; — Carlos da Costa Rego Monteiro, engenheiro civil, c. c. Glória Pilar; — Arací; — e Mário da Costa Rego Monteiro, oficial do Exército, c. c. Daura Rego Monteiro.

*

* •

POESIAS de Maria das Mercês Fernandes Barbosa.

SONETO

Escrito em 1864, por ocasião do casamento de
sua filha Eulália.

Quiz o fado cruel roubar-me o gôsto
de junto a ti, ó filha, ver, contente,
do himeneu acender-se a tocha ardente,
ler a alegria no teu belo rosto.

Mas já que Deus assim o tem disposto,
só peço que êste dia florescente
lembrado seja sempre, docemente,
e o pranto seja só de amor e gôsto.

Enquanto eu cá de longe, pesarosa
sobre ti lançarei bênção sagrada,
a bênção de tua mãe muito extremosa,
ao Senhor pedirei que sua bondade
o teu lar abençoe, filha amada,
pra ser completa a tua felicidade.

SONETO

Escrito por ocasião da rendição de Uruguaiana.

Recebe dêste povo a gratidão,
ó Monarca imortal, Pedro adorado,
que cheio do prazer mais denodado
ufano beija a tua augusta mão.

A nós baixaste como da mansão!
Por celeste poder foste inspirado
pra mitigar a dôr onde engolfado
jazia o nosso triste coração.

Os caros filhos teus guiaste, ufano,
nos trabalhos da guerra a tomar parte,
exemplo dando como soberano.

Quando o exige o dever, — és um deus Marte,
Porém, vendo a teus pés o inimigo insano,
generoso te mostras, sem vingar-te.

SONETO

Escrito quando a guerra (do Paraguai) ia em
meio.

Mais vale uma só hora de prazer
que séculos passados na agonia...
E porque a vida da alma é — a alegria,
sem ela eu mortes mil vivo a sofrer.

Se pudesses julgar meu padecer,
o grau de minha dôr te magoaria...
Tristonha passo a noite, triste o dia,
sem que possa meu mal alívio ter.

Mas quando, por acaso, algum momento
por meus filhos me vejo rodeada
lendo em seus rostos feliz contentamento,

de meus males me sinto compensada
e, imersa em meu pezar e meu tormento,
assim mesmo eu me julgo afortunada.

SONETO

Ao General Osório, voltando da guerra.

Coberto de trofeus a nós tornaste,
da Pátria veterano herói valente,
trazendo impressos na venusta mente
os perigos da guerra, que afrontaste!

A causa do Brasil desagravaste
com tua espada que brilhou luzente;
correndo onde o perigo era iminente,
o poder do tirano suplantaste.

Teu sublime valor, tão portentoso,
a história marcará como o primeiro,
brilhante como o astro luminoso!

Em nossos corações, gentil guerreiro,
encontrarás o afeto respeitoso
que votamos ao nobre brasileiro.

*

* *

Várias poesias existem, ainda, da ilustre dama, mas, infelizmente bastante imperfeitas, pois tôdas foram conservadas pela tradição oral.

Vê-se, pois, que tanto a vocação para a carreira das armas, como a para as letras, foram, no coronel Jônatas da Costa Rego Monteiro, inatas.

Filho e neto de nobres e heróicos guerreiros e neto de distinta poetisa, sua nobreza de caráter e sentimentos, sua grandesa de alma, sua brilhante inteligência com êle nasceram, herança grandiosa e única digna de menção, que lhe legaram, ou antes, que lhe inocularam no sangue os seus maiores.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul rende, assim, nestas páginas, sua homenagem ao maior de seus membros e maior historiador gaúcho, cuja perda abre em seu seio lacuna imensa.

W. Sp.

Plácido de Castro

"PAI DO ACRE"

"AVENTUREIRO SUBLIME!"

Castilhos Goycochêa.

"Muitos talvez não compreendam que, numa época de cerrado utilitarismo, alguém se demasia em tanto esforço numa advocacia romântica e cavalheiresca, sem visar um lucro, ou interesses indiretos. Tanto peor para os que não compreendem. Falham à primeira condição prática, positiva e utilitária da vida, que é o aformoseá-la".

Euclides da Cunha in **"PERÚ versus BOLÍVIA"**.

O Rio Grande do Sul tem o dever indeclinável — que se vai fazendo inadiável — de pôr em evidência em todos os seus vários aspectos, a figura extraordinária de José Plácido de Castro, porque é necessário que o perfil histórico do Conquistador do Acre, seja, afinal, insculpido no monumento às glórias continentinas.

Ele foi, antes de tudo, uma lídima expressão das características de nossa raça, uma eloquente mostra do que pode o ambiente em que se formou, um atestado vivo do exemplo que recebeu dos maiores.

Ninguém melhormente do que ele, de fato, incarnou a alma heróica das coxilhas meridionais da Pátria: do Mampituba ao Chui, da costa do Albardão às barrancas do Uruguai.

Bravo a mais não ser; leal, generoso e disertor como um personagem simbólico, de legenda; idealista como um poeta da Idade Média.

Em êle, formando-lhe a personalidade, consubstanciaram-se todos aqueles atributos de nobreza que fixaram o gaúcho brasileiro como um tipo à parte, original, sem émulo ou parrelha entre os vários elementos que constituem a Nação.

Com os dados de sua biografia poder-se-á traçar uma linha vertical, a prumo, buscando eminências, cumes, a rubra região onde habitam as Vitórias.

Inicia-se aprendiz de relojoeiro aos 9 anos, no burgo estreito do nascimento, e morre aos 35, golpeado pelas costas como Pinheiro Machado e como César, depois de haver acrescido o mapa do Brasil de quase 200.000 quilômetros de terras úberes, de haver comandado em chefe um exército que improvisou, de ter criado e organizado um Estado novo na América, dando-lhe constituição política e ordem administrativa, sociedade e fazenda.

A simples referência ao começo de vida de Plácido de Castro demonstra que êle foi parte dessa nobilíssima família gaúcha de homens modelados por si-mesmos, modestos pela origem, brilhantes pela atuação, fidalgos pelos gestos, notáveis pelos acervos que legam à posteridade, sendo cada qual o produto de seu próprio valor — valor intrínseco — único que vale e conta no balanço definitivo que sói fazer a História para a seleção das figuras com que se integra.

Da oficina de relojoeiro passa para trás de um balcão de comércio a varejo. Aos 16 anos verifica praça, como Cadete, e em seguida efetua matrícula na Escola Tática de Rio Pardo.

A revolução federalista, de 1893, interrompe-lhe o curso com o fechamento da Escola. Alista-se, então, no Exército Revolucionário organizado e comandado pelo General João da Silva Tavares. Em 1895, quando é concertada a paz, não obstante os seus 22 anos, já é Major, tendo se assinalado pelo heroísmo no cruentíssimo combate de Rio Negro, de tão triste lembrança, no famoso cerco de Bagé, e em arremetidas teme-

rárias às serras do Caverá e à várzea do Vacacaí, núcleos da resistência adversa.

Ensarilhadas as armas que por três anos ensanguentaram o solo do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o jovem **maragato** emigrou, isto é, rompeu com o “meio” com o presente, com os laços que o chumbavam à terra que lhe fôra berço.

No Rio de Janeiro tenta o funcionalismo empregando-se no Colégio Militar. Depois, procura na administração das “Docas de Santos” o lugar onde pudesse exercitar sua atividade estuante.

Tentativas inanes!

Aquele filho dos largos plainos sulinos, fecundo de atitudes, enamorado da liberdade, impetuoso de gestos, falando alto e olhando firme, não poderia, em verdade, adaptar-se à mesmice despersonalizadora dos escritórios, e, menos ainda, à função por certo honesta mas pouco viril de inspetor de alunos.

Nesse tempo — 1899 — a Amazônia era um **Eldorado**. Um mundo novo carente de energias robustas e de vontades firmes. O ouro que lá deixavam os países industriais famintos de borracha seduzia os ambiciosos de fortuna e os apetecentes de aventuras. Tudo, naquelas paragens, era visto por um prisma grandioso. As florestas colossais, virgens; o território incomensurável; os rios que semelham a mares; a fauna como não há outra igual. E, com isso, as lendas que circulavam como romances reais, vividos por gente que se conhecia, com nomes que se escreviam a cada hora.

O moço sul-riograndense não escapou ao contágio. À sua mesa na Companhia das Docas de Santos chegou o romance que se desenrolava nas margens do rio gigante, naquela longínqua Amazônia fabulosa e lendária onde a borracha corria em catadupas e o ouro rolava em cachoeiras...

No comêço do século lá está êle, não como seringueiro ou aviador, mas como Agrimensor com provisão em bôa forma, demarcando terras, traçando rumos de propriedades. Aos poucos, sem quase se aperceber, vai penetrando o “hinter-

land", deixando para trás a civilização, cada vez mais se distanciando da **querência**, dos **pagos**.

Em 1902, no mês de junho, Plácido de Castro está em pleno território boliviano — distrito de "Colônias" —, demarcando o seringal "Vitória", de propriedade do Coronel José Galdino.

Esse território era o Acre dos deslindes entre o Brasil, Bolívia e Perú.

Iam ligar-se, como que cedendo a uma força inelutável, os destinos da terra com os destinos do homem. Aquela ia ter o seu Campeão; êste, encontrara o foco para a curva ascensional do seu heroísmo.

* * *

Não é de crer que Plácido de Castro, cuja vida até à data, fôra atribulada e violenta, tivesse tido oportunidade ou lazer para estudar a situação do território a que o prendera o Destino.

Órfão de pai paupérrimo na primeira infância, fêz-se estudante militar depois de ter ensaiado um ofício para o qual não se requer preparação intelectual, e a carreira comercial para cujo exercício, na era e no local, não se faziam mister conhecimentos outros que as operações fundamentais e noções do idioma pátrio.

Nos poucos anos que perlustrou os bancos da Escola Tática — estabelecimento para estudos propedêuticos e rudimentos da arte militar — não terá tido ocasião para aprofundar conhecimentos de história e geografia a ponto de poder compreender as questões que eram objeto da só cogitação das chancelarias.

Em seguida é o período de seu campear pelas coxilhas, pelas várzeas e serras e canhadas da terra farroupilha, tôda ela erigada de lanças e baionetas, agitada por tropelias e escaramuças.

Nesses três anos, como nos que se sucederam, vividos na capital do país em busca de carreira, igualmente não se lhe propiciou ensancha para estudos transcendentales porque de política externa.

Na Amazônia própria é que terá compreendido a equação armada, cuja solução desafiara os espíritos mais subtis e argutos do Império como o Dr. Antônio Pereira Pinto e o Conselheiro Ponte Ribeiro, e erudições como a do Barão de Teffé, para só citar alguns nomes dos nossos.

Nos "Apontamentos sobre a Revolução Acriana", de resto, escritas de seu próprio punho a pedido de Euclides da Cunha, em 1906, e integralmente insertas no livro de Genesco de Castro — "O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro" — não há qualquer referência aos tratados entre os governos coligantes, convenções ou que título tiveram os muitos ajustes feitos entre o Brasil, Bolívia e Perú, sobre a posse e direitos do território acriano.

Para êle, homem prático, homem de bom senso, forte, justo, digno, havia somente a situação de fato, aquela que se criou à margem dos processos diplomáticos, com o povoamento por brasileiros, na maioria cearenses, das bacias do Purús e Juruá, isso num afluxo de meio século, os quais, nesse lapso de tempo, com pertinácia e coragem, com bravura e estoicismo, haviam desbravado a selva inhospita, desconhecida por toda a gente, abandonada pelos pretensos donos dela, senhores teóricos do que não sabiam o que fôsse como foi confessado de público, em 1886, por Don Francisco Vellarde, Ministro da Bolívia no Rio de Janeiro, na conferência que recitou em presença de Pedro II na Sociedade de Geografia...

Que poderia lhe importar, aliás, o que estivesse pactuado pelos governos das duas bandas, o cipoal inextricável das leis que regulavam o assunto, as datas dos tratados e as assinaturas que lhes haviam dado valia? De resto, êle inicia uma síntese admirável da situação dizendo que: "É fora da dúvida que teoricamente, isto é, baseados em tratados, convenções, e etcetera, só o Perú e a Bolívia têm direito de pretender ou discutir a soberania do Acre e terras circunjacentes", avançando até um juízo seu: "O Perú, que mais papéis apresenta a seu favor...", opinião diversa da que mais tarde expenderia Euclides da Cunha.

Não devia vir ao caso, no momento, a invocação da Bolívia à "bula" de Alexandre VI, de 1494, pela qual foram as

terras a serem descobertas, repartidas **irmãmente** entre as corôas de Espanha e Portugal, e nem mesmo os tratados de Madri e de Santo Ildefonso, de 1750 e de 1777, a que várias vezes fizeram apêlo, para justificar suas pretensões, Perú e Bolívia, uma vez que aquela era um anacronismo, assunto para a pré-história, e estes haviam sido anulados: o de 1750 pelo de 12 de fevereiro de 1761, substituído mais tarde pelo de 10 de fevereiro de 1763; e o de 1777 pelo de 6 de junho de 1781, firmado em Badajóz, por sua vez denunciado em razão da guerra de 1802.

Desde a Independência, geógrafos, historiadores e diplomatas engendravam soluções, exumavam documentos, alinhavam cifras astronômicas, referiam exemplos, procurando dar fim, solucionar, o caso da posse das terras marginais aos tributários do Amazonas. Para isso, como foi demonstrado à saciedade, chegou-se a forgicar um paralelo como sendo o do tratado de Santo Ildefonso...

Em “Perú versus Bolívia”, Euclides da Cunha, por certo falando apoiado nos elementos coligidos pelo Barão do Rio Branco, alinhou, um a um, todos os transes por que passou a questão das raias em aprêço, tanto no que houve entre o Brasil e Bolívia, como entre o Brasil e Perú, e, finalmente, entre as duas repúblicas andinas limítrofes conosco nas nascentes do Javari e no curso médio do Madeira.

Em páginas ríspidas lá está declarado que “datavam de 1833 as cizânias entre ela (Bolívia) e o Império, no tocante às questões de limites; e nunca mais cessaram, engravecendo-se, crescentemente, com outras: em 1837, a propósito de sesmarias outorgadas em territórios brasileiros; em 1844, oriundas de tentativas bolivianas, visando franquear a navegação para o Amazonas; em 1845, 1846 a 1847, até 1850, relativas, tôdas, em última análise, ao domínio amplo do Madeira; em 1853-1858, irrompendo dos decretos declarando livres ao comércio e navegação estrangeiros todos os rios que regam o território boliviano, fluindo para o Amazonas e para o Prata; e firmando, expressamente, com os Estados Unidos, um convênio, onde se estatue que todos aqueles cursos d’água

eram caminhos livres abertos pela natureza ao comércio de todas as nações...”

Em 1867, quem di-lo é Antônio Pereira Pinto com a sua grande autoridade: “Na Bolívia as tradições adversas ao Brasil passavam em seu governo de geração em geração”.

Com o Perú, depois de um laborioso período de discussões, muitas vezes interrompido, liquidámos o assunto lindeiro com a prova que aos seus geômetras, em 1874, fêz o Barão de Teffé, *in-loco*, “de que o Perú nenhum direito possuía à margem direita do Madeira e que a sua fronteira com o Brasil era o Javari”. “Isso, porém, depois de repelir com o maior brilho as constantes propostas de seu colega peruano, M. Rouaud y Paz Soldan, para adotar-se a célebre linha média, do Madeira ao Javari, mesmo escandalosamente deslocada para 9° 30’ de latitude sul”.

A título de simples curiosidade e como prova de quanto era difícil, na circunstância, a solução do impasse criado sobre a região, vale que se mencione uma “Nota-Protesta” do Perú, datada em Lima no dia 20 de dezembro de 1867, assinada por J. A. Berrenechea, em a qual eram reclamadas ao Brasil terras que a Bolívia lhe havia cedido e *que pueden ser de la propiedad del Perú... Que pueden ser...* sublinha ironicamente o autor d’“Os Sertões”. *Risum teneatis?*

Não há, porém, que insistir num assunto completa e definitivamente liquidado.

As referências foram feitas somente para provar a razão do juízo de João Ribeiro, em sua “História do Brasil”, de que “o mais grave dos litígios de fronteiras que o Brasil tem tido a sustentar, foi certamente o do Acre, isto é, da sua fronteira com a Bolívia, versando sobre um território que o Perú igualmente reclama e que por isso está sujeito ao arbitramento da República Argentina”.

Anacronismos!

* * *

Chegara-se ao século XX sob a égide dos convênios de 1866 e de 1867, com o Perú e com a Bolívia.

A situação de direito, pois, era a do domínio do território pela Bolívia. O Brasil havia reconhecido êsse domínio. **Ita possideatis.**

À parte essa, entretanto, havia a situação de fato — **uti possidetis** — a única que Plácido de Castro terá enxergado com a sua visão de homem afeito a caminhar ao sol, vaqueano das estradas largas, sem coleios nem desvãos. Era a situação criada pela fixação áquele solo de 60.000 brasileiros, gente da nossa raça, que num esforço tenaz e diuturno haviam, alfim, domado o Inferno Verde da qualificação de Alberto Rangel, conquistando-o polegada a polegada, à água dos rios, à vegetação daninha, às feras, ao clima letal; transformando as florestas sem significação econômica, porque desaproveitadas, num parque de riqueza em potencial elevado.

Ele não viu, não pôde ou não quis ver, o Acre peruviano ou boliviano das contravérsias eruditas, que só conseguia expressão nas cartas geográficas e só valia como elemento numérico para avaliações teóricas. Aquele Acre dos tratados, dos convênios, acordos, convenções, pactos. Acre desconhecido dos governos e estadistas de Lima, de La Paz e do Rio de Janeiro. Terras que eram uma riqueza em ser, objetos para sonhos de hegemonia, de imperialismos. Hipóteses, em suma!

O Acre que o defrontava, que êle estava vendo, pisando, sentindo na vibração de tôdas as suas forças naturais, era um território ignorado pelas gentes de ambas as partes, políticos e diplomatas e eruditos em qualquer assunto. Era o Acre realidade palpável. Acre que havia resultado da vontade indômita dos nordestinos, por êles construído corajosa e pacientemente, regando-o com o suor dos próprios rostos.

Êste Acre — pensou certamente o campeador sul-riograndense — terá sido da Bolívia e quiçá do Perú, como antanho, integrou as possessões dos reis de Castela na América do Sul, e antes, em priscas eras, fêz parte dos domínios dos reis incas.

Naquele dia de junho de 1902, entretanto, em que interrompeu o trabalho de topografia para ler as notícias que lhe levavam os jornais, dentre elas destacando a do arrendamento

do Acre a um sindicato norte-americano — **Bolivian-Syndicate** —, a quem eram conferidos “direitos quase soberanos”, como mais tarde demonstrou o segundo Rio Branco; naquele dia o Acre era brasileiro e como tal haveria de ser considerado.

Tôda a gente, inclusive os estadistas e diplomatas do Rio de Janeiro, poderia aceitar, respeitar e fazer respeitar o contrato do govêrno de La Paz com o sindicato **yankee**. É possível mesmo que os próprios acrianos viessem a se submeter à fatalidade da situação criada, uma vez que as sublevações anteriores não tinham logrado êxito: a primeira, em abril de 1890, encabeçada pelo cearense José Carvalho; a segunda, em julho de 1899, chefiada pelo mercenário espanhol Luiz Galvez Rodriguez de Arias, ao serviço do govêrno do Amazonas; a terceira, no comêço de 1900, capitaneada por Rodrigo de Carvalho, agente do govêrno amazonense e Joaquim Vitor da Silva, patriota exaltado que tomara parte ativa nos movimentos anteriores.

Aquele elemento estranho ao meio, à terra, que estava medindo o seringal “Vitória”, do Coronel José Galdino, porém, não poderia aceitar o contratado e nem deixar que o aca-tassem os brasileiros que mourejavam nas paragens.

“Era uma espoliação feita aos Acrianos”, é êle mesmo que escreve nos seus “Apontamentos”. E continua: “Veio-me à mente a idéia cruel de que a Pátria Brasileira se ia desmembrar; pois, a meu ver, aquilo era mais do que o caminho que os Estados Unidos abriam para futuros planos, forçando-nos desde então a lhes franquear à navegação os nossos rios, inclusive o Acre... Qualquer resistência por parte do Brasil ensejaria aos poderosos Estados Unidos o emprêgo da força e a nossa desgraça em breve estaria consumada...”

Admirável! O moço gaúcho nessa singela passagem revelou uma acuidade que seria para desejar possuissem todos aqueles a quem se confiam os destinos da Pátria e da Nação. Êle sentiu a **Ilusão Americana** de que tão magistralmente falou Eduardo Prado.

Foi franco seu raciocínio, franco e justo. A espoliação ao acrianos impressionou-o vivamente, mas a idéia da frag-

mentação do Brasil foi mais forte, foi a dominante. Aquela possibilidade revoltou seu coração bem formado, de homem forte e generoso, que presto anteviu o êxodo das populações pacíficas expropriadas dos bens que haviam acumulado com pertinácia, padecendo agruras, e que iriam ser tangidas pelos soldados da Bolívia a serviço dos louros feitores do Texas ou da Virgínia. Esta, porém, feriu mais fundamente o cérebro. Em êle, então, despertaram as lembranças de um passado de lutas temerosas na própria terra do nascimento, no Rio Grande do Sul distante, dos seus homens com os de Castela, na defesa do patrimônio herdado de Portugal. A investida espantosa de José Borges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso, em 1801, contra as hostes de Espanha, para expulsá-las do Brasil, há de lhe ter surgido à mente. Os vários episódios da Guerra dos Farrapos em que sempre predominou o sentido brasileiro, também devem ter passado, em tropel, por sua cabeça escaldante, enquanto os olhos corriam, sem ver, por sôbre as colunas do jornal que tinha em mãos e no qual havia lido a do arrendamento ameaçador. Não terá deixado de evocar, outrossim, o episódio entre seu antigo chefe **mara-gato**, Conselheiro Gaspar da Silveira Martins, e o Dr. Leandro Além, em Buenos-Aires, quando da revolução em que foi parte ativa, repelindo aquele, com violência, a proposta de político argentino para seccionar o Brasil, desintegrando-o de sua província extremenha.

Nesse instante, certo, é que se despertou nêle o espírito bravio que vive no peito de cada gaúcho espreitando a oportunidade para eclosão impositiva.

— Guardei, apressado, a bússola de Casella, de que me estava servindo, abandonei as balisas e demais utensílios e saí no mesmo dia para a margem do Acre...

Ao depor por essa forma esqueceu de completar a frase, dizendo: E comecei a luta! A luta que se prolongaria por quase dois anos e que terminou com a vitória integral do espírito que recebi da terra de meu berço, da força e do exemplo que me vieram dos meus avós, daqueles "heróis, centenas de heróis, generais de si-mesmos, exercitando, aforradamente, as suas tendências num regime de cavalheirescas tro-

pelias, que formaram, desde há muito, naqueles lados uma espécie curiosíssima de romantismo da guerra”.

* * *

Data dêsse dia 23 de junho de 1902 o início da revolução acriana, ateada, conduzida e vencida pela espada de Plácido de Castro.

Entre êsse dia e aquele em que o chefe do movimento, tendo recebido comunicação da assinatura do **modus-vivendi** entre o Brasil e a Bolívia para a solução do dissídio acriano suspendeu as hostilidades contra o grosso das tropas inimigas comandadas pelo próprio Presidente da República, General José Manuel Pando, sitiadas havia 5 dias em “Pôrto Rico” e que já começavam a enfraquecer a resistência, embora numerando 1.800 homens e as atacantes pouco mais de mil, inúmeros combates tinham sido travados entre o exército boliviano e as mesnadas acrianas integradas por “caucheros” retirados às pressas da **seringa**.

A existência de Plácido de Castro no período da luta, embalde a febre que lhe requeimava, cada dia, as entranhas, é a de um professor de dinâmica que ensinasse pelo exemplo. Não cessa um instante de pregar a necessidade da reação armada, de arregimentar os desejos dos que o tem, de implantar ânimo nos que hesitam, de empolgar as consciências débeis, de combater e castigar os invejosos, os tráfugas, os falsos amigos, os espiões, de esmagar, em suma, os **specimen** que lá abundavam daquela fauna que se adapta a todos os climas e situações para engrossarem as linhas dos vitoriosos, fauna de homens sem ideal e sem pátria — cosmopolitas que são — que servem indiferentemente a qualquer dos contendores, mas que na realidade só servem a si-próprios, aos próprios interesses subalternos de ganho.

Houve, de início, que incutir o amor pelo Brasil, ameaçado na sua integridade pelo ataque insidioso engendrado pelo governo da Bolívia.

Houve, em seguida, que improvisar soldados e armamen-

to, víveres e munições, abrigos e transportes, cartas geográficas e dados estatísticos.

No seu “diário” de campanha há material para se esboçar o retrato físico do território acriano, o curso de todos os rios e riachos e varadouros e igarapés e igapós; assinalar-se todos os seringais existentes ao tempo, fazendas e sítios e repartições.

Quase não dorme; mal se alimenta; não repousa.

Viaja. Viaja a pé e a-cavalo, por picadas ínvias, pelas margens dos cursos d’água, por florestas indevassadas até pela luz solar. Viaja em “montarias” e em “gaiolas”, contra e a favor das correntezas. Chega a se fazer conduzir em rede, apressadamente, durante os acessos da febre palustre que adquirira, para manter a iniciativa nos combates ou para surpreender o inimigo.

Do exercício da guerra nos descampados meridionais levava para as regiões setentrionais o segrêdo da mobilidade.

Na primeira reunião da Junta Revolucionária composta pelos homens de maior prestígio e fortuna do território foi aclamado Comandante em Chefe do exército a ser organizado. Seus 28 anos de idade não contaram no caso; o que valeu foi o seu ardor cívico, a alma heróica que o animava e impelia.

A 6 de agôsto deu início às operações militares com o ataque, de surpresa, a Xapurí, onde aprisiona as autoridades bolivianas e proclama a independência da região que passou a **Estado Independente do Acre**.

Dias depois há o “batismo de fogo” do exército acriano com a tropa de linha inimiga concentrada e entrincheirada em “Volta da Empresa”. Aquele numera 63 soldados; esta tem um efetivo três vezes maior. Finda a refrega com a retirada de Plácido de Castro e seus companheiros de cruzada, esgotada a munição, o exército acriano está reduzido a menos de metade: 22 haviam sido mortos, 10 gravemente feridos e 6 extraviados... Os bolivianos, vitoriosos, recolheram 8 feridos e enterraram 10 mortos, inclusive um capitão.

De qualquer forma o encontro constituiu uma séria advertência ao govêrno de La Paz. Seu acervo fez compreender que o movimento em curso tem a animá-lo um espírito

novo, desconhecido naquela latitude, impetuoso e audaz. Não se trata mais de guerrilhas, emboscadas, esperas no escuro das matas com a pontaria dormida sôbre forquilhas e visando espáduas, mas a guerra frontal, cada fuzil visando um peito, cada olhar buscando uma face.

Para o chefe revolucionário foi uma lição. Ele assim a entendeu e a aproveitou modificando os métodos que trouxera do sul, introduzindo reformas nos uniformes, criando uma nova tática, transformando a estratégia em uso até ali.

O fato é que da data em diante, até o desenlace do drama, só houve que acumular vitórias sôbre vitórias. “Te-lheiro”, “Bom Destino”, “Santa Rosa”, “Volta da Emprêsa”, “Costa Rica” e “Pôrto Acre”, para só citar alguns entre os principais, serviram de arena à magníficas vitórias do general guasca. O inimigo foi sendo levado de roldão ao embate dos seringueiros doublés de guerreiros. As linhas da afamada infantaria andina cedem e se rompem ao ímpeto do matuto nordestino animado pela bizzarria do herói gaúcho, cavaleiro andante do Brasil a quem Coelho Lisboa, no Senado da República, qualificou de “aventureiro sublime, só comparável a Rodrigo Cid, o campeador fascinante de Espanha”, o mesmo que Germano Hasslocher, do alto da tribuna da Câmara dos Deputados Federais disse haver sido “um dos maiores servidores da Pátria”.

É mister, todavia, que se saiba, hoje, quando o ambiente está impregnado pelo mais sórdido utilitarismo, envenenado pelo cepticismo, descrente e pessimista, que Plácido de Castro embalde a ardência de sua mocidade, a sua coragem assombrosa e o desejo de vencer; embalde à frente de guerreiros labruscos; embalde a semi-selvageria do teatro das operações, antes lugares propícios ao extermínio do que à galantaria; embalde tudo e a-pesar-de tudo, a guerra que levou à Bolívia foi das mais humanas, das mais fidalgas, e, pois, das mais civilizadas.

Quem isso atesta é o próprio contendor vencido. São os soldados de profissão que rendem homenagem pública ao soldado por instinto, civil que as circunstâncias fizeram general. É o Coronel Benjamin Azcui nas páginas de seu livro

“Campañas del Acre” que tributa os mais francos elogios à sua coragem, competência e, sobretudo, à sua fidalguia, à sua humanidade para com os prisioneiros e feridos e mortos. Segundo êsse autor, Plácido de Castro chegou ao requinte de anunciar oficialmente os ataques que ia levar a efeito para que saíssem das praças sitiadas os inermes, os não combatentes, os alheios à luta, e de propor o estabelecimento de uma só ambulância para assistir aos feridos em ambas as partes...

Um trecho do livro, por eloquente, não é possível deixar de transcrever no próprio idioma original para não lhe tirar o sabor: “La marcha de Don Lino Romero, fué acremente censurada por los que quedaban sufriendo los vejámenes de la marina mercante y en esta afflictiva situación solo tuvieran como protector al jefe enemigo, Placido de Castro, quien acompañado de su Ayudante General, Gaston Oliveira, iba consolarlos y atender sus reclamaciones con el cariño de un camarada... La gentileza con que trataba sus adversarios le captó el cariño de todos; a su presencia la tropa se cuadraba respetuosamente para saludar al enemigo de la vespera y su bienhechor en la adversidad...”

A êsse chefe boliviano havia vencido e aprisionado com todo seu contingente em **Puerto Alonso** — o mais forte reduto inimigo —, depois de 8 dias de batalhar infrene, recusando-se a privá-lo da espada em homenagem à bravura que tinha demonstrado e “porque não fazia guerra contra a Bolívia mas para livrar seus irmãos do jugo estrangeiro...”

Há mais, porém, muito mais, principalmente na correspondência trocada, no aceso da luta, entre Plácido de Castro e êsse já nomeado Don Lino Romero, Delegado do Governo Boliviano no teatro das operações, e que foi transcrita, linha a linha, no livro de Genesco de Castro. Não há que alongar. Gaúcho, êle fêz a guerra à moda gaúcha, isto é, corretamente, nobremente, como para entrar na História e nela permanecer ao lado de Pôrto Alegre e de Osório, de Canabarro e Antônio Neto, de José Borges do Canto e Rafael Pinto Bandeira.

Plácido de Castro não foi somente o homem d'armas que edificou o contendor vencido; o general que planejou e comandou a guerra; o oficial de Estado-Maior que traçou planos táticos e concebeu movimentos estratégicos; o oficial de administração que tudo previu e proveu; o engenheiro militar que rasgou estradas, construiu pontes, abriu trincheiras, desenhou mapas e cartas, esboçou **croquis**; o professor de arte militar que formou oficiais para seu exército; o oficial subalterno que instruiu as praças de **pret** nas mais cozinhas minúcias no uso da carabina e da espada. Que improvisou uma esquadilha de navios fluviais para combate.

Com tudo isso êle foi, igualmente, um estadista cuja atuação não é menos para assinalar. Proclamou a independência do Acre e traçou-lhe os limites territoriais com o Brasil, com a Bolívia e com o Perú; organizou o Estado dando-lhe estrutura política e ordem administrativa.

El não menos do que campeão e estadista, foi diplomata, uma vez que não obstante a guerra que brasileiros fizeram à Bolívia, no seu próprio território, pudesse o governo do Rio de Janeiro acordar o **modus-vivendi** que pôs termo à secular contenda propiciando o tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903.

Autodidata, fêz-se geógrafo e engenheiro. Seus trabalhos sobre a navegação do rio Acre, publicados em livro (**A NAVEGAÇÃO NO RIO ACRE**), são dignos do maior apêço e como tais são tidos. O relatório de sua gestão interina na Prefeitura do Acre, em 1907, apresentado ao Ministro do Interior, é elemento bastante para retratar um homem de governo, nada contendo que faça recordar a exposição clássica que sob êsse título estão obrigados os responsáveis por serviços públicos. Nêle há páginas de pura sociologia.

E por tal forma assim foi que, examinando-se o rol de suas realizações em qualquer dos setores de sua atividade poliforme e viril, ocorre a lembrança de só dois homens — expressões da Humanidade: Napoleão e Bolívar. Ambos guerreiros e estadistas como Plácido de Castro; como Plá-

cido de Castro criadores de Estados e legisladores. Diferencia-os, apenas, as proporções dos palcos respectivos. Quanto às estaturas, idênticas.

* * *

Quando o governo brasileiro, em 1903, com a entrada do Barão do Rio Branco no Itamaratí, despertou do letargo em que permanecera imerso desde o início da luta armada, o território do Acre estava completamente fora da dominação da Bolívia, cujos direitos haviam sido defendidos por seus antecessores no Ministério do Exterior: Carlos de Carvalho, Dionísio Cerqueira e Olinto de Magalhães. Não seria brasileiro porque tinha governo autônomo, mas era, de fato, brasileiro, porque brasileiro era o seu governador, o seu exército e a sua população; a constituição que o regia era a do Brasil, como do Brasil era a moeda em curso e a língua oficial.

Haveria nessas condições, apenas, que fazer efetiva a posse, impondo seu reconhecimento pela Bolívia e Perú. Obra para diplomatas.

Assim, porém, não foi entendido desde logo. O corpo expedicionário despachado do Rio de Janeiro, a começar pelo general que o comandava, chegou ao Acre com más disposições contra... Plácido de Castro e seu governo, contra o exército de cearenses e acrianos, contra, enfim, a revolução que presenteara o território ao Brasil.

"Isto — no dizer de um dos oficiais graduados da expedição, referindo-se ao Acre — é ultra boliviano".

Outros alongavam-se na exegese da Carta de 24 de fevereiro de 1891 para demonstrar a inconstitucionalidade de qualquer caso de conquista.

Todos, pouco mais ou pouco menos, esmeravam-se em dificultar o que tivesse ainda de fazer o Governador do Acre para consolidar a conquista, talvez para dar oportunidade à Bolívia para retomar o que lhe pertencia de direito e que nunca foi objeto de dúvidas do Conquistador.

O fato, na sua cruel realidade, é que o Brasil, por seus

emissários, começou a amargar a existência do moço sul-riograndense, procurando anular-lhe a imensa obra. Ele, todavia, não se deixou entibiar. Sua fibra, espicaçada, mais se endureceu. Para não criar empecos às negociações do Ministério do Exterior — é ele próprio quem o diz em **consideranda** do Decreto de 10 de abril de 1903 — transfere de Pôrto Acre para Kapurí a sede de sua governação e localiza a Alfândega em Caparatá, não olvidando de consignar no mesmo documento que “a luta tem de continuar como até aqui”.

Noutras palavras poderia ter dito que sob a pressão — e até ameaça — do Corpo Expedicionário Brasileiro encarregado de ocupar a zona compreendida entre a linha Cunha Gomes e o paralelo de 10° 20', avançava mais para o interior da Bolívia. E, talvez, até o Purús, até o Chandless, até o Javari, se preciso...

Mais para diante lhe fazem justiça, compreendem-no. Rio Branco, decisivo, aprova e agradece o que tinha feito até a data; exautora a atitude agressiva do comandante da força expedicionária e de seus oficiais; apela, por fim, para que continue a luta tremendamente até que o govêrno de La Paz aceite as propostas...

Foi a vitória integral, completa, da obra de Plácido de Castro. Precisavam do apôio de sua espada para que o tratado em perspectiva viesse a ter realidade.

Os comandos militares passam a tê-lo na consideração devida, tratam-no de chefe a chefe. Um dêles, mais hábil, chega a fazê-lo confidente nos casos graves e toma-lhe a opinião.

Daf o Tratado de Petrópolis e consequente dêle a incorporação ao território pátrio de 190.900 quilômetros de terras habitadas e exploradas por mais de 50.000 brasileiros.

* * *

Sancionada a conquista do gaúcho e seus decididos pará-
oaras o Estado Independente do Acre transformou-se numa
unidade do Brasil. Os soldados do exército acriano larga-

ram as Winchesters e as Mannlichers e sopesaram novamente as enxadas e as foices, enquanto seu comandante em chefe desafivelava o cinturão de que pendia a espada rebrilhante, dispondo-se a retomar o ritmo de sua vida. Os arquivos de sua governação, e os da guerra, já estariam a caminho de resguardo, matéria-prima que já era da História do Brasil. Ele próprio, aliás, já era uma relíquia cívica.

O Acre, então, transformou-se de pronto no velhacouto para tôdas as ambições de ouro, no refúgio para todo o rebutalho social: parasitas familiares, egressos das prisões, transfugas e madraços, falhados em tôdas as carreiras. Cada qual queria ganhar mais em menos tempo.

As autoridades remetidas pelo Govêrno Federal levavam um séquito de famintos de ganho fácil e rápido. Escrúpulos, por certo, estas não os levariam na bagagem.

“Iam pobres para o Acre rico e voltavam ricos do Acre empobrecido”, segundo uma frase que esteve em voga.

Em breve estava organizada alí uma sociedade de aluvião. À margem do comércio da borracha que atingia à cifras espantosas, processavam-se negócios vultosíssimos, na maioria excusos, em que a esperteza entrava à guisa de melhor contraste.

Nunca, em parte alguma no Brasil, com tamanha intensidade e vigor foi praticada a expropriação e exercitada a espoliação. Os bens mudavam de dono com facilidade incrível, sem transação de espécie alguma, sem pagamento e independentemente de ajuste.

Plácido de Castro que empós o Tratado de Petrópolis rejeitara tôdas as posições públicas efetivas, voltando à vida civil, não pôde deixar sem protesto a nova ordem de cousas. Fêz-se paladino gracioso dos perseguidos, dos prejudicados, dos proprietários que sem saber deixavam de o ser, das vítimas de todos os desmandos e violências e conspurcações. Nesse ministério apelou para a Justiça; a Justiça não o ouviu. Recorreu para o Govêrno da República; o Presidente e os Ministros não se amercearam dos seus reclamos. Sua voz, conquanto não lograsse eco, incomodava, perturbava, irri-

tava mesmo. Fizeram-na calar. Mataram-no! Mataram-no de emboscada, dormida a pontaria numa forquilha de seringueira...

* * *

Mais de três décadas já decorreram sobre esse dia 11 de agosto de 1908 em o qual o "Aventureiro Sublime", o "Pai do Acre", aquele "que fazia pensar nos Juizes de Deus das leituras bíblicas", aquele mesmo que foi julgado "um dos maiores servidores da Pátria", "patriota como ninguém o foi mais nem mais eficientemente", baqueou, para sempre, depois de haver engrandecido o Brasil: territorialmente, presenteando-o com uma nova província tão vasta como um país; moralmente, fazendo mostra ao estrangeiro do que podem a energia, a valentia e a bizarria de seus homens.

É tempo, pois, que a sua figura homérica seja gravada numa das páginas da História Brasileira. Rio Branco, cuja glória, em grande parte, assenta na obra do campeador gabrielsense, uma vez que o Tratado de Petrópolis foi, sem dúvida, a sua obra-prima como diplomata, já tem o nome e os feitos imortalizados no espírito da Nação.

A Pátria do Gaúcho incumbe, como sempre, romper a marcha, parafraseando a mãe dos Gracchos: **En haec mea ornamenta...**

Natal de 1938.

BIBLIOGRAFIA

"Perú versus Bolívia", de Euclides da Cunha.

"As Nossas Fronteiras" e "História do Brasil", de João Ribeiro

"O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro", de Genesio de Castro.

"Os Gaúchos", de Múcio Teixeira.

"Limites e Fronteiras" (in História do Brasil, 13.^a edição, de João Ribeiro), de Fernando Gabaglia.

"Limites" (in História do Brasil, 8.^a edição, de João Ribeiro), de Oliveira Lima.

"O Rio Acre", de Serzedello Corrêa.

"A Questão do Acre", de Artur César Ferreira Reis.

"Memórias" e "Carta Geográfica", do Almirante Barão de Teffé.

Estado do Rio Grande do Sul

Síntese geográfica.

Regiões naturais.

J. Tupí Caldas.

O Estado do Rio Grande do Sul, dentro de seus limites políticos e administrativos atuais, se estende do lado norte até 27° 05' 22", de latitude austral, à jusante do ponto de confluência do rio Chapecó com o rio Uruguai; para o lado sul atinge a latitude de 33° 46' 06", no Arroio Chuí.

O ponto extremo de leste é a barra do rio Mampituba, situada na longitude de 49° 42' 41", medida à W. Gr.; o ponto mais ocidental está situado no Rio Uruguai, na ilha Brasileira, na longitude de 57° 39' 07", à W. Gr.

A distribuição do território sul-rio-grandense está feita quer no sentido dos meridianos, quer no sentido dos paralelos, pois na direção norte-sul tem 740 quilômetros de extensão e na direção leste-oeste tem 768 quilômetros; estes dois eixos representam aproximadamente as diagonais de um losango, que é a forma da área do Estado, cujos vértices são os pontos extremos acima indicados.

Como unidade política, integrante da República dos Estados Unidos do Brasil, tem a superfície de 285.289 quilômetros quadrados, confrontando ao norte com o Estado de Santa Catarina, na extensão de 958 quilômetros; a leste, com o Oceano Atlântico, na extensão de 622 quilômetros; ao sul, com a República do Uruguai, na extensão de 856 quilômetros; a

oeste, com a República Argentina, na extensão de 647 quilômetros.

Situado, na parte meridional do território brasileiro, o Estado do Rio Grande do Sul tem uma vantagem natural que o favorece especialmente, isto é, apresenta o fato geográfico e morfológico da existência dum **planalto**, situado entre os paralelos de 27° e 30°, de latitude austral, que modifica as condições climáticas imposta pela “zona temperada” do hemisfério meridional.

O número 3,35 representa a relação de percentagem comparativamente à área do Brasil, que é de 8.511.189 quilômetros quadrados.

A população, em 31 de dezembro de 1936, estava calculada em 3.119.211 habitantes, o que dá a relação de percentagem de 7,36, comparando-a com a população do Brasil que, na mesma data, era avaliada em 42.395.151 habitantes.

O território do Estado do Rio Grande do Sul está rodeado de linhas limítrofes determinadas quase em toda a sua extensão pela Natureza, donde possibilidade de, combinando os fatos geográficos, caracterizar com facilidade as suas “regiões naturais”.

Chamamos “regiões naturais” a um território caracterizado por fatos geográficos essenciais e próprios”.

Como “fatos geográficos essenciais” consideramos os seguintes:

- 1.º — Estrutura geológica.
- 2.º — Relêvo do solo.
- 3.º — Clima.
- 4.º — Vegetação (Formação vegetal).
- 5.º — Modalidade da vida humana.

Sem o conhecimento do estrutura geológica não é possível realizar a explicação da origem do relêvo duma certa região; as ações das forças endógenas, orogênicas e vulcânicas criaram o relêvo do nosso território, onde se observam um planalto com quatro planuras, bem como, vales e encostas abruptas, modalidades de formas topográficas que se destacam facilmente na superfície do nosso Estado, embora modificadas na sucessão das sequências pelos efeitos das forças

naturais exógenas, principalmente as influências das águas correntes e meteóricas, a par das ações climáticas.

Combinando-se os “fatos geográficos” e atendendo às características predominantes das “formações superficiais” o território sul-riograndense pode ser dividido em “regiões naturais”, o que tem grande interêsse para o estudo moderno da geografia física e econômica.

As “formações superficiais” são divididas em dois grupos: o primeiro grupo, mais importante, compreende aquelas formações que resultam da decomposição no mesmo local das rochas subjacentes; — o segundo grupo, resulta de fenômenos de transporte, devidos à ação das águas correntes.

O conhecimento das “formações superficiais” a par da sua extensão, em grande área ou superfície, imprime a paisagem duma região natural um aspecto particular, que se reflete no conjunto.

Assim, orientado no estudo da geografia pelo moderno conceito e método das escolas francesa e americana, coordenando abundantes informações geológicas, geográficas e estatísticas, foi possível ao autor apresentar à Junta Executiva Regional do Rio Grande do Sul, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Governo Federal, um esboço morfográfico do nosso Estado, segundo o mapa representado na figura n.º 1.

Escrevemos as presentes linhas com o objetivo de justificar a divisão do Estado do Rio Grande do Sul, em “regiões naturais”, conforme o nosso critério, apoiado na verdade científica, pois o estudo da geografia não pode ficar limitado à simples enumeração dos acidentes; nosso modesto trabalho, pequeno esboço morfográfico, procura ser útil à coletividade, obedecendo ao sentido interpretativo da ciência de Humboldt e de Ratzel, de Homem de Melo e Delgado de Carvalho. Reconhecemos a importância do estudo das formas topográficas, segundo o seu caráter externo de altitude, a par da estrutura geológica, do tipo de vegetação, da noção de clima e da modalidade de vida nos fundamentos da nossa divisão do Rio Grande do Sul, em “regiões naturais”.

Fizemos algumas observações, realizámos comparações, para chegar a indução e dedução, procurando ainda a filiação histórica.

DIVISÃO DO TERRITÓRIO EM REGIÕES NATURAIS

Extendendo-se o território do Estado do Rio Grande do Sul na zona térmica temperada austral, levando-se em consideração a variabilidade dos acidentes do relevo e a paisagem com aspectos diferentes, podemos dividi-los em cinco “regiões naturais”, que denominamos:

1.ª

- 1.ª: Região do planalto
- 2.ª: Região do maciço
- 3.ª: Região das coxilhas ⁽¹⁾
- 4.ª: Região da depressão transversal
- 5.ª: Região litórea.

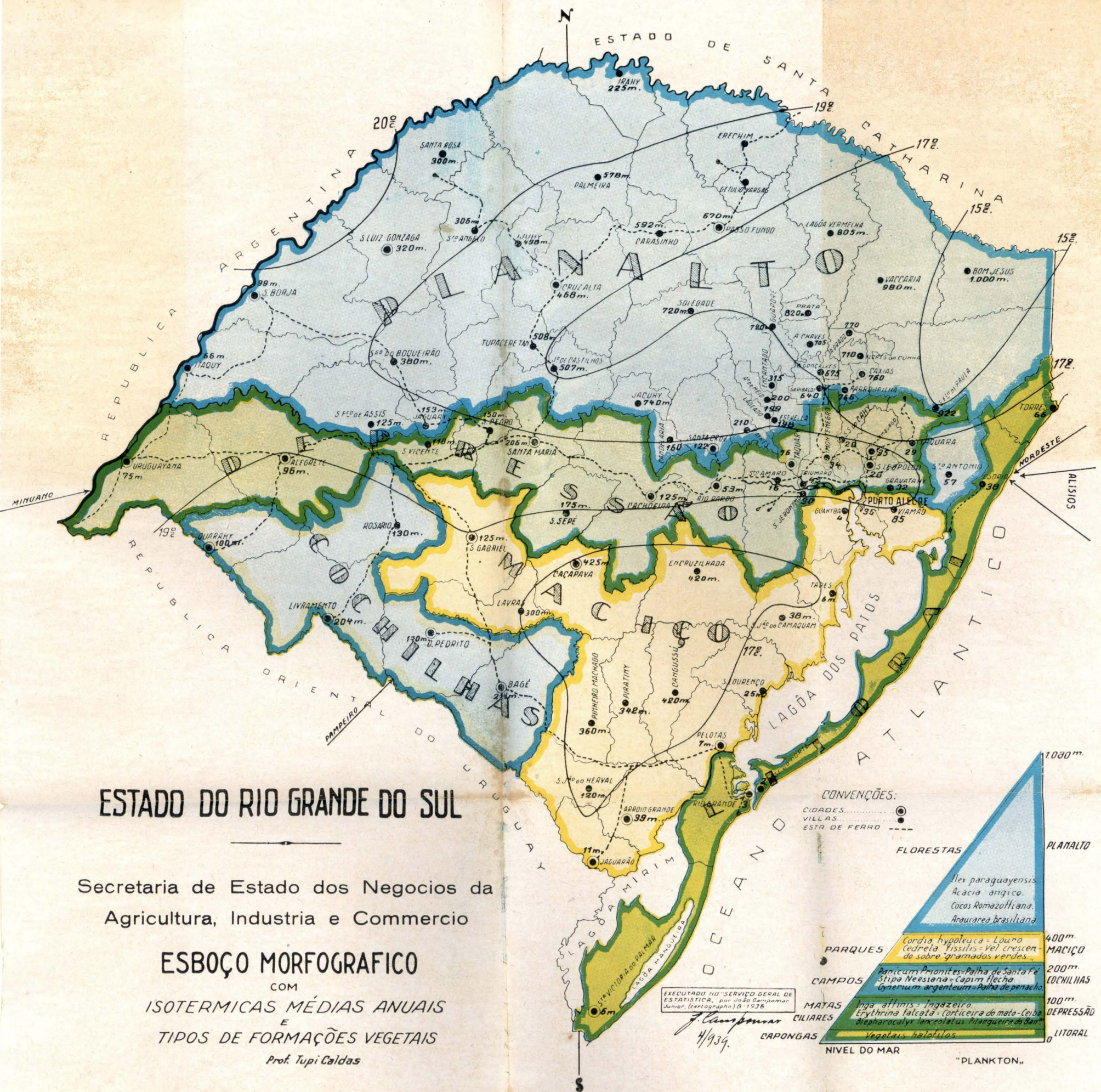
A região do planalto fica situada ao norte do “paralelo aquático”*, formado pelos rios Ibicuí e Jacuí, que correm aproximadamente à 30° de latitude sul; as três restantes “regiões naturais” ficam situadas na parte sul do mesmo paralelo; a região litórea, com inflexão nordeste-sudoeste, fugindo do meridiano de 49°, 42', 41" W. Gr. para o meridiano de 53°, 25', 21", ainda ao W. Gr., é banhada pelo Oceano Atlântico, deixando observar uma só barra praticável à navegação, a barra do Rio Grande de São Pedro.

1.ª: Região do planalto

Nos terrenos que formam o planalto sul-riograndense, que é parte integrante do planalto meridional brasileiro, encontramos rochas características da série mesozóica e do período triássico (era secundária), cobrindo as rochas do arqueolítico, em grande espessura.

As rochas do sistema triássico são representadas no planalto pelos arenitos moles avermelhados, do tipo do grés,

(1) Ortografia usada por Homem de Melo; indica uma “serie de colinas”. Autores portugueses escrevem “cochila”. A forma “cochilha” foi usada na “Geografia do Brasil”, obra publicada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro — 1922.



quase sempre associadas às rochas eruptivas do tipo do **diabásio** e **diorito**, que se apresentam em diques ou lençóis (**trapa**). Também, são encontradas rochas vizinhas dos **traquitos** e dos **basaltos**, isto é, rochas microlíticas, que demonstram ter existido alguns vulcões (era terciária).

As rochas eruptivas desta região apresentam numa estrutura amigdalóide, dando origem às diversas formas de geodes de calcedônia, de ágata e de quarzo; é esta, a formação característica da “**bacia do Uruguai**”, onde o solo é atualmente coberto de “**terra roxa**”, resultante da decomposição de rochas eruptivas básicas, do tipo do **diabásio** *).

Não devemos esquecer que a decomposição superficial dos **traquitos** e dos **basaltos**, dão nascimento às **argilas cinzentas** e **negras**, bem como o **grés silicoso** (arenito silicoso) de grão extremamente fino, não são atacados quimicamente pela água da chuva; o **grés silicoso** sofre ação mecânica da água corrente, dando nascimento a uma camada de **areia**.

As **argilas** desta região podem, ainda, ter origem na alteração de **xistos argilos**, mesmo os mais duros.

A “**terra roxa**” que constitui a formação superficial do planalto, caracterizada pela sua cor roxa, mais ou menos avermelhada, recebeu na Argentina o nome de **laterita** (de later gr. = tijolo). A “**terra roxa**” resulta no nosso Estado da decomposição do **diabásio**, verdadeiras lavas vulcânicas, que se resfriaram na superfície da terra ou próximo a ela.

O ilustrado professor John C. Branner, presidente e lente de geologia na Universidade de Stanford, na Califórnia, E. U. A. N., que viveu longos anos de pesquisas em nosso país, escreveu o seguinte, à página n.º 144, de sua “Geologia elementar”: ... “à nordeste de **Pôrto Alegre** até a fronteira argentina são (os terrenos) cobertos com a mesma rocha **trapiana** que é encontrada em **São Paulo**, **Paraná** e **Santa Catarina**”.

“Certos fatos, porém, parecem provar que o lençol de lava consta de muitos derramamentos que são aproximada-

(*) Grafia usada pelo dr. Ramiz Galvão.

mente da mesma idade geológica (Era terciária: período mioceno e plioceno).

O **planalto sul-riograndense**, outrora denominado “zona de Cima da Serra do Rio Grande de São Pedro”, como se lê em documentos dos séculos XVII e XVIII, oferece na sua fisionomia geográfica **quatro planuras**, cobertas por uma — **floresta** —, isto é, seu território tem uma formação vegetal onde crescem matas grandes e densas, — exploradas pelo homem desde o início da colonização espanhola e portuguesa da América.

No planalto, nos locais de disjunção da floresta, existem **campos** próprios para a criação de gados, pois são revestidos de tapêtes vegetativos forrageiros, oferecendo ainda abrigo e aguada nos **capões de mato**, estes situados nas pequenas depressões.

Estas planuras são designadas pelos nomes seguintes.

- 1.^a — Planura de São Francisco de Paula
- 2.^a — Planura da Vacaria
- 3.^a — Planura de Cruz Alta
- 4.^a — Planura das Missões.

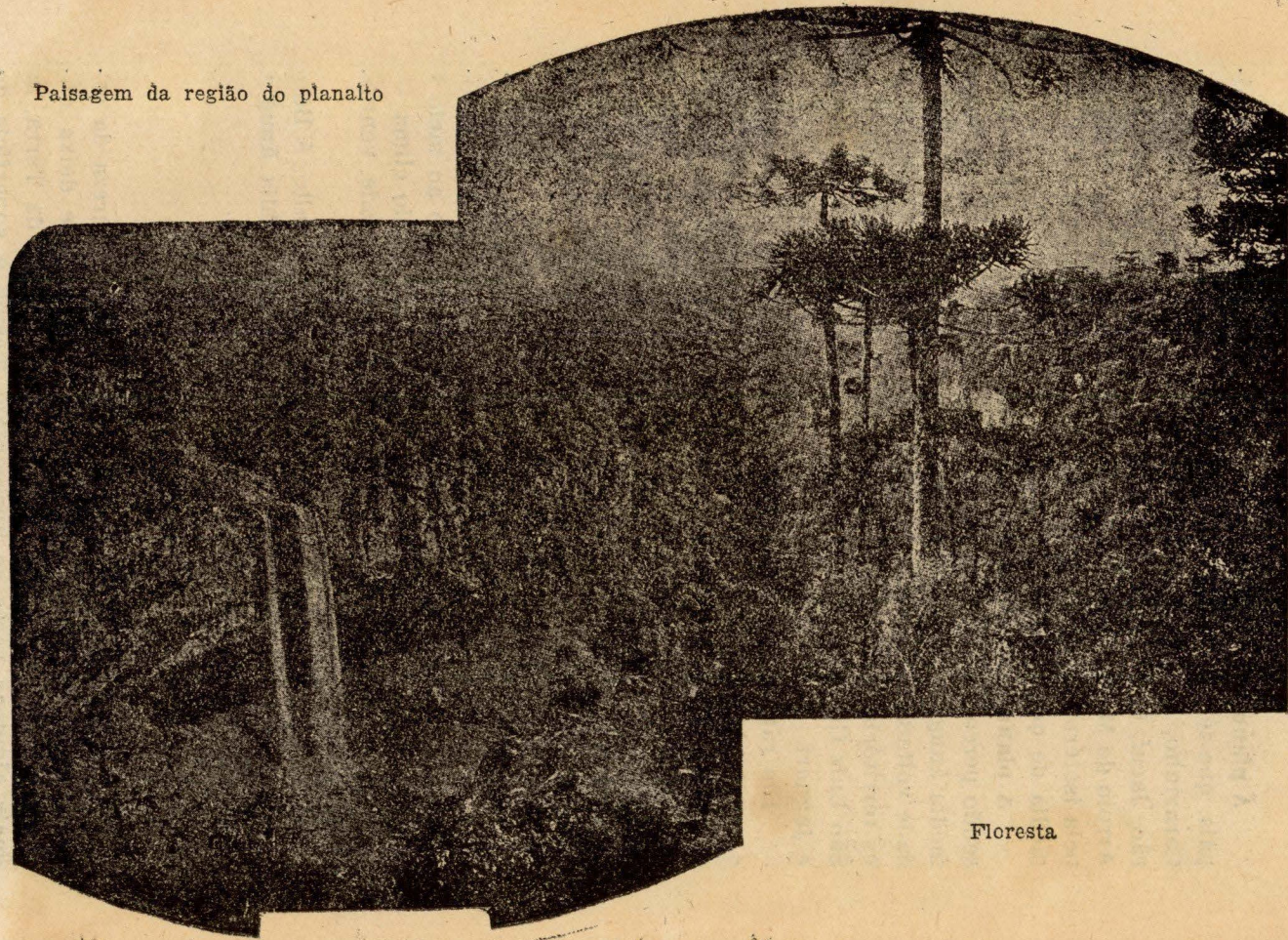
A **planura de São Francisco de Paula** em situação mais oriental, tem a altitude média de 900 metros; é, em rigor, limitada pela isotérmica média anual de 15° C. Compreende os territórios dos municípios de Bom Jesus, São Francisco de Paula e a parte norte e elevada do município de Santo Antônio. A isotérmica característica passa na altitude média de oitocentos metros.

A **planura da Vacaria**, formada pelos territórios municipais da Vacaria, Lagôa Vermelha, Passo Fundo, Soledade, Júlio de Castilho, Guaporé, Prata, Alfredo Chaves, Antônio Prado, Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Caxias, Farroupilha e Garibaldi, tem altitude média de 600 metros; está limitada ao ocidente pela linha isotérmica média anual de 17° C.

Constitue como que o segundo degrau ocidental do planalto, deixando observar uma inclinação suave para sudoeste.

A isotérmica média passa na altitude média de seiscentos metros.

Paisagem da região do planalto



Floresta

A planura de Cruz Alta compreende os territórios municipais, que têm como sede Erechim, Getúlio Vargas, Palmeira, Carazinho, Ijuí, Cruz Alta, Tupaceretã, Santiago do Boqueirão, Jacuí, Candelária, Santa Cruz, Venâncio Aires, Lageado, Arroio do Meio, Encantado e Estrêla. É limitada ao ocidente pela isotérmica média anual de 19° C., a qual passa na altitude média de quatrocentos metros.

A planura das Missões tem altitude média de 300 metros, sendo percorrida, em parte, ao ocidente pela linha isotérmica média anual de 20° C., que corta o rio Uruguai, com concavidade voltada para o interior da América do Sul. Compreende os territórios municipais de Iraí, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Borja, Itaqui, São Francisco de Assis e Jaguarí.

Em rápida síntese geográfica-botânica e conforme exige o estudo das condições edáficas, somos obrigados a reconhecer que o planalto oferece um tipo de vegetação tendo a mesma fisionomia (formação vegetal) — a floresta — onde a forma vegetal dominante é o pinheiro brasileiro (*Araucaria brasiliana*, de Lamb.); seguem-lhe o gerivá (*cocos Romanzoffiana*, de Cham); o ângico (*acacia Angico*, de Mart.); erva mate (*Ilex paraguayensis*, de St. Hil.).

Dada a unidade da natureza fisicoquímica do solo, em toda a extensão do planalto, a condição edáfica que condiciona a adaptação comum das plantas dum grupo ao meio é a de altitude, a par dos elementos constitutivos do clima — como temperatura, estado higrométrico, nebulosidade, ventos, evaporação e chuvas.

A sede municipal de maior altitude, no planalto, é Bom Jesús, com 1.000 metros, onde a temperatura média anual é a mais baixa, registada no nosso Estado (15° C.).

2.ª Região do maciço

A região do maciço é caracterizada pela natureza da estrutura geológica, que em pequena profundidade deixa observar as rochas cristalinas da crosta primitiva da Terra, as quais algumas vezes se apresentam mesmo à superfície do

solo, como se observa em Pedras Altas ou nos arredores de Pôrto Alegre e Viamão.

A “formação superficial” da região do maciço resulta da ação química da água meteórica (água das chuvas).

As águas meteóricas contêm oxigênio e ácido carbônico, produzindo fenômenos de corrosão e de dissolução, quando agindo ao contacto das rochas cristalinas do tipo do granito e do gneisse.

Os três minerais predominantes nas rochas do nosso maciço são o **quarzo**, um **feldspato** e a **mica**; o **quarzo** e a **mica** não são atacados quimicamente pela água meteórica, porém, os **feldspatos**, que são, silicatos alcalino-terrosos, se decompõem facilmente.

A alteração e decomposição dos **feldspatos** (quer do gênero **feldspatidas**: **ortoclasita**, **microclino**, **albita**, **anortita**, **labradorita**, **oligocasita**; quer do gênero **feldspatóides**: **leucita**, **nefelita**, **hauita**, **lazulita**) retira ao granito sua coesão; no correr dos tempos o **granito** está transformado em **areia granítica**, dando pela transformação química dos **feldspatos** **caolim** e **argilas** comuns.

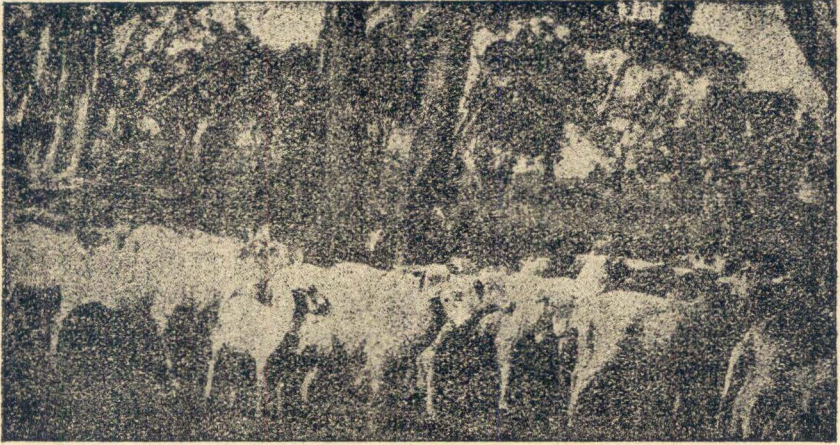
No seio das areias graníticas subsistem algumas vezes fragmentos arredondados de granito, como que se observa em determinados pontos desta região. O **gneisse** também pode dar origem à **areia gnéssica**, contendo fragmentos de **quarzo** e **minerais acessórios**, que constituíam parte integrante da rocha cristalina antes da desagregação.

A região do maciço continua ao nordeste com o planalto, comunicando-se pelo territórios dos municípios de Pôrto Alegre, Viamão, Santo Antônio e São Francisco de Paula, percorridos pela antiga “estrada da Serra” (Roteiro de 1745).

A região do maciço compreende os territórios dos municípios de Arrolo Grande, Caçapava, Cangussú, Encruzilhada, Guaíba, Herval, Jaguarão, Lavras, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Pôrto Alegre, São Gabriel, São João de Camapuã, São Lourenço, Tapes e Viamão.

A região do maciço tem uma altitude de 425 metros, em Caçapava (sede do município); em Pôrto Alegre, no morro de Santana, tem a altitude de 314 metros.

Sob o ponto de vista do elemento essencial do clima, a temperatura, podemos afirmar que a região do maciço é circunscrita pela isotérmica média anual de 17° C., como se ve-



Paisagem da região do maciço — Parque

rifica dos dados colhidos durante mais de 20 anos, pelo Serviço Meteorológico do Rio Grande do Sul (Instituto Coussirat de Araújo — Escola de Engenharia).

O estudo do agrupamento natural das plantas da região do maciço, que lhe imprime uma fisionomia característica, leva ao observador a afirmar da existência duma “formação vegetal” própria, que denominamos **parque**, isto é, terrenos onde crescem “árvores de madeiras” sobre gramados verdes; o “tipo de vegetação” é representado pelos dicotiledôneos, sendo forma vegetal característica o louro (*Cordia hypoteuca* de D. C.) e o cedro (*Cedrela fissilis* de Vel.); no estrato superficial encontramos Amarantáceas, Verbenáceas, Labiadas e Compostas.

A modalidade de vida desta região obedece a estrutura geológica; onde se apresentam as rochas cristalinas e foram localizadas jazidas de minerais importantes, o homem realiza trabalhos de exploração de minas; sobre os tapetes verdes há criação de gado bovino, ovino e cavalар; nos rebordos do

maciço e no seu sopé, existindo **planície aluvial**, o homem dedica-se à cultura de cereais, principalmente do arroz.

3.^a Região das coxilhas

Chamamos “região das coxilhas” ao território constituído pelos municípios de Quaraí, Rosário, Livramento, Dom Pedrito e Bagé, tomando como característica predominante a estrutura geológica e o acidente de relêvo baixo do solo.

A região é caracterizada por uma “formação superficial” igual a do planalto, ⁽¹⁾ na parte de oeste, em dois têrços da área do município de Quaraí e, em um têrço do município de Rosário; para o restante da superfície desta região a “formação superficial” deixa observar **arenitos** ⁽²⁾ das séries de Santa Maria, Iratí e Tubarão; estes arenitos são sedimentos permotriássicos, que se misturaram ao oriente com material aluvial proveniente da região do maciço.

A “região das coxilhas” apresenta uma série de colinas ou pequenas montanhas com altitude, raramente, superior a 200 metros; nas depressões locais existem depósitos aluviais, contendo areia, argila e fragmentos de sílex, com certa quantidade de calcáreo; verifica-se que esta região participa das estruturas geológicas do planalto e do maciço.

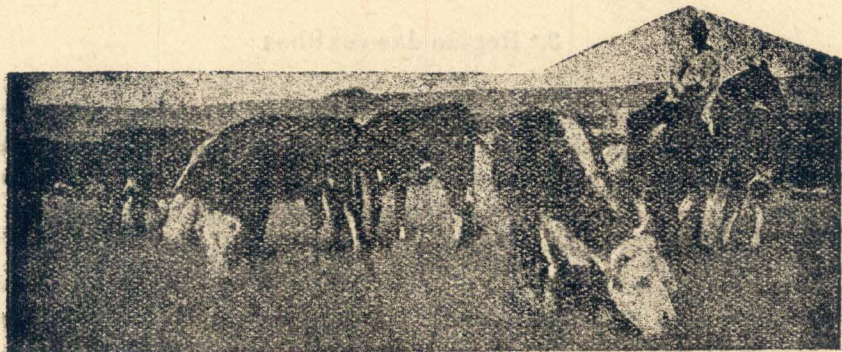
Não tem uma isotérmica característica; é limitada pela linha isotérmica de 19° C. ao oeste e pela isotérmica de 17° C. a leste; a primeira vem do planalto, percorre tôda a região da depressão transversal, para atingir finalmente a parte setentrional e ocidental da “região da coxilha”; a segunda linha isotérmica é a que circunscreve o maciço.

A formação vegetal própria desta “região natural” é o **campo**, isto é, terreno onde crescem plantas rasteiras e alguns vegetais de pequeno tamanho. A forma vegetal predominante é o capim flecha (Flechilha = *Stipa Neesiana*, de Ness.); encontra-se ainda a palha de Santa-Fé (Teto de Ran-

(1) Diabásio alterado = Terras roxas ou laterita

(2) Grés.

cho = *Panicum Prionites*, de Ness.), bem como, palha de penacho (*Gynerim argenteum*, de Ness.).



Paisagem da região das coxilhas — Campos

A modalidade de vida da “região das coxilhas” é a criação do gado de corte, de cavalos e de ovelhas.

Como verdadeira “área de contacto” de duas regiões naturais, — o planalto e o maciço, — o triângulo territorial sul-riograndense que tem como vértice as cidades de Rosário, Quaraí e Bagé, forma o teatro das epopéias farroupilhas; as ossadas dos cidadãos brasileiros mortos em campanhas gloriosas, confundidas nas poeiras das estradas, nutrem belos trigais e tenras gramíneas, assegurando a vitória da raça nascida da energia paulistana e fé inquebrantável do açoriano.

A “região das coxilhas” é, agora, estudada separadamente, como exigência da geografia física e econômica; no nosso ensaio anterior, “Aspecto geomorfológico do R. G. S.” foi anexada às regiões em contacto.

4.ª Região da depressão transversal

Chamamos “depressão transversal” à parte do território sul-riograndense banhada pelas águas do “paralelo aquático”, isto é, pelos rios Jacuí-Vacacaí e rios afluentes da margem esquerda do Ibicuí.

Característica importante desta região é o fato mesmo, de ser percorrida em toda sua extensão, a partir do centro do Estado em direções opostas, pelos rios Jacuí-Vacacaí, pertencente à bacia oriental, que corresponde às grandes lagoas, e, pelos rios Ibicuí-Cacequí-Santa Maria, que pertencem à bacia ocidental, também chamada do rio Uruguai.

A “região da depressão transversal” é perfeitamente reconhecida estudando o perfil da linha tronco da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, no ramal principal de Pôrto Alegre-Santa Maria-Uruguaiana.

A nomenclatura desta região está no fato de ter-se originado numa colossal sinclinal, outrora entulhada pelos sedimentos triássicos e, hoje, após ações continuadas das águas correntes e meteóricas, apresenta um abaixamento de nível tal, que é dominado pelos territórios vizinhos.

Incluimos na “Região da depressão transversal”, os municípios de Alegrete, Cachoeira, Gravataí, Montenegro, Novo Hamburgo, Rio Pardo, Santa Maria, Santo Amaro, São Jerônimo, São Leopoldo, São Pedro, São Sebastião do Caí, São Sepé, São Vicente, Taquara, Taquarí, Triunfo e Uruguaiana.

A média de altitude das sedes municipais desta região é de 68 metros.

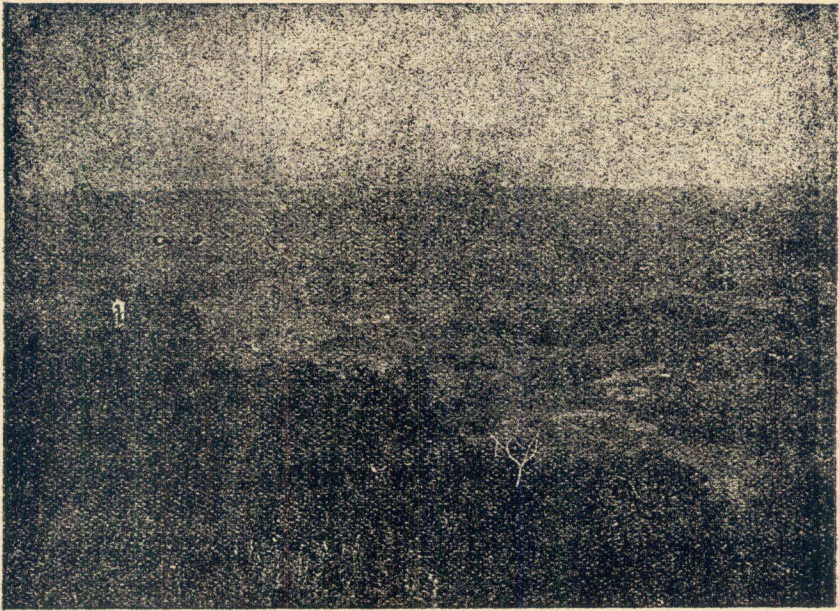
A fisionomia geográfica desta região deixa observar, em superfície notável, grande quantidade de materiais que foram transportados pelos rios; — nas margens e nas planices circunvizinhas os cursos fluviais depositaram aluviões e limo fértil.

A isotérmica média anual é de 19° C.

Como expressão de adaptação comum das plantas às condições do meio, reconhecemos que, a “formação vegetal” característica é a **mata-ciliar**, isto é terreno onde crescem árvores silvestres.

Como formas dominantes na vegetação regional podemos citar: a figueira do mato (*Ficus subtriplinervia*, de Mart.); a Guajuvira (*Patagonula Americana*, de L.); Inga-verde (*Inga virencens*, de Benth).

Para a boa compreensão da “face” do território sul-riograndense devemos recordar ao leitor que, durante a era primária, no período devoniano, a América do Sul, a África, o Indostão e a Austrália constituíam o “Continente Equatorial” (vide Geo. Min. Tupí Caldas, pág. 272, fig. 148, mapa). Posteriormente, no período permiano, desenvolveu-se no hemisfério austral, a Terra Gondwana.



Paisagem da região de depressão transversal — Mata ciliar

Na era secundária, no período jurássico, o território sul-riograndense pertenceu ao “continente africano-brasileiro”, formado pelo Brasil e pela África, menos a região da Montanha do Atlas, alcançando a Arábia ⁽¹⁾. O limite geográfico deste continente era a oeste a geosinclinal dos Andes e a leste a geosinclinal de Moçambique. Foi na era terciária que se processou a formação do Oceano Atlântico, pela

(1) Vide Geo. Min. Tupí Caldas, Fig. 173, Pág. 284.

fragmentação dos continentes Norte-Atlântico e Africano-Brasileiro.

A configuração geográfica atual deve datar da era quaternária, período pleistoceno, conforme ensinam os melhores mestres, entre eles o professor Schimper.

Assim, o escarpado planalto sul-riograndense, que limita ao norte a “depressão transversal” originou-se da ruptura do Continente Africano-Brasileiro, sofrendo, posteriormente, a ação dos movimentos tectônicos, que determinaram o levantamento dos Andes, cordilheira situada ao ocidente americano.

Os efeitos tectônicos da poderosa elevação da cadeia andina agiram de tal modo ao oriente, que levaram a crosta primitiva sul-riograndense a levantar-se, envergando o bordo oriental, a ponto de fendê-lo superficialmente, como se verifica pelo desnível das rochas cristalinas, que afloram em Pôrto Alegre e Bom Jesús, com a diferença de (1.000) mil metros, em altitude. Outrossim, deve-se notar que o relêvo dos municípios da “região do maciço” está levantado sôbre um sistema de enrugamento isoclinal, pois são partes integrantes da verdadeira Serra do Mar, que aparecendo ao norte da cidade de Pôrto Alegre, continua para o interior do Estado, com a nomenclatura de Serra dos Tapes e Serra do Herval, ao sul do paralelo de 30°.

O relêvo predominante do solo sul-riograndense — o planalto — deixa, somente, observar parte da escarpa oriental e tôda a escarpa austral do “grande planalto meridional do Brasil”; não é uma serra, propriamente dita. No entanto, é a esta escarpa que os nossos colegas continuam a dar o nome de “Serra Geral” ⁽¹⁾ e, cometendo maior êrro, chegam a confundir com a “Serra do Mar”.

A encosta, escarpa ou talude do planalto sul-riograndense, impropriamente denominada Serra Geral, é uma testemunha do desabamento do Continente Africano-Brasileiro,

(1) Que continua na direção Leste-Oeste, com os nomes locais de São Pedro, Botucaraí, São Martinho, São Xavier e Igoraiacá.

na era terciária; suas rochas são sedimentárias (Arenitos), depositadas durante o fim da era primária e toda a duração dos tempos secundários, apresentando ainda camadas de diabásio, em formidável derramamento de lava terciária, como se observa ao longo de sua escarpa e no afloramento das Tôrres, na vertente nordeste, que cai para o Oceano Atlântico.

Outrossim, rochas do tipo balsatito, rochas terciárias, são encontradas na parte central e ocidental do planalto.

O relêvo da “região do maciço” representa geologicamente o “maciço arqueano brasileiro”, que forma a verdadeira Serra do Mar, a qual nasce ao norte da cidade de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, com altitude de 1.150 metros, na Pedra Lisa, percorre o litoral austral, com muitas “falhas”, prolongando-se pelo Estado do Rio Grande do Sul, onde se apresenta ao norte da cidade de Pôrto Alegre, tendo na estrutura geológica — gneisse, granito e micaxistos.

É a “falha geológica” situada ao norte dos municípios de Pôrto Alegre e Viamão, que faz surgir a encosta abrupta do planalto, belíssima muralha de arenito e diabásio, que se apresenta nas Tôrres, como ponto avançado e oriental da nossa terra.

No rebordo da Serra do Mar, voltado para o norte, se apresenta nos municípios de Gravataí e Osório, a formação permo-triássica que percorre a “região da depressão transversal*”, em grande extensão, pois continua para oeste, ao longo do “paralelo aquático” nos terrenos austrais.

É no seio desta formação da era primária que se encontram as jazidas de carvão, exploradas principalmente no município de São Jerônimo.

A “região da depressão transversal” oferece as maiores comodidades e vantagens ao homem civilizador.

As populações colonizadoras, quer da corrente luso-brasileira de São Vicente e Laguna, no século XVII, quer as correntes imigratórias de alemães e italianos, no século XIX procuraram edificar os seus primeiros estabelecimentos, futuras vilas e cidades, nos territórios desta região; posteriormente, atingiram as ricas planuras, despojados os índios da

propriedade natural, em conformidade com a lei geográfica e histórica “de que os fortes tomam dos fracos os melhores bocados de território”.

Foi a vida e organização social modelada nas altas trincheiras do planalto meridional brasileiro, que determinou o desenvolvimento nas populações paulistanas de um forte sentimento de independência, de conquista e de amor pelos vales do Uruguai, Ibicuí, Jacuí e Camaquã.

O elemento colonizador luso-brasileiro, fixado no vale do Jacuí, com acantonamento em Rio Pardo, bate-se durante mais de um século, com heroísmo e determinação cívica contra quem venha desalojá-lo.

5.^a Região litórea

Chamamos “região litórea” do Estado do Rio Grande do Sul à parte do território que compreende os municípios de Tôrres, Osório, São José do Norte, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, todos banhados ao oriente pelo Oceano Atlântico.

Esta “região” foi edificada, geologicamente, pelo mar — Oceano Atlântico —, sôbre um molhe de seixos e de areia, com material arrancado da Serra do Mar e depositado na “dobra tombada” do enrugamento, que mergulha para leste.

A costa sul-riograndense começou a se formar, em tempos muito remotos, quanto fixados os limites do maciço brasileiro, apareceram os primeiros baixios, que recebendo as acumulações de sedimentos constituíram “bancos de areia”, depois “ilhas”, e finalmente as suas longas “penínsulas”, que separaram as águas doces das águas salgadas.

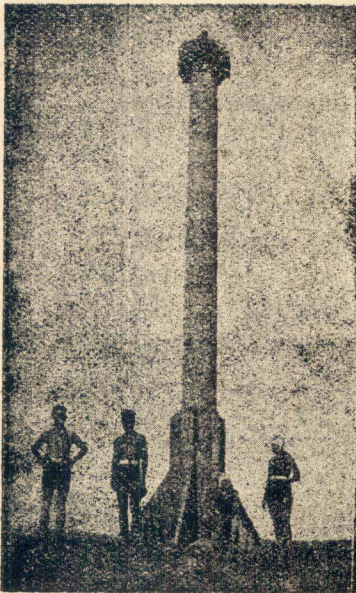
Um corte transversal do “cordão litóreo” deixa observar sôbre a face voltada para o mar dois “terraços” indicando os diferentes níveis de altas “marés” e das “tempestades”; a face voltada para o ocidente, se abaixa lentamente para as margens das “lagôas”.

Estes “cordões litóreos”, geralmente desenhando fraca curvatura, substituíram o traçado mais ou menos retalhado das “praias primitivas”; êles participaram assim da regula-

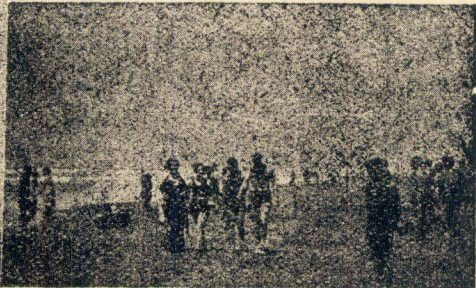
rização da costa; as “praias primitivas” acabaram, entulhadas pelo mar e pelas dunas, pois fechadas as chanfraduras das antigas praias, se transformaram em “lagôas”, raramente conservando uma comunicação com o mar.

Porém, não devemos esquecer que os materiais arrastados pelas “águas fluviais” contribuíram em grande parte na formação dos “cordões litóreos”, concorrendo para um melhor acabamento das “lagôas”.

Depara-se-nos na “região litórea” numerosas “lagôas”; assim, no município de Tórres existem as seguintes: Paula, Forno, Jacaré e Itapeva; no município de Osório, a já citada Itapeva e mais as lagôas Marcelino, a Peixoto, a Pinguela, a Barros, Cidreira, Fortaleza, Negra, que são as principais; no mesmo município de Osório existem ainda mais vinte e seis lagôas; as lagôas Marcelino, Peixoto e Pinguela estão ligadas por um sistema de canais, construído pelo Governo do Estado, facilitando as comunicações na região.



Paisagem da região litórea — Praia da Cidreira



No município de São José do Norte encontram-se a lagôa Barros, que se prolonga para o município de Osório, com

quarenta quilômetros, bem como, a Bujurú, a do Rincão do Veado e a da Charqueda e mais seis menores.

No município do Rio Grande existem as lagoas Caiuva, Flores e Jacaré; no de Santa Vitória estão situadas as lagoas Embira, Formosa e Pacheco; enquanto a lagoa Mangueira fica encravada nos territórios municipais de Rio Grande e Santa Vitória.

As águas orientais da lagoa Mirim banham terras dos municípios do Rio Grande e Santa Vitória; enquanto as águas orientais da lagoa dos Patos banham terras de Conceição do Arroio, São José do Norte e Rio Grande.

Assim, podemos afirmar que, no atual momento, a “região litórea” tem a formação de uma “costa aluvial” ao ocidente e de uma “costa marítima” ao oriente, à que se segue a “plataforma continental”, isto é, a faixa marinha que acompanha as terras com profundidade até duzentos metros.

A costa sul-riograndense é baixa, arenosa e semeada de lagoas; o acesso ao interior do Estado é dado pela barra do Rio Grande, onde o homem realizou trabalho de defesa contra o mar, executando as obras do porto respectivo.

O aspecto exterior da nossa costa atlântica permite classificá-la, sob o ponto de vista social e econômico, como **costa de dispersão**; isto é, privada de articulações litóreas, com um único porto praticável, na extensão de **622 quilômetros**, condicionou a formação de agrupamentos humanos, não ao longo do seu território, mas nos estuários dos rios interiores. Tal fato é que explica a localização da cidade de Rio Grande, como centro originário da nossa organização social e política, a partir da **fundação ou criação do município em 11 de julho de 1747**, quando Dom João, Rei de Portugal e dos Algarves, Senhor de Guiné, ouvido o Procurador da Corôa e o Conselho Ultramarino, mandou “criar huma Villa com dous juizes ordinarios, tres vereadores, hum procurador do conselho, que depois fação seus almotacés, hum escrivão da camara e almotaçaria, e outro de orfãos, que por ora sirvão tambem de tabeliães do publico judicial e notas, com distribuição, que lhes pode fazer o juiz ordinario, que será inquiridor, e que logo faça esta eleição com pelouros para tres

annos na forma da ordenação, e que aos taes escrivães passe provimento por tres mezès para servirem, em quanto recorrerem a vós, que lh'os mandareis passar, ou vão providos por mim; e que o mesmo ouvidor, (Ouvidor Geral da Comarca de Paranaguá) com os novos officiaes da Camara e homens bons d'aquelles moradores assistentes na mesma povoação, lhes fizesse e dispuzesse suas posturas e accordãos para melhor se regerem, segundo o trafego e commercio do paiz, **dividindo e assinalando o seu termo, com o de Laguna pela costa do mar, e com a Villa de Curitiba pelo sertão e serra acima;** e, para ordenar melhor o dito Ouvidor os arruamentos desta nova Villa, sua praça e obras da Matriz, casas da Camara e Cadeia, lhe mandei remetter a instrucção, que fui servido approvar, e se mandou ao ouvidor do Ceará para criar huma nova Villa no lugar do Aracaty, o que faria elle ouvidor de Paranaguá, **sem se intrometter nas fortificações, que se tiverem feito na mesma povoação;** do que tudo vos mandava avisar (como por esta vos aviso) para o participares ao coronel commandante d'aquelle presidio para o ter assim entendido, e não o impedir, antes dar-lhe todo o favor e ajuda nesta diligencia, e em todas as mais pertencentes ao seu cargo, o que fará tambem ás justiças ordinarias, que houver naquelles districtos;..." (Copiada da Provisão de 17 de Julho de 1747, feita em Lisbôa por Theodoro de Abreu Bernasdes; subscrita pelo secretario C. U. Joaquim Miguel Lopes e pelos membros C. U. Thomé Joaquim da Costa Corte Real e Luiz Borges de Carvalho; transcrito pag. 376 e 377. Annaes de S. Pedro — Visc. de S. Leopoldo, 2.^a edição, Paris, 1839).

Em documento datado na cidade do Rio de Janeiro, a 12 de maio de 1750, Gomes Freire de Andrade, General Governador da Repartição do Sul, dirigindo-se ao desembargador Manuel José de Faria ⁽¹⁾, ouvidor geral da Ilha de Santa Catarina, e seus districtos, dizia:

(1) Tomou posse do cargo, em Santa Catarina, em 1.^o de junho de 1750.

“Sua Magestade foi servido ordenar ao ouvidor geral de Paranaguá passasse ao presidio do Rio Grande de S. Pedro, e nelle creasse hum villa, e como se não achava até o presente executada esta real determinação, dei conta ao real senhor na presente frota **havia encarregado a V. M. esta diligencia por ficar na sua nova demarcação; á vista do que remetto a V. M. a ordem junta para que passe a aquelle presidio, e nelle crie uma villa, e os mais officio que declara a dita ordem, provendo nelles as pessoas que forem mais capazes, declarando-lhes que dentro de tres mezes recorão a mim para lhes mandar passar seus provimentos,...**”.

A instalação da Câmara Municipal e ereção da Vila do Rio Grande de São Pedro do Sul foi realizada em 1751, como indica o ilustrado historiador paulista, dr. Américo Brasilense Antunes de Moura, na nota n.º 11, da página 73, de sua memória histórica “Govêrno do Morgado de Mateus, separata da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, ano de 1938”; a referida nota diz: “Por informações de Corrêa Pinto, testemunha do ato, sabia (o Morgado de Mateus, d. Luiz Antônio de Souza) que em 1751, na ereção da vila de S. Pedro, os limites desta com a de Curitiba foram estabelecidos aquém da Vacaria, no Rio Pelotas, e que dêstes limites havia registo na câmara de Curitiba”.

De que se realizou a ereção da Vila do Rio Grande, com obediência ao cerimonial jurídico da época, em data anterior à invasão e ocupação espanhola, que teve lugar em 12 de maio de 1763 é testemunha autêntica o “aucto de reconhecimento das Justissas, que havia nesta villa de Porto Alegre, antes de sua creação”, o qual é do teor seguinte:

“Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos, edés annos, aos treze dias do mês de Dezembro do dicto anno, nesta Capital de Porto Alegre, em as cazas da Camera desta mesma Villa, onde foi vindo o doutor Corregedor desta Comarca Antonio Monteiro da Rocha, para effeito de proçeder a eleição das Justissas nesta

nova Villa, esendo ahi tendo achado eleitos legalmente as Justissas exercendo asua Jurisdicção, por se terem mudado da Villa do Rio Grande do tempo da Invasão dos Hespanhoes, para esta de Porto Alegre, que sómente lhes faltava a solemnidade da erecção do Pelourinho, que se acha já feito, como consta d'este Livro, por isso houve por empossados os Vereadores actuaes, Procurador da Camara, e Almotacés, para continuarem na sua Jurisdicção, da mesma forma, que aestavam exercendo, para o que mandou fazer este aucto, emque assignou comigo, Guilherme Ferreira de Abreu, Escrivão da Ouvidoria, que escrevi, e assignei — Guilherme Ferreira de Abreu". (Transcrito R. Arquivo Público — N.º 2. R. G. S. pág. 82).

Importante é o documento transcrito por José Gonçalves dos Santos Silva, nas suas "Leis em Conflitos", na página noventa (90), que diz: "...o auto ou termo de demarcação (da Praça e criação do Pelourinho da Villa do Rio Grande de São Pedro) se achou sem a fôlha do centro", como lemos na página cento e dezenove da "Exposição Histórica e Jurídica — Questão de limites — entre Santa Catarina e Paraná", da autoria do Conselheiro Manuel da Silva Mafra, impresso na Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, ano de 1899.

Tal termo de "demarcação da Praça e criação do Pelourinho" é do teor seguinte: "Aos 16 dias do mez de dezembro de 1751 annos, na Povoação deste estabelecimento do Rio Grande de São Pedro, no campo chamado o Moinho de Vento, onde o Dr. Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca o Dr. Manoel José de Faria comigo Escrivão do seu cargo foi, e sendo ahi pelo dito Ministro se destinou o referido campo para a praça da nova Villa que sua Magestade fôra servida mandar se creasse no dito Estabelecimento por ser parte d'elle mais conveniente para o sobredito effeito; e estar junto á maior povoação que the o presente nelle havia, motivo porque mandou por pessoas intelligentes cordear o dito campo uma quadra de cincoenta braças de frente, outras tantas de fundo; o qual faz a primeira face pela sua direita, que corre desde as casas da mulher chamada Florença, onde faz angulo ao sudoeste quarta do sul, e das ex-

tremidades desta, tirando duas linhas paralelas que vão buscar a mangueira pelo rumo do sueste quarta de léste fixou a quadra com outra linha que segue o mesmo rumo ao sudoeste quarta do sul como a primeira no meio do qual.....". Falta parte do documento; a que transcrevemos constitue o "Translado do Foral da Vila do Rio Grande de São Pedro" como se pode lêr no "Livro da Creação de Pôrto Alegre", na página seis e seis verso, felizmente guardado no Arquivo Municipal de Pôrto Alegre.

Nasceu o município primaz do nosso Estado, como "Vila e lugar forte", no meio daquela grande convulsão política entre espanhóis e portugueses, vencendo estes para governarem com suas leis e costumes, seguindo as próprias usanças, pois as duas raças ficaram materialmente divididas pelas fronteiras naturais.

Importando a instalação do município do Rio Grande de São Pedro, situado no território austral do Brasil, na existência das magistraturas locais, no exercício da jurisdição e da autoridade, em garantir a liberdade e os direitos do homem de trabalho, a robustez moral e material do colonizador luso-brasileiro foi galvanizada, para em breve tempo transformar o canal do Rio Grande, o rio São Gonçalo, a lagoa dos Patos, o lago do Guaíba e a bacia do Jacuí na grande estrada civilizadora.

Vencido o obstáculo do "banco" da barra do Rio Grande de São Pedro pela praticagem dos nautas portugueses, foi possível a fixação dos elementos colonizadores na "ponta de terra" entre o saco da Mangueira e o canal da ilha dos Marinheiros, no limite do "linha de inundação", em superfície convexa, aumentada continuamente pelas "aluvões", grande quantidade de terreno sedimentário trazidos pelas águas fluviais.

Com a "lagôa" dos Patos, na proximidade, cujas costas serviriam de "refúgios", a população da primitiva Vila, procura a "confluência dos rios" e, local sempre escolhido para as organizações humanas, encontram sítio de terras fecundas e abundância de água potável, no "Pôrto dos Casais", onde entre propriedades rústicas, constituídas de terras de

semeaduras, árvores e granjearia, reorganizam a defesa da soberania nacional.

Na época difícil da conquista espanhola, o colonizador luso-brasileiro, defendendo-se dos soldados inimigos e dos corsários de mar, transporta a “Vila do Rio Grande de São Pedro do Sul”, para o maciço granítico da Serra do Mar, onde se apresenta como rochedo isolado, de altitude de trezentos metros (entre Pôrto Alegre e Viamão: Morro de Santana = 314 metros; Morro Polícia = 289 metros; Morro de São Pedro = 275 metros; Morro de Belem Velho = 200 metros).

A primitiva “Vila”, com sua Justiça e sua Fôrça, com seu Povo e seu Poder político, alcandorada no maciço do Pôrto dos Casais, espera os tempos pacíficos, para se transformar na Vila de Pôrto Alegre, onde em 1810, aos 13 dias de dezembro, foi, pelo corregedor da Comarca, **“achado eleitos legalmente as Justissas exercendo asua Jurisdicção, por se terem mudado da Villa do Rio Grande do tempo da Invasão dos Hespanhoes, para esta de Porto Alegre...”**.

Esta é a razão porque a Vila de Pôrto Alegre, criada pelo alvará de 23 de agôsto de 1808, é de pleno direito erigida em “nova Villa de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre”, pelo Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca dr. Antônio Monteiro da Rocha, **“aos onze dias do mês de dezembro de mil oitocentos e dés annos...”**, “convocadas tôdas as pessoas da Nobreza, e Povo, eestando todos presentes se levantou o Pelourinho, em que estavam todas Insignias da Jurisdicção Real” (Ato da criação da V. de P. A. transcrito página 70 — n.º 2 — Revista Arquivo Público R. G. S.).

Outrossim, importa informar que a “provisão real”, do Príncipe Regente de Portugal, Brasil e Algarves, datada em 7 de outubro de 1809, na cidade do Rio de Janeiro dividiu o território sul-riograndense em quatro municípios, tendo como sedes, às vilas de Rio Grande de São Pedro, Pôrto Alegre, Santo Antônio e Rio Pardo — cujas organizações jurídicas e administrativas se processariam no período de dois anos.

As desigualdades topográficas da Vila de Pôrto Alegre, cuja ereção data de 11 de dezembro de 1810, longe de apresentar embaraço, pela complicação do “maciço montanhoso do seu território”, facilitou a defesa e assegurou a penetração às “regiões” do planalto, da de depressão, das coxilhas e rápida comunicação com o litoral.

Na área de contacto das “regiões naturais” do Continente de São Pedro do Sul, hoje, se ergue a metrópole do Estado do Rio Grande do Sul, onde o sistema de vias de comunicações permitindo o comércio, asseguram a organização das indústrias e consolidam a riqueza pública.

Riqueza Pública dos Municípios

1932

MUNICÍPIOS	V A L O R E S								Média per capita
	Pecuária	Principais produtos agrícolas	Comercial	Industrial	Predial	Territorial	Total	População	
Alegrete	81.511:260\$	1.792:890\$	3.902:000\$	1.719:500\$	60.000:000\$	99.840:500\$	248.766:150\$	41.770	5:955\$617
Alfredo Chaves	8.929:750\$	7.487:360\$	2.111:888\$	2.083:331\$	25.826:400\$	11.725:500\$	58.164:229\$	28.700	2:026\$628
Antônio Prado	3.305:640\$	3.117:250\$	1.388:030\$	982:762\$	13.989:600\$	10.230:500\$	33.013:782\$	13.600	2:427\$484
Arroio Grande	23.220:070\$	3.066:810\$	1.148:000\$	751:350\$	15.285:600\$	28.318:700\$	71.790:530\$	13.800	5:202\$212
Bagé	59.184:300\$	3.414:600\$	16.285:165\$	27.204:094\$	118.200:000\$	115.728:800\$	340.016:959\$	59.100	5:753\$243
Bento Gonçalves	6.917:740\$	11.746:960\$	2.938:716\$	3.085:919\$	34.762:500\$	13.804:800\$	75.256:635\$	30.900	2:435\$489
Bom Jesus	19.982:350\$	1.211:730\$	706:980\$	370:043\$	10.479:000\$	32.797:360\$	65.547:468\$	10.180	6:438\$847
Caçapava	26.074:380\$	2.049:750\$	1.444:520\$	400:416\$	29.691:800\$	58.139:965\$	117.800:831\$	30.650	3:843\$294
Cachoeira	36.039:930\$	24.827:690\$	9.260:440\$	8.609:029\$	126.100:000\$	66.207:766\$	271.044:855\$	78.660	3:445\$777
Candelária	5.903:730\$	6.049:630\$	1.243:502\$	1.315:095\$	12.681:900\$	10.565:650\$	37.759:507\$	14.500	2:604\$103
Cangussú	25.657:110\$	9.708:000\$	1.630:600\$	2.175:624\$	44.992:350\$	43.983:070\$	128.146:754\$	46.150	2:776\$744
Carazinho	8.133:640\$	2.373:700\$	7.818:000\$	4.485:600\$	40.807:800\$	38.775:500\$	102.394:240\$	41.100	2:491\$344
Caxias	6.678:940\$	8.445:680\$	8.620:033\$	37.237:800\$	43.400:000\$	17.210:640\$	121.593:093\$	36.300	3:349\$671
Conceição do Arroio....	13.212:740\$	3.346:910\$	1.485:090\$	254:016\$	26.915:760\$	20.943:800\$	66.158:220\$	25.950	2:549\$449
Cruz Alta	28.577:140\$	10.520:610\$	10.958:110\$	6.835:351\$	91.740:000\$	50.942:150\$	199.573:361\$	47.400	4:210\$408
D. Pedrito	44.357:700\$	1.655:580\$	2.279:480\$	474:869\$	38.640:000\$	116.266:770\$	203.674:399\$	22.900	8:894\$078
Encantado	10.079:860\$	5.933:190\$	2.375:010\$	1.192:330\$	34.178:400\$	18.313:450\$	72.072:240\$	33.230	2:168\$890
Encruzilhada	27.839:210\$	5.117:930\$	3.218:903\$	459:228\$	39.302:640\$	52.470:630\$	128.408:546\$	38.500	3:335\$286
Erechim	19.214:330\$	24.036:300\$	13.552:000\$	20.964:350\$	78.000:000\$	58.812:500\$	214.579:480\$	65.000	3:301\$222
Estrêla	10.118:520\$	6.162:550\$	5.515:109\$	19.654:435\$	41.676:000\$	19.344:400\$	102.471:005\$	27.180	3:770\$088
Garibaldi	5.887:170\$	4.526:960\$	1.767:546\$	4.689:730\$	26.360:000\$	14.056:750\$	57.288:156\$	22.600	2:534\$874
Gravataí	6.037:260\$	1.949:920\$	2.835:855\$	1.431:616\$	25.517:960\$	14.394:900\$	52.167:511\$	26.000	2:006\$442
Guaíba	8.056:410\$	7.952:240\$	1.180:009\$	11.615:986\$	25.030:000\$	21.657:250\$	75.491:886\$	25.220	2:993\$334
Guaporé	24.413:080\$	18.279:230\$	6.891:345\$	12.730:500\$	45.960:000\$	26.850:000\$	135.123:155\$	56.000	2:412\$913
Herval	24.041:540\$	809:770\$	1.097:600\$	104:000\$	17.264:000\$	35.425:900\$	78.742:810\$	12.950	6:080\$525
Ijuí	16.376:570\$	7.747:440\$	13.155:000\$	2.299:500\$	68.409:000\$	30.250:000\$	138.237:510\$	45.600	3:031\$524
Iraí (*).....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Itaqui	38.439:660\$	1.347:160\$	1.931:000\$	2.947:364\$	30.254:000\$	54.649:490\$	129.568:674\$	19.250	6:730\$840
Jacuí	3.209:740\$	4.522:920\$	1.040:000\$	199:250\$	22.500:000\$	11.411:229\$	42.883:139\$	19.550	2:193\$510
Jaguarão	23.013:880\$	1.267:830\$	3.062:509\$	1.548:085\$	36.850:400\$	20.156:200\$	85.898:895\$	19.050	4:509\$128
Jaguarí	4.005:090\$	5.895:500\$	2.013:000\$	2.891:220\$	20.905:920\$	9.055:158\$	44.765:888\$	20.500	2:183\$701
Júlio de Castilhos....	19.225:720\$	7.136:360\$	3.093:000\$	8.264:000\$	32.697:000\$	39.840:900\$	110.256:980\$	21.800	5:057\$659
Lagôa Vermelha	28.669:910\$	12.574:840\$	2.636:690\$	1.347:990\$	42.223:120\$	66.873:400\$	154.325:950\$	38.500	4:008\$466
Lageado	21.215:370\$	14.323:000\$	5.076:378\$	11.831:361\$	61.830:400\$	34.853:300\$	149.129:809\$	51.600	2:890\$112
Lavras	25.591:400\$	1.745:190\$	1.293:500\$	810:629\$	14.812:000\$	43.667:100\$	87.919:819\$	12.700	6:922\$827
Livramento	53.063:560\$	1.465:340\$	6.911:500\$	32.056:600\$	94.392:000\$	120.859:834\$	308.748:834\$	47.200	6:541\$288
Montenegro	18.747:090\$	11.460:600\$	4.737:500\$	12.295:843\$	86.967:000\$	45.750:200\$	179.958:233\$	63.600	2:829\$374
Nova Trento	1.385:380\$	1.971:890\$	1.169:190\$	937:856\$	20.336:700\$	9.128:800\$	34.929:816\$	11.300	3:091\$134
Novo Hamburgo	176:450\$	269:970\$	4.439:890\$	44.545:850\$	30.850:900\$	2.063:450\$	82.346:510\$	12.300	6:694\$838
Palmeira	19.027:610\$	6.146:230\$	3.331:950\$	484:070\$	49.080:160\$	34.564:300\$	112.634:320\$	54.200	2:078\$123
Passo Fundo	27.596:400\$	14.736:290\$	16.684:000\$	9.385:500\$	110.925:000\$	75.771:200\$	255.098:390\$	78.300	3:257\$961
Pelotas	18.260:360\$	10.682:150\$	49.073:200\$	26.632:694\$	314.550:600\$	50.427:550\$	469.626:554\$	103.700	4:528\$703
Pinheiro Machado	23.570:510\$	2.721:270\$	771:300\$	669:645\$	15.290:200\$	28.830:594\$	71.853:519\$	16.350	4:394\$710
Piratiní	26.497:610\$	2.746:210\$	1.647:000\$	346:540\$	20.160:100\$	29.147:615\$	80.545:075\$	19.770	4:074\$104
Pôrto Alegre	2.847:700\$	534:320\$	225.218:600\$	173.806:754\$	1.614.820:000\$	18.013:500\$	2.035.240:874\$	307.000	6:629\$449
Prata	3.411:790\$	3.399:460\$	1.176:100\$	3.019:440\$	23.140:650\$	35.470:200\$	69.617:640\$	26.600	2:617\$204
Quaraí	32.383:540\$	163:380\$	1.152:800\$	438:725\$	24.000:000\$	57.975:300\$	116.113:745\$	18.000	6:450\$763
Rio Grande	15.407:300\$	2.595:530\$	162.528:184\$	94.172:950\$	245.880:000\$	29.286:200\$	549.870:164\$	68.300	8:050\$807
Rio Pardo	16.654:870\$	7.141:370\$	3.088:470\$	1.339:033\$	33.296:300\$	33.673:100\$	95.193:143\$	30.600	3:110\$887
Rosário	37.513:970\$	3.038:670\$	1.951:000\$	8.500:570\$	41.900:000\$	65.215:200\$	158.119:410\$	24.450	6:467\$051
Santa Cruz	15.986:500\$	15.576:290\$	6.181:900\$	15.601:600\$	79.000:000\$	51.189:500\$	183.535:790\$	52.700	3:482\$652
Santa Maria	20.104:720\$	9.549:180\$	11.446:000\$	7.927:200\$	117.300:000\$	36.063:600\$	202.390:700\$	61.200	3:307\$037
Santa Rosa	11.505:760\$	14.803:200\$	1.792:900\$	609:554\$	34.230:800\$	58.872:400\$	121.814:614\$	36.600	3:328\$268
Santa Vitória	21.004:680\$	1.876:180\$	4.269:000\$	177:000\$	23.742:000\$	51.547:925\$	113.607:785\$	15.830	7:176\$739
Santiago do Boqueirão..	21.496:840\$	2.470:460\$	2.189:800\$	249:600\$	28.104:400\$	50.962:600\$	105.473:700\$	24.800	4:252\$971
Santo Amaro	9.024:960\$	905:190\$	829:000\$	377:251\$	9.165:400\$	11.585:540\$	31.887:341\$	10.720	2:974\$565
Santo Ângelo	17.332:080\$	5.407:130\$	6.743:000\$	12.213:916\$	50.186:250\$	48.593:700\$	140.476:076\$	33.900	4:143\$836
Santo Antônio	14.479:230\$	14.082:070\$	3.015:300\$	5.093:700\$	56.360:400\$	31.864:700\$	124.895:400\$	54.000	2:312\$877
São Borja	46.596:320\$	1.255:000\$	3.843:200\$	386:000\$	47.728:000\$	62.940:000\$	162.748:520\$	35.800	4:546\$048
São Francisco de Assis..	23.579:110\$	1.038:620\$	1.390:800\$	442:076\$	30.331:000\$	41.487:009\$	99.268:606\$	26.000	3:818\$023
São Francisco de Paula	27.975:540\$	1.326:160\$	1.494:800\$	5.549:351\$	28.156:300\$	47.731:600\$	115.233:751\$	33.300	3:460\$472
São Gabriel	54.633:030\$	3.252:520\$	3.772:900\$	9.916:420\$	70.296:000\$	118.054:000\$	259.924:870\$	35.150	7:394\$733
São Jerônimo	16.814:080\$	4.116:730\$	2.352:000\$	21.147:580\$	51.330:640\$	29.960:175\$	125.721:205\$	30.600	4:108\$535
São João de Camapuã..	15.077:240\$	5.836:880\$	2.059:300\$	977:840\$	19.216:500\$	92.636:950\$	135.804:710\$	19.500	6:964\$344
São José do Norte....	12.778:810\$	7.095:530\$	1.141:700\$	46:320\$	20.240:100\$	5.241:100\$	46.543:560\$	17.450	2:667\$252
São Leopoldo	8.590:310\$	4.899:860\$	4.508:650\$	19.171:856\$	93.196:000\$	29.073:100\$	159.439:776\$	50.650	3:147\$873
São Lourenço	15.276:220\$	13.495:040\$	2.345:000\$	889:800\$	42.150:000\$	24.999:975\$	99.156:035\$	28.100	3:528\$684
São Luiz Gonzaga.....	22.786:840\$	15.290:240\$	4.157:000\$	939:482\$	46.190:200\$	35.989:100\$	125.352:862\$	53.650	2:336\$493
São Pedro	5.147:700\$	2.134:730\$	1.854:000\$	269:400\$	14.730:000\$	10.255:647\$	34.391:477\$	14.730	2:334\$791
São Sebastião do Cai...	13.771:120\$	9.646:020\$	3.445:700\$	6.663:300\$	63.450:100\$	27.422:350\$	124.398:590\$	49.750	2:500\$471
São Sepé	19.204:680\$	1.557:130\$	839:500\$	330:500\$	25.080:009\$	37.666:030\$	84.677:840\$	19.800	4:276\$658
São Vicente	20.119:640\$	6.294:890\$	1.272:500\$	977:090\$	24.928:800\$	51.547:925\$	105.140:845\$	22.000	4:779\$120
Soledade	15.575:990\$	4.133:800\$	1.832:300\$	197:675\$	38.122:980\$	57.589:300\$	127.452:045\$	42.900	2:970\$910
Tapes	7.256:420\$	4.969:210\$	1.168:200\$	2.559:200\$	19.592:000\$	16.545:820\$	51.999:850\$	15.800	3:291\$129
Taquara	11.661:320\$	15.903:860\$	9.150:700\$	10.030:600\$	66.880:000\$	33.171:600\$	146.798:080\$	53.800	2:728\$588
Taquarí	5.486:510\$	4.645:620\$	4.806:550\$	1.571:360\$	36.928:609\$	16.287:000\$	69.725:640\$	33.930	2:054\$984
Tôrres	4.746:200\$	449:050\$	1.078:500\$	309:816\$	18.160:300\$	4.294:300\$	29.038:166\$	15.650	1:855\$473
Triunfo	4.275:450\$	697:130\$	390:500\$	723:710\$	13.120:200\$	11.103:890\$	30.310:880\$	13.510	2:243\$588
Tupaceretã	21.404:180\$	2.790:610\$	4.374:320\$	9.461:036\$	29.835:400\$	46.171:200\$	114.036:746\$	22.250	5:125\$247
Uruguaiana	67.576:340\$	1.372:360\$	5.705:600\$	11.277:090\$	91.000:000\$	118.225:500\$	295.156:890\$	42.000	7:027\$545
Vacaria	35.315:680\$	12.263:650\$	2.016:300\$	714:929\$	43.486:009\$	73.037:800\$	166.834:359\$	38.370	4:348\$041
Venâncio Aires	7.267:330\$	6.905:500\$	4.605:500\$	1.808:300\$	36.728:000\$	18.083:500\$	75.398:130\$	27.550	2:736\$774
Viamão	7.857:870\$								

	N.ºs	Municípios	Sede Altitude em metros	Superfície em Km.²	POPULAÇÃO				Coeficien- te de cresci- por mil	Índice vital	
					Urbana	Rural	Total				
Z O N A A L T A	REGIÃO DO PLANALTO	1	Alfredo Chaves	705	632	4.760	25.511	30.271	47,9	14,46	434,35
		2	Antonio Prado	770	468	4.420	10.048	14.468	30,9	19,49	409,89
		3	Arroio do Meio	200	538	2.174	12.870	15.044	31,6	35,29	582,73
		4	Bento Gonçalves	675	530	4.347	24.425	28.772	54,3	15,25	394,63
		5	Bom Jesus	1.000	4.460	2.100	8.343	10.443	2,3	10,62	370,73
		6	Candelária	160	798	4.068	10.881	14.949	18,7	16,85	319,13
		7	Carasinho	592	2.680	3.816	39.720	43.536	16,2	20,97	336,53
		8	Caxias	760	738	12.610	19.390	32.000	43,4	22,90	304,75
		9	Cruz Alta	500	6.375	12.690	36.110	48.800	7,7	17,00	259,31
		10	Encantado	215	1.300	1.945	27.427	29.372	22,6	21,58	481,92
		11	Erechim	768	4.691	6.200	82.142	88.342	18,8	19,57	517,63
		12	Estrêla	198	726	3.380	25.187	13.528	32,4	19,25	352,29
		13	Farroupilha	702	417	2.870	10.658	28.567	39,3	27,49	479,59
		14	Flôres da Cunha	710	480	3.775	8.323	12.098	25,2	28,10	519,75
		15	Garibaldi	640	503	4.676	19.006	23.682	47,1	20,81	510,83
		16	Getúlio Vargas	760	1.187	5.000	24.080	29.080	24,5	14,95	415,22
		17	Guaporé	720	1.922	4.980	54.582	59.562	31,0	22,76	518,52
		18	Ijuí	498	1.742	5.632	42.183	47.815	27,4	16,94	466,52
		19	Iraí	225	1.050	1.495	8.145	9.640	9,2	28,83	402,17
		20	Itaqui	66	5.512	8.000	10.390	18.390	3,3	5,27	149,23
		21	Jacuí	440	1.126	2.030	18.210	20.240	18,0	21,04	291,03
		22	Jaguari	153	705	3.625	17.186	20.811	29,5	10,86	260,28
		23	Julio de Castilhos....	507	3.405	4.268	19.821	24.089	7,1	14,44	282,20
		24	Lageado	199	1.062	3.270	37.842	41.112	38,7	20,55	397,53
		25	Lagôa Vermelha	805	6.633	3.826	36.473	40.299	6,1	20,03	439,08
		26	Palmeira	578	9.745	3.310	41.677	44.987	4,6	6,58	329,70
		27	Passo Fundo	670	8.600	27.520	51.607	79.127	9,2	15,75	252,32
		28	Prata	820	435	3.537	24.442	27.979	64,3	23,30	464,25
		29	Santa Cruz	122	2.313	11.718	42.698	54.416	23,5	12,92	248,63
		30	Santa Rosa	300	4.290	2.873	37.536	40.409	9,4	28,13	398,43
		31	Santiago do Boqueirão	380	4.011	2.875	21.647	24.522	6,1	9,74	229,12
		32	Santo Angelo	306	6.222	8.088	28.564	36.652	5,9	18,28	329,45
		33	Santo Antonio	57	1.768	3.113	51.101	54.214	30,7	9,46	368,59
		34	São Borja	99	6.660	11.182	24.198	35.380	5,3	6,67	235,63
		35	São Francisco de Assis	125	3.724	4.010	21.437	25.447	6,8	8,25	220,69
		36	São Francisco de Paula	922	6.510	2.474	30.976	33.450	5,1	13,96	391,88
		37	São Luiz Gonzaga	320	6.725	5.495	50.178	55.673	8,3	15,86	355,20
		38	Soledade	720	6.550	2.030	41.387	43.417	6,6	13,70	378,04
		39	Tupacretan	508	4.150	6.060	16.861	22.921	5,5	11,60	242,25
		40	Vacaria	980	6.194	3.060	36.686	39.740	6,4	13,76	414,37
		41	Venancio Aires	210	780	3.424	25.548	28.972	37,1	17,19	400,00

Z O N A B A I X A	REGIÃO DO MACIÇO	1	Arroio Grande	39	3.072	4.145	12.897	17.042	4,8	10,44	228,99
		2	Caçapava	425	4.690	5.450	25.322	30.772	6,5	8,64	227,88
		3	Cangussú	420	3.696	3.025	43.655	46.680	12,6	8,80	214,17
		4	Encruzilhada	420	5.007	2.490	34.123	36.613	7,3	5,35	195,61
		5	Guafba	4	1.961	2.564	23.141	25.705	13,1	12,17	224,21
		6	Herval	120	2.680	2.000	10.706	12.706	4,7	9,20	239,29
		7	Jaguarão	11	2.037	9.600	9.735	19.335	9,5	7,76	215,38
		8	Lavras	300	2.580	2.900	9.492	12.392	4,8	3,95	131,21
		9	Pelotas	7	3.152	66.800	38.281	105.081	33,8	0,84	105,69
		10	Pinheiro Machado	360	3.160	2.765	13.354	16.119	5,1	10,86	318,75
		11	Piratiní	342	3.182	2.110	17.488	19.598	6,2	9,32	230,94
		12	Porto Alegre	36	470	324.062	28.006	352.068	749,1	2,32	85,17
		13	São Gabriel	125	7.112	13.979	20.764	34.743	4,9	1,70	107,82
		14	São João de Camaquan	38	2.980	1.400	18.747	20.147	6,8	11,07	234,34
		15	São Lourenço	25	2.250	6.947	22.123	29.070	12,9	14,72	281,36
		16	Tapes	6	1.663	2.635	13.435	16.070	9,7	10,95	186,27
		17	Viamão	85	1.975	2.343	18.520	20.863	10,6	7,76	194,74
Z O N A B A I X A	Cochilhas Região de	1	Bagé	214	6.860	28.360	30.101	58.461	8,5	3,78	80,07
		2	Dom Pedrito	140	5.190	8.812	15.680	24.492	4,7	3,87	130,55
		3	Livramento	204	6.700	17.613	29.038	46.651	7,0	2,44	85,51
		4	Quaraí	100	3.512	6.106	11.841	17.947	5,1	0,66	105,94
		5	Rosário	130	4.800	9.456	14.391	23.847	5,0	8,18	193,75
	TRANSVERSAL REGIÃO DA DEPRESSÃO	1	Alegrete	96	7.845	15.713	25.452	41.165	5,2	1,06	107,61
		2	Cachoeira	125	6.157	20.520	61.073	81.593	13,3	8,70	200,42
		3	Gravatá	32	933	3.142	22.758	25.900	27,7	7,18	154,07
		4	Montenegro	34	1.155	12.305	52.942	65.247	56,5	14,45	333,99
		5	Novo Hamburgo	35	60	8.497	3.849	12.346	205,8	12,15	181,97
		6	Rio Pardo	53	3.140	8.268	22.170	30.438	9,7	8,08	186,01
		7	Santa Maria	206	3.257	25.000	38.671	63.671	19,5	3,23	116,94
		8	Santo Amaro	16	875	1.375	9.291	10.666	12,2	9,46	260,32
		9	São Jerônimo	30	3.780	5.315	25.442	30.757	8,2	14,21	250,17
		10	São Leopoldo	26	1.228	17.805	29.220	47.025	38,3	13,80	222,45
		11	São Pedro	150	895	2.919	12.501	15.420	17,2	12,39	217,18
		12	São Sebastião do Cai.	28	1.256	4.857	46.848	51.705	41,2	9,84	247,11
		13	São Sepé	175	3.355	3.064	16.930	19.994	6,0	9,00	248,76
		14	São Vicente	118	2.562	2.400	20.276	22.676	8,9	7,63	235,16
		15	Taquara	29	1.527	10.420	44.086	54.506	35,7	8,37	206,79
		16	Taquarí	76	880	6.582	27.078	33.660	38,2	9,92	284,53
		17	Triunfo	45	800	1.782	11.946	13.728	17,2	13,69	354,05
		18	Uruguaiana	75	6.825	20.778	21.138	41.916	6,1	2,62	117,08
Z O N A B A I X A	Região Litorânea	1	Osório	3	3.212	2.932	23.157	26.089	7,3	10,20	291,37
		2	Rio Grande	6	5.020	53.678	16.218	69.896	21,8	0,84	104,85
		3	Santa Vitória	6	5.020	5.498	11.582	17.080	3,4	6,32	180,00
		4	São José do Norte....	3	4.957	2.904	15.188	18.092	4,6	18,80	221,40
		5	Torres	66	1.398	1.520	14.153	15.673	11,2	6,25	213,95

OBSERVAÇÃO: Os números em **negrito** indicam às grndezas maximas e mínimas de cada tabela.

		Superfície km.²	Urbana	POPULAÇÃO		Densidade habs./km.²	Coeficiente de cresci- mento por mil	Índice vital	
				Rural	Total				
Est. Rio Grande do Sul	Zona Alta	Planalto	128.357	216.726	1.175.490	1.392.216	10,8	16	363
	Zona Baixa	Litoral	51.667	455.215	359.789	815.004	15,7	9,3	200
		Depressão transversal ..	27.062	70.347	101.051	171.398	6,3	3,6	118,6
		Coxilhas	46.530	170.742	491.671	662.413	14,2	8,8	217,7
		Maciço	17.139	66.532	80.298	146.830	8,5	10,2	202
		Dados finais	270.755 (*)	979.562	2.208.299	3.187.861	11,5	9,5	220,2

(*) Diminuída da área lagunar — área total do Estado é de 285.289 km.²

O levante dos dragões do Rio Grande em 1742

Gal. João Borges Fortes

O Brasil era a longínqua colônia tosquiada.

Seus habitantes tinham um único mister aos olhos cupidos da Córte: — procurar e cavar ouro, para atulhar o sacco impreenchível da desmedida ambição d'El-Rei.

A metrópole queria terras, mais terras, não pela glória das bandeiras da pátria, queria terras onde se encontrassem o ouro. Era a sua obsessão.

Inspirada dessa nevrose, atirava os heróicos portugueses, os impertérritos paulistas pelas brenhas dos sertões, pelas regiões hostis do Amazonas, pelas praias ermas do Atlântico; lançara-se um dia até a margem deserta do rio da Prata, embalada sempre no sonho do Eldorado.

E na mesma faina assentara o presidio de Jesús Maria José sobre a praia do Rio Grande, de onde estaria a cavaleiro para firmar-se nas campanhas de Buenos Aires e sondar aquele misterioso Império que os jesuítas tinham erigido nas Missões Orientais do Uruguai.

* * *

Havia cinco anos que os dragões do Rio Grande alí tinham aportado, no meio de grandes perigos, e nunca mais lhes chegara o descanso.

O inimigo próximo os ameaçava permanentemente, com

as suas insídias, com a sua superioridade, com o seu ódio irreconciliável.

Era uma tarefa infinita de levantar trincheiras de construir muralhas, de transportar materiais escassos, de defender postos.

As guardas, as fachinas, os piquetes, as sentinelas...

De dia aquela faina de construir, de noite a vigilância das armas.

E isso sem tréguas, desde o primeiro dia do desembarque, aos 17 de fevereiro de 1737 até àquela data, 5 de janeiro de 1742.

Os que desertavam viam-se obrigados a voltar, ou porque fôsem caçados nos extremos da vigilância da posição ou porque corriam o risco de morrer à fome ou nas mãos dos índios.

Os que iam suportando tinham mais horrores a sofrer. Oficiais e sargentos, não todos, porém, requintavam em crueldade naquilo que êles chamavam a disciplina.

Esbordoavam à pau os que lhes decaíam da confiança, chegando ao ponto de os aleijarem, ofendiam-lhes os brios humanos e a dignidade de soldados.

Iludiam a lei e enganavam os pobres exilados, aceitando a substituição de alguns que procuravam se eximir legalmente, voltando aos lares, e retendo depois substituídos e substitutos.

Naquele degrêdo, em que tudo faltava, sonegavam os fardamentos e nem a importância que lhes correspondia, e que se ia acumulando, era adjudicada aos seus donos.

Os soldados não os recebiam desde vinte meses.

Doentes e indo para o hospital não tinham as dietas regulamentares, que eram desviadas ao sa bor dos traficantes incumbidos de cuidar dos infelizes enfermos.

A êsse quadro de misérias e injustiças ajuntava-se a fome: desde cinco meses que nenhuma embarcação chegara ao pôrto, e, a última, trouxera mil e seiscentos alqueires de trigo, quando há muito já, não havia pão.

Tinham lhes prometido pagar tôda a farinha vencida, integralmente, mas faltaram a essa palavra.

Davam-lhes além da carne, que sobrava naquelas regiões, onde as manadas de gado se espalhavam por milhares de cabeças, uma espiga de milho por dia e uma abóbora para quinze dias!

Desgraçado o que reclamasse: a prisão e o calabrote estavam à espera do **criminoso**.

Eram os dragões: não tinham o direito de montar a-cavalo, e se o faziam, mesmo em selas de sua propriedade, estas eram extorquidas e perdidas pelos seus donos.

E êles, como os homens da infantaria e, os da artilharia, eram conventualmente recolhidos aos quartéis às oito horas da noite, os portões fechados para só se reabrirem na madrugada seguinte quando começava rotativamente aquela vida de sacrifícios, de misérias, de angústias...

Presídio era o nome que se dava ao novel estabelecimento na significação de um pôsto militar; presídio era de fato, pois que, embora habitado por homens livres, se transformara em verdadeira casa dos castigos.

A maioria daqueles pobres soldados viera do reino e das capitâneas para defender a colônia do Sacramento e para um corpo de dragões que a iria guarnecer. Seria a vida acidentada, aventureira dos reconhecimentos, das diligências, das cavalgatas...

Em vez, os tinham lançado no inferno.

* * *

Tinham sofrido duramente, demais...

Bastava de injustiças, de miséria, de fome, de maus tratos: revoltaram-se. Desconheceram a autoridade hierárquica daqueles oficiais e sargentos, dos seus algozes, cujos galões e divisas eram o broquel que acobertava a crueldade, o arbítrio e a violência.

Pouparam aquele inepto coronel que os comandava e que ali andava cego, absorvido pelo pensamento de que aquelas inseguras fortificações que se iam erguendo e es-

tendendo para a defesa não só dos corpos, que isso pouco importava, mas da honra de suas armas, da glória de sua bandeira, eram um frágil obstáculo ao inimigo combativo e audaz, que não prevenia os seus ataques.

Inepto que não percebia os desmandos e a prepotência de seus imediatos auxiliares para reprimí-las, êle que tinha entretanto um bom coração, capaz de compartilhar e compreender a mágua e justiça dos seus soldados.

Cego... Como havia de ver, como havia de saber, se os protestos não lhe iam aos ouvidos, porque murmurar uma queixa, tentar uma repulsa, a simples suspeita de uma reclamação, eram motivos para redobram os castigos que aqueles carrascos, de corações empedernidos, infligiam sob o nome de disciplina.

Desesperados também, os algozes. E' que êles eram como as vítimas sôbre que descarregavam a sua raiva, o seu despeito, também vítimas daquele abandono, do exílio forçado a que os tinha atirado o Destino.

Salvavam-se poucos dentre os superiores aqueles que, dentro do dever de seus postos, sabiam ser humanos e compassivos e que no momento da crise puderam compreender onde residia a justiça, onde começava o crime.

*
* *

Na véspera de Reis de 1742, os dragões e os demais soldados decidiram não obedecer mais aos tiranos.

Surpreendidos, estes alvorotaram-se e decidiram logo a reação violenta: mandaram armar os soldados que ainda não estavam nas fileiras dos rebelados e prepararam-nos para massacrar os seus companheiros de martírios.

A sujeição ou a morte...

Era o conselho da prepotência, a doutrina invariável do arbítrio, o dilema de fogo que a injustiça, a força bruta, a tirania praticam sempre, quando se prevalecem do nome da lei e exercitam as suas paixões irreprimíveis.

Se resistissem, matá-los; se cedessem, culminariam os castigos, resvalariam para a ignomínia.

E lá foram os soldados investidos do papel de restaurar a lei...

Carregaram os trabucos reivindicadores... de areia.

Ninguém obedeceria, todos firmes na revolta contra a opressão.

* * *

O forte estava desarmado. Se o castelhano o soubesse, se estivesse avisado do que se ia passando dentro daquelas instáveis trincheiras e espaldões, se aquilo fôsse maculado também pela traição, premeditado e concertado com êle?...

Se aquela desobediência fôsse o prólogo da vingança e das represálias contra os carrascos?...

Se as vítimas que tanto haviam sofrido se arvorassem agora em julgadores dos verdadeiros criminosos?

Onde iriam a honra das armas, a vida dos oficiais, dos sargentos, o princípio de autoridade que a lei emprestava ao coronel e que êle tão incapazmente deixara arrastar até aquela conjuntura angustiosa?

A larga experiência da vida, a sua argúcia, o império das circunstâncias fizeram-no compreender de um relance a iminência do perigo, a possibilidade das consequências, o resultado daquele inopinado movimento de revolta.

Abriram-se-lhe os olhos e viu que os seus comandados, os resignados, os humildes sofredores, os disciplinados soldados tinham por si a justiça e os sentimentos da bondade humana.

Os seus auxiliares, os rudes executores de uma falsa compreensão da lei, os pregoeiros da subordinação incondicional a uma autoridade estúpida e férrea, êsses não podiam receber o seu apóio, a sua solidariedade. Porém, não os abandonaria ao ódio que teriam sem dúvida gerado.

E naquela terrível situação lembrar-se-ia êle também de que êle próprio precisava salvar-se do opróbrio que recairia sobre o seu nome. De longe, o governo, a metrópole, o rei, culpados também de muito por semelhante ocorrência, jamais poderiam compreender e explicar que a razão

estava com aqueles míseros degredados e aquele surto de rebeldia era justo, humano, iluminado pela bondade divina...

*

* *

Os dragões eram, na sua simplicidade de soldados, almas eleitas. Nem deserção, nem traição, nem vinditas.

Aparentemente fora da lei, êles cumpriam os seus deveres de guardas da bandeira de sua pátria, de defensores das linhas confiadas ao seu valor, de depositários da honra militar.

Os chefes que abateram não mereciam a honra de os comandar. Elegeram outros, de seu próprio seio, que a posição de extrema fronteira e a proximidade do inimigo impunham como indispensáveis para o caso de terem de combater.

Defenderiam os fortes à custa de todo o esforço. Derramariam o seu sangue pelo seu rei, a quem veneravam com a reverência que a majestade invocava.

Eram soldados fiéis à sua pátria, que entretanto só lhes falava com as ameaças da lei, o arcabusamento, o degrêdo, os trabalhos forçados, a vergonha sôbre os seus nomes...

Pairando sôbre tanta abnegação mais um exemplo de grandeza épica: nem uma vingança. Abandonaram os seus algozes ao remorso de suas próprias consciências; atiraram sôbre êles o desprezo que as suas almas peçonhentas mereciam.

Invertiam-se os pápeis: os fortes e prepotentes de ontem eram os vencidos de agora. Os distribuidores arbitrários de castigos estavam em julgamento, as vítimas eram os juizes.

*

* *

Os tenentes Barreto e Bandeira, dois oficiais que por sua conduta não se tinham confundido com os seus companheiros, buscaram uma solução para a crise. O coronel desejava-a, os dragões aceitavam-na.

Os bravos, os desinteressados, os honestos soldados, cri-

minosos porque repudiavam chefes indignos, estavam ferreteados por uma convenção que se chama lei.

A autoridade, outra convenção, que facilmente se confunde com o arbítrio, ficaria salva.

A argúcia do inteligente coronel tudo remediou: os dragões e seus companheiros venciam, porém assinariam um pedido de perdão que êle magnanimamente concederia.

Os rebelados escreveram o seu pedido e nêle detalhadamente expuseram o rosário pungente de suas queixas, testemunho clamoroso das injustiças e crueldades que sofriam.

O coronel concedia-lhes o perdão e nas dobras desse perdão alcançava o que êle próprio queria merecer, porquanto incluiu como cláusula das formuladas pelos rebeldes que êste perdão seria confirmado pelo general Gomes Freire.

As surpreendentes mistificações com que se deturpa a verdade, se ilude a lei, se profana a história!!

Aqueles homens simples, que poderiam apresentar-se sem mácula de crime a qualquer tribunal, pediram perdão!

O coronel, tão generoso, tão magnânimo, tinha uma infinita esperteza. O perdão era principalmente para êle...

*

* *

Tudo se normalizou. Raiou para os revoltados uma aurora de justiça.

A lei exigia-lhes muito; prometia-lhes tudo; o governo falhava-lhes também com tudo e por seus instrumentos ainda os maltratava, aviltava e sacrificava.

Rebelaram-se. Foi o primeiro levante no Rio Grande do Sul.

Calcaram a lei para firmarem o Direito.
Bem hajam.

Rio, outubro de 1930.

A região serrana e seu povoamento

Pedro Castello Saccarello.

Na atualidade pouco ou nada se diz referente ao fato histórico de terem sido duas as correntes de povoadores europeus que se degladiaram pela posse do Rio Grande, no extremo Sul do Brasil.

Uma, chefiada pelos arrojados Bandeirantes, composta de portugueses puro sangue e de mamelucos, saíu de Piratininga, tomou rumo ao Sul, pelo caminho que lhe pareceu mais fácil, e veio preando o índio selvagem, apossando-se da terra e de todos os produtos comerciáveis, que lhe apareciam às vistas. Não deixou, portanto, de procurar um elemento indispensável à sua existência, e a dos que iam se agrupando em lugares apropriados às exigências de seu comércio, ao longo de sua passagem, não descurando da caça ao boi selvagem, do qual retirava o alimento de que precisava e também o couro, mercadoria de grande procura naquela época.

A outra corrente, representada pela cruz nas mãos dos padres da ordem do fidalgo espanhol Inácio de Loyola, visava a conversão do selvagem à religião cristã. Ambas, porém, colimavam firmar, no terreno prático, o seu poderio sobre os seres vivos e as cousas, que iam encontrando, em uma terra completamente desconhecida do homem civilizado.

Estas duas correntes partiram do mesmo ponto, como veremos em seguida; caminharam em direções diferentes, e ao

cabo de muitíssimos anos vieram a se encontrar, dando lugar a episódios, cujas datas vão nos favorecer na apreciação que faremos sôbre a antiguidade do povoamento de nossa Região Serrana.

Caminho seguido pelo bandeirantes

Provado como está, por vários escritores, que foi na Capitania de São Vicente, hoje Estado de São Paulo, onde mais rapidamente se infiltrou o comerciante português, torna-se fácil a tarefa de provar que de lá nos veio uma forte corrente expansionista, formada pelas bandeiras de arrojados desbravadores. Estes, depois de vencerem a subida da Serra Geral, partindo de São Vicente, e de se estenderem pelo planalto imediato, aí formaram os primeiros núcleos de povoamento, pelo meiado do século XVI, ou seja pelo ano de 1550, mais ou menos.

Incansáveis, continuaram na sua tarefa, e vencidas as primeiras dificuldades tomaram rumo para o Sul, sempre pelo planalto, acompanhando as linhas retas, quebradas e curvas do divisor das águas do rio Paraná e o mar.

Encontrando elementos de conquista, e já senhores de imensos sertões, avançaram mais ao Sul, nunca abandonando o espinhaço da serra, seu guia contínuo, até que chegaram às nascentes do rio Pelotas, leve cortina aos extensos campos das Vacarias, que assim denominaram pela grande fartura de gado vacum aí existente.

Aquí devem ter parado por longo tempo os heróicos bandeirantes em suas arrebanhadas. E' natural, que depois de terem chegado à estas plagas, saídos de uma quase escuridão, os incansáveis homens se extaciassem na apreciação de tão vasto panorama, constituído de campos abertos em tôdas as direções, somente pontilhados de grandes capões de longe em longe. Viram, então, lotes de gado alçado, colhidos de repentino susto, correrem em debandada à procura do mato, onde se ocultavam para fugir àquela gente estranha. É bem possível que aí não faltassem outros animais de espécies diferentes, e que amedrontados seguissem o mesmo caminho

dos primeiros. Também não devia faltar o bugre, que encontrava neste ambiente abundância dos alimentos necessários à sua subsistência de selvagens; e naquela amplidão imensa, de horizonte sem limites e de matas virgens com árvores gigantescas, sobressaindo o pinheiro, encontrava um refúgio contra as perseguições, que lhe pudessem advir.

Depois de minuciosos estudos feitos através de fatigantes jornadas, durante as quais percorreram grandes extensões neste verdadeiro oceano de campo verde, devem ter procurado, aqueles destemidos aventureiros, erguer uma tenda, para um ponto de reunião, no lugar mais conveniente à sua existência e ao seu comércio, que continuava a ser o aprisionamento do bugre para escravo, o arrebanhamento do gado para consumo dos núcleos já formados, o couro do boi e de outros animais, bem como de metais, pedras preciosas, etc.

Pela sua situação geográfica, pelas suas condições topográficas, e outras mais de um meio físico excelente, deve ter sido Vacaria, hoje cidade do Planalto, o lugar escolhido para a construção de ranchos e de grandes e seguros mangueirões, à fim de darem agasalho ao indivíduo e segurança aos animais recolhidos.

Vacaria, por estar situada em um ponto não muito afastado de nossa fronteira, e portanto não muito longe de núcleos que vinham se formando através dos sertões e campestres do Paraná e Santa Catarina; por estar colocada em ponto central do planalto, quase equidistante das matas virgens que cobriam as caídas ondulantes para os rios Pelotas e Uruguai e as rampas íngremes que desciam em direção ao mar; por tôdas estas circunstâncias, e talvez por outras mais que não podemos perceber, devemos supor ter sido Vacaria o primeiro elo, em território riograndense, da longa e forte corrente dos bandeiras paulistas, compostas de portugueses puro sangue e do mameluco, produto do ajuntamento da mulher nativa com o estrangeiro. Diz a história que desta união nasciam homens valentes, mas semibárbaros e perseguidores ferozes do selvagem, quando empregados nas incursões contra o gentio.

Admitidos, como fatos verdadeiros, a entrada das bandeiras paulistas na nossa região serrana, e o estabelecimento em Vacaria da 1.^a sede de suas operações comerciais em gados e índios escravizados, devemos supor que as mesmas bandeiras continuassem o seu curso inicial, pelo imenso chapadão que se deparava às suas vistas. E disto temos a prova nos tradicionais nomes de: — Lagôa Vermelha, Mato Português, Mato Castelhana, Campo do Meio, Passo Fundo, Carazinho e Cruz Alta, que chamam a nossa atenção para êsse rosário estendido sobre o dorso do Serra Geral, representando cada conta um marco vivo das etapas dos audazes bandeirantes tropeiros, e cada nome uma distinção apropriada a cada lugar. Como veremos mais tarde, os missionários jesuítas somente empregavam nomes de santos nas denominações de seus estabelecimentos, enquanto o bandeirante mestiço distinguia de preferência suas etapas com nomes adequados aos lugares que percorriam.

Da hoje cidade de Passo Fundo podemos fazer ligeiras referências à sua antiguidade, fruto de nossas observações feitas no ano de 1885, após prolongada estadia nessa então vila.

Situada sobre o cimo da cordilheira da Serra Geral, na estrada antiquíssima de Cruz Alta à Lagôa Vermelha e Vacaria, à margem esquerda do arroio Passo Fundo, que lhe deu o nome, pode esta povoação beber águas tributárias dos três grandes rios: Jacuí, Taquari e Uruguai.

Há cincoenta anos passados constava o povoado de uma rua central, que era a referida estrada geral antiga, comprida e excessivamente larga, com poucas ruas — Travessas —, especialmente para o lado do Chafariz, que corresponde ao Norte.

As casas então existentes, muitas das quais eram de comércio, alinhavam-se ao longo da estensa rua. A igreja, de muito modesta aparência, não possuía ornamentação interna de vulto, e estava situada ao lado de uma praça, sobre o alto

de uma bonita lomba, no extremo Leste e pouco afastada da parte central do povoado.

Notava-se claramente a influência do paulista nos cognomes, nos hábitos e na própria conversação e cantigas populares, percebendo-se logo a intromissão do sertanejo vindo do Norte. No uso do cafézinho, preparado com esmero e bom gosto, via-se o costume do paulista, oferecendo-o a meúde aos seus visitantes.

A tradição, referida pelos mais antigos moradores, dizia terem sido as casas então existentes, desde as mais velhas às mais novas, construídas pelas duas margens da estrada geral, ampla em sua largura à fim de dar vazão aos milhares de animais, conduzidos em cada uma das tropas que por lá passavam anualmente em direção à Curitiba e São Paulo. Diziam mais, que o — Chafariz — era um bebedouro comum, que foi transformado pelos moradores em fonte, e com a aplicação de uma pequena bomba hidráulica com torneira, conseguindo uma água limpa e excelente.

Donde se depreende, sem esforço de imaginação, que o lugar predestinado a ser hoje a próspera cidade de Passo Fundo, foi de início um simples pouso ou sestiada dos condutores de tropas; pequenas as primeiras, como deviam ser de pouco vulto as arrebanhadas feitas nestas cercanias pelos primeiros bandeirantes paulistas, que foram crescendo com o decorrer do tempo e desenvolvimento de nossas fronteiras do Sul, donde vinham mais tarde as grandes tropas, que passaram pelo Passo Fundo, dando prosperidade ao lugar da fonte, depois — chafaris —, e criando aí a vila, hoje cidade.

Possivelmente o mesmo acontecera à Cruz Alta, Carazinho e Lagôa Vermelha, situadas tôdas aos lados da estrada geral primitiva, única favorecida pela mão da natureza, para pôr na mais pronta comunicação o centro e sul do Brasil. E é exatamente no extremo sul desta estrada, onde se encontra hoje a bela cidade serrana, Cruz Alta, que serve de ponto de partida para Palmeira, ao Norte, para Santa Maria da Bôca do Monte, ao Sul, e para Santo Ângelo, São Luiz e outros povoados das Missões, a Oeste.

De Carazinho, que conhecemos em rápida visita no ano de 1885, só podemos dizer que fica em esplêndida posição quanto ao seu comércio com as colônias novas, surgidas ultimamente aos seus lados de Norte e Sul; Carazinho, nesse tempo constava, apenas, de uma ou duas casas de negocio e algumas outras de moradia, espalhadas em uma estensa coxilha.

Lagôa Vermelha, ao contrário de Carazinho, suscita em nosso espírito longa meditação, embora não a conheçamos. Basta lembrar que entre Lagôa Vermelha e Passo Fundo se encontra — Campo do Meio —, que julgamos, pela própria denominação, ter êste nome devido a estar situado entre os dois pontões de mato da Serra Geral, conhecidos como sendo: um, mato Português, e o outro, mato Castelhana; nomes estes que supomos provirem de moradores no local, ou de fortes contendidas entre portugueses e espanhóis em épocas remotas.

Esta segunda parte de nossa suposição, e a mais provável, equivale se dizer que Lagôa Vermelha foi, em tempos remotos, verdadeira fronteira entre representantes das duas nacionalidades: Espanha e Portugal.

Mas isto deve ter acontecido depois do aparecimento dos missionários jesuítas, em sua maioria espanhóis, falando o seu idioma; porque anteriormente, quando só existia o elemento bandeirante, Lagôa Vermelha devia ser uma verdadeira continuação de Vacaria, com seus campos ricos de boas pastagens, de excelentes aguadas e de tudo o mais que era necessário à vida do bugre, do gado e de todos os seres que fôsem se desenvolvendo sob o impulso das bandeiras paulistas. Então, tudo corria sem dúvidas nem contendidas; uma única vontade predominava: a do português.

E assim deve ter sido anos a fio, se considerarmos as grandes distâncias que teve a percorrer; as enormes dificuldades que teve a vencer; os prolongados trabalhos de catequese que teve a empregar o elemento jesuíta em sua cruzada pelo Paraguai e Argentina, até chegar às margens do rio Uruguai, por onde penetrou em território riograndense, por

volta do ano de 1626, conforme resa a história das Missões. Entrou nesta data o abnegado missionário, e foi buscando colocação conveniente ao desenvolvimento de suas reduções, encontrando nos declives de nossa serra, do Uruguai para Nordeste, excelentes posições, ambiente físico e terras apropriadas aos seus estabelecimentos, rumo ao planalto, serras que os bandeirantes haviam batisado com nomes evocativos de santos.

Formação das missões jesuíticas e das bandeiras paulistas

Para melhor compreensão do que temos dito relativamente aos missionários e aos bandeirantes, achamos conveniente a narração de vários fatos, em relação com estas duas correntes expansionistas, que partindo ambas de Piratininga, seguiram caminhos bem diversos, e vieram encontrar-se no Rio Grande do Sul, nos declives ao Oeste do planalto.

— Das viagens de Hans Staden ao Brasil extraímos.

Pela leitura do livro — Meu cativo entre os selvagens do Brasil —, tradução de Monteiro Lobato, ve-se que, em 1549, já existiam muitos povoadores portugueses no litoral brasileiro, sobre a ilha de São Vicente e no lugar hoje cidade de Santos.

Neste livro de Hans Staden se lêem alguns episódios interessantes, contados por ele, e com ele acontecidos durante suas viagens ao Brasil, onde esteve, quase que efetivamente de 1547 a 1554.

Em sua primeira viagem percorreu, Hans Staden, as costas do mar no Rio Grande do Norte e em Pernambuco, vendo-se envolvido em certa ocasião, ao tempo do comandante Duarte Coelho, nas lutas contra os selvagens, em defesa de Olinda por eles sitiada.

Entre os anos de 1548 e 1549 voltou à Europa, onde pouco se demorou, vindo de regresso no mesmo ano de 1549, em barcos espanhóis dirigidos à Ilha de Santa Catarina, para daí seguirem ao Prata. Ao aproximarem-se da ilha de destino

foram colhidos por forte temporal, que desgarrou os barcos, e atirou um dêles em lugar seguro, porém desconhecido aos tripulantes, entre os quais estava Staden.

Depois de percorrerem, durante três dias, os arredores do ponto de desembarque, descobriram, no interior da mata virgem, a cabana de um espanhol, vindo para aí à mandado das autoridades do Prata. Colhidos os informes necessários, e dividido o pessoal em duas turmas, uma seguiu para o Prata à pé, através dos sertões; a outra, em que ficou Staden, rumou em direção à ilha de São Vicente. Em caminho foram surpreendidos por forte temporal, que os atirou, despedaçado o barco, sôbre as costas, felizmente nas proximidades de Itanhaem, onde encontraram, já formada, uma colônia de portugueses, os quais, depois de ouví-los atentamente, e lhes prestar os socôrros necessários, os conduziram à próxima colônia, também de portugueses, em São Vicente. Aí foi Staden reconhecido como bom artilheiro e contratado para agir na defesa da colônia contra os ataques dos índios tupinambás, que então dominavam aquela região.

Estava ainda na vigência dêste contrato, feito com os dirigentes da colônia, quando chegou ao lugar o 1.º Governador do Brasil, Don Tomé de Sousa, acompanhado do padre jesuita Manuel da Nobrega, que vinha à São Vicente como assistente espiritual do mesmo Governador. Com êste renovou Staden o seu contrato primitivo por mais dois anos, como oficial artilheiro e para servir na defesa de um forte erguido em lugar apropriado para dominar a colônia. Foi durante o prazo dêste contrato, que houve a captura de Staden pelos tupinambás, que depois de o terem prisioneiro por muitos meses, consentiram que êle viajasse para Europa, com a condição de voltar trazendo muitos presentes. Isto deu-se em 1554.

Aparecimento dos padres jesuítas Nobrega e Anchieta

Lendo com atenção a obra de Monteiro Lobato, sob o título — *Rincão de heróis* —, e separando a parte histórica

da romanceada, se encontram nessa obra literária, dados importantes com relação ao povoamento do Brasil, quando em seus primórdios coloniais.

Neste livro, tudo quanto foi escrito sôbre as personalidades de Nobrega e Anchieta, merece o nosso crédito por ser verdadeiro.

Nobrega veio muito jovem para o Brasil, pouco tempo depois de ter ingressado, em 1544, na Companhia de Jesús, criada pouco antes pelo fidalgo espanhol Padre Inácio de Loyola.

De temperamento ardoroso e austero, grande poder de vontade, inteligente e culto, de fácil percepção, compreendeu desde logo, ao chegar, que o Brasil precisava, antes de tudo, de uma transformação completa no trabalho da colonização portuguesa, que então se iniciava.

Urgia uma modificação completa nos costumes e nas atividades dos portugueses já radicados nesta terra, que êles estavam explorando de uma maneira repugnante à bôa moral, ao espírito de justiça e até mesmo aos princípios mais comzeinhos de humanidade e caridade cristã. Em vez da catequese, ou os meios suasórios, usavam a violência brutal para domesticar o prisioneiro selvagem, que reduziam à vil escravidão como objeto de comércio. Empregavam de preferência o mameluco, filho de português com índia, na caça do selvagem através dos sertões, porque encontravam, nesta mistura de sangue, homens semibárbaros, de muita resistência, agilidade e conhecedores das manhas convenientes ao êxito de tais emprêsas.

A tantos vícios e crimes começou Nobrega pondo um paradeiro, e ao mesmo tempo que procurava divulgar a instrução, amparada na moral cristã, promovia a vinda de padres em número suficiente para levar a catequese aos agrupamentos já existentes, e pelos imensos sertões a dentro. E na realidade obtinha a vinda de inúmeros jesuítas, mas em sua maioria e de preferência espanhóis, mandados por Don Inácio de Loyola.

Com rara habilidade conseguiu Nobrega uma visita do Governador Tomé de Souza à colônia de São Vicente, onde

encontraram, surpreendidos, um Colégio já funcionando sob a direção do padre Leonardo Nunes, cognominado o padre orador, pela sua grande atividade e conhecimento das línguas do país; e constataram mais a existência de um forte, para defesa da colônia, sob os cuidados do artilheiro alemão Hans Staden.

Esta visita deve ter sido no decorrer do ano de 1550, pouco antes de ser substituído o coronel Tomé de Souza pelo 2.º Governador D. Duarte da Costa, com quem vieram para o Brasil 13 padres jesuítas em 1551, e entre êles José de Anchieta, com 20 anos de idade incompletos.

José de Anchieta, figura muito conhecida na história do Brasil, é o nome do padre jesuíta, o canário, como o tratavam seus contemporâneos na universidade de Coimbra, devido aos seus dotes de inteligência, pureza de alma, tratos meigos e ternos, e sobretudo suavidade de voz, cariciante, em um corpo franzino de aspecto infantil; assim o descrevem seus biógrafos.

Mandado para o Brasil, logo depois de ter ingressado na Companhia de Jesús, chegou em São Vicente no dia 23 de dezembro de 1551, e foi seguindo logo para o planalto da Serra Paranapiacaba, conjuntamente com seus companheiros de turma, entre os quais se contava o padre Manuel de Paiva, chefe dos demais.

Do planalto passaram por Santo André da Borda do Campo, agrupamento de mamelucos e índios escravizados sob o mando do português José Ramalho, e foram se estabelecer em Piratininga, São Paulo de hoje, onde levantaram Igreja e Colégio, sendo rezada a primeira missa, pelo padre Paiva, no dia 25 de janeiro de 1552.

A partir desta data teve começo a colonização da Capitania de São Vicente por elementos civilizadores de moral cristã, que se estenderam pelo interior do Brasil, rumo ao Paraguai, e daí para a Argentina, penetrando, finalmente, no extremo sul brasileiro, ou seja na Capitania de São Pedro do Rio Grande.

Foi, sem dúvida alguma, o saber do padre José de An-

chietta, instruindo até mesmo aos noviços do Colégio que instalara em Piratininga, foi sua ação caridosa ao extremo de só cuidar do ente humano necessitado, descurando completamente de si, foi sua palavra doce e persuasiva, que trouxe o selvagem ao seio do povo civilizado, onde veio agir livremente em favor da própria civilização, dedicando-se ao trabalho com todo o ardor, foram, enfim, todos os atos praticados pelo predestinado José de Anchieta, durante sua peregrinação na terra, e o seu exemplo vivo na prática de tôdas as virtudes cristãs, que deram forte impulso à conversão do selvagem e ao povoamento do solo brasileiro.

Foram dois abnegados, os padres jesuítas Manuel da Nobrega e José de Anchieta, na enorme tarefa, a que espontaneamente se impuseram chamando a si a catequese do nosso silvícola.

Nobrega se distinguiu sempre pela sua atividade no cumprimento de seus deveres, como padre e como diplomata incumbido de graves questões sociais; ao passo que Anchieta foi um verdadeiro Messias nos desertos da América, onde só praticou o bem, e semeou as virtudes cristãs.

Datas e fatos que convencem

Continuando a estudar os nossos primeiros tempos como povo civilizado, temos sempre a visão de que foi de São Vicente e Piratininga, que partiu o movimento inicial da colonização, não só do Sul do Brasil, sobre o planalto da Serra Geral, como também do Paraguai e do Norte da Argentina, de onde nos veio o missionário.

Para maior confirmação dêste nosso juízo encontramos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, correspondente ao 1.º trimestre de 1936, um mapa representando uma boa parte do continente Sul Americano, compreendida entre a Cordilheira dos Andes e o Oceano Atlântico, a partir da foz do Prata e seus afluentes às cabe-

celas dos rios Paraná e Paraguai, mapa êste que é a reprodução da carta desenhada em 1631, ou 1632 pelo padre jesuíta Luiz Ernot, e apresentada ao Instituto pelo padre Luiz Gonzaga Jaeger da citada Companhia de Jesús.

Examinando esta preciosidade, como documento histórico, aí encontramos, reproduzido o sistema hidrográfico do grandioso rio da Prata, com a indicação da posição geográfica da inúmeras tribus selvagens que habitavam esta região. Nada escapou neste sentido, ao autor da carta, que nos mostra a marcha das missões jesuíticas com sinais de cruces, que deixam perceber ter partido de São Vicente a Piratininga, e daí seguido em direção Oeste ao Paraguai, para declinar ao Norte e ao Sul, formando neste centro uma verdadeira base de irradiação de propaganda, não só a favor da conversão dos índios, como também em proveito da nacionalidade, de onde provinham os padres, que eram em sua grande maioria espanhóis.

Observado atentamente o referido mapa nota-se que a corrente jesuíta seguiu de Piratininga ao Ocidente, enquanto que o bandeirante, que já existia, continuou em suas atividades comerciais, dirigindo-se sempre ao Sul.

Nisto haviam razões poderosas a favor de uns e de outros.

Dirigindo-se o jesuíta para a zona central, encontrava aí maior número de tribus, e praticava assim a sua catequese com maior vigor e com menores probabilidades de perturbação em seu sagrado mister.

Diversamente acontecia ao bandeirante, que acompanhava a cordilheira da Serra Geral ou Serra do Mar. Na direção meridional que êle seguia, eram raras e pouco numerosas as tribus selvagens, as quais êle dominava facilmente com os seus mamelucos. Entretanto, uma grande vantagem se lhe apresentava neste caminho: era a proximidade do Oceano Atlântico, onde poderia chegar, ainda que vencendo algumas dificuldades, e obter bons mercados para os produtos de seu comércio, o qual tornar-se-ia vultoso, depois de atravessar os sertões do Paraná e Santa Catarina, e alcançar as Vacarias do planalto rio-grandense.

Assim sendo devemos supor que mais de um caminho tenha sido aberto, do alto da cordilheira ao mar, no longo trajeto de Piratininga a Vacaria, e no espaço de tempo decorrido de 1551, início das reduções jesuíticas, até 1626, chegada das mesmas à margem Oriental do rio Uruguai.

Confirmação positiva da existência de caminhos, entre o planalto e o mar, temos nas ordens emanadas do Governador de São Paulo, mandando o capitão-mor, Domingos de Brito Peixoto, criar a vila de Laguna, em 1680, quando já devia ser conhecida e bastante trilhada a estrada a êsse pôrto, como sendo o mais próximo à Capitania de São Pedro e mais facilmente acessível. Tanto assim, que logo em seguida partiram de Laguna várias expedições ao Rio Grande do Sul.

A primeira de que se tem notícia certa, chefiada por Francisco de Brito Peixoto, filho de Domingos, regista-se em 1715, e foi até à barra do rio Butucará, na margem esquerda do rio Jacuí, conforme nos diz o ilustre coronel Rego Monteiro em seus escritos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Aparece, claramente, nesse trabalho, que Brito Peixoto já havia estado nesta Capitania anteriormente a 1715; o que se depreende da informação por êle prestada, naquela data, à Câmara de Laguna.

A segunda expedição, dirigida por João de Magalhães, genro de Francisco de Brito Peixoto, deu-se em 1725; e como seu escopo principal fôsse a fundação de uma Feitoria, que facilitasse a passagem para a colônia do Sacramento, hoje Montevideu, por essa razão tomou posse, Magalhães, em terras situadas nas imediações do Rio Grande, não mais se conhecendo hoje o lugar de sua Tapera.

A estas provas da existência antiquíssima de comunicações entre o planalto e o litoral, devemos juntar outra ainda mais antiga, e que temos nas declarações de Hans Staden, quando diz que o espanhol, encontrado na mata virgem sobre o litoral de Santa Catarina, seguiu a pé em direção ao Prata pelo sertão, que não podia ser outro, senão o planalto da Serra Geral junto ao qual êle acampara.

O conhecimento dêstes fatos é que nos coloca em posição segura, quanto à antiguidade de nossa Região Serrana; em cujo território deve ter penetrado o português acompanhado do mameluco, muitos anos antes de lá chegar o missionário jesuíta.

Entrada do missionário no Rio Grande do Sul

Com referência ao início das Missões e seu desenvolvimento na Banda Oriental do rio Uruguai, apresentamos aqui o panaroma que mentalmente formamos, escudado nos escritos do emérito historiador padre Luiz Gonzaga Jaeger, e também no conhecimento que temos da zona que vai de Santo Ângelo à ex-colônia Guaraní, onde estivemos em medições durante seis meses, no ano de 1891.

Diz-nos o ilustre padre Jaeger, que devido ao trucidamento dos padres Roque Gonzalez de Santa Cruz e Afonso Rodriguez aos 15 de novembro de 1628, e do padre João del Castilhos aos 17 dias do mesmo mês e ano, e devido maiormente à perseguição movida pelos mamelucos aos índios catequizados, foram suspensos os trabalhos de catequese por nove anos, durante os quais se conservaram afastados de seus estabelecimentos os padres e os índios já reduzidos.

Que no fim dêste longo prazo, obtida da autoridade competente a necessária licença para os índios se armarem, voltaram então os missionários e seus companheiros cristianizados, aos primitivos acampamentos, iniciando-se uma forte contenda, e **havendo terríveis combates** entre as duas correntes: espanhóis com índios catequizados contra gente de Portugal com seus mamelucos.

Que ao fim dêstes combates, **vencidos, os mamelucos se retiraram**; e que dessa data em diante foram se desenvolvendo os sete Povos das Missões.

Depois de termos lido atentamente estas afirmativas, formamos em nossa objetiva mental o quadro seguinte:

Imaginamos o pertinaz missionário jesuíta subindo os mansos declives de campos e matos, compreendidos entre fortes afluentes do rio Uruguai, e ir seguindo especialmente o

curso do grande rio Ijuí, formando de longe em longe as suas reduções, em pontos culminantes visíveis de um para outro, e onde houvesse abundância de água, de madeiras e de outros materiais de construção, com os quais pudessem mais tarde levantar seus alterosos templos. Nesta faina seguia o incansável jesuíta em direção ao planalto, e quase já ao chegar no tôpo da cordilheira fundava os dois Povos das Missões: o de São João na margem esquerda do Ijuí, e o de Santo Ângelo na margem direita do mesmo rio; ambos bastante afastados do Uruguai, como desafiando, com o seu poderio de evangelização, o mameluco negociante de escravos.

Mas vindo de lado oposto, divisamos também o intrépido bandeirante, desbravador das vastíssimas e ondulantes campinas do planalto, onde êle já estava estabelecido há muitos anos, na faina do seu comércio, defendendo ao mesmo tempo o terreno que êle ocupara em nome da corôa de Portugal.

Daí tiramos a lógica conclusão, de que foi o português o primeiro ocupante de nossa Região Serrana, sendo as lutas entre índios catequizados e mamelucos o início da prolongada contenda entre Portugal e Espanha no Brasil Meridional, dando origem, no planalto, aos nomes de: — Mato Castelhanos, Campo do Meio e Mato Português, de que tivemos oportunidade de falar no começo dêste trabalho.

Pedro Castello Saccarello.

Rio Pardo, agosto de 1938.

Velho Epistolário

Manuel Duarte

Foi Antônio Manuel Velho dos mais insignes e tradicionais povoadores do Nordeste rio-grandense. Muito moço ainda, deixaria o predestinado lagunense a terra sua natalícia e galgaria a antemural ciclópica dos Aparados, para se radicalar definitivamente no longínquo Planalto nordestino, já promissoramente revelado à crescente cobiça do incessante povoantismo fazendista.

Verificar-se-ia a aparição do jovem migrante litoreano em terras do "Distrito da Serra Acima", poucos anos depois da violenta invasão gentílica na imensa região de "Baqueria de los Pinares", (1779) cuja ridente campanha esteve a pique de se despovoar, em razão da generalizada fuga das primitivas levas povoantistas, ante aquele perigo tão hediondo, no Planalto indefeso.

Em verdade, seria provavelmente em 1785, quando transpôs a serrania mediterrânea Antônio Manuel Velho, pois que já em 1786 era casado, em Cima da Serra, consoante se confere dêste assento de batismo, existente no "Livro Primeiro de Batismo de Escravos da Capela de N. S. da Oliveira e São Francisco de Paula": — "Aos sete dias do mês de junho do ano de 1786... batizei o inocente — Virtuoso — filho legítimo de Francisco e Josefa (escravos de Antônio Gonçalves Padilha) Foram padrinhos: Antônio Manuel Velho e Ana Gonçalves Vieira, sua mulher".

Logo, ponto líquido, este: — em 1786 era Antônio Manuel Velho casado e assistente no Distrito da Serra (Ausentes).

Cumprido de caminho, advertir em que no inventário de seu pai, Manuel Velho de Azevedo, a que se procedeu em Laguna, no ano de 1819, figura Antônio Manuel Velho, com 40 anos de idade. E', porém, manifesto o êrro, ou simples engano, judicialmente cometido, naquele ato, visto que, a ser exata a descrição do título de herdeiros, no respectivo processo forense, ter-se-ia casado Antônio Manuel Velho, quando apenas contaria sete anos de idade!

Todavia, fatos posteriores autenticariam a rigorosa exatidão que se colhe do registo daquele batizado, e evidenciariam o absurdo contido na declaração do inventário paterno. Assim que, no testamento ditado, em Lages, ao sargento-mor Antônio Saturnino de Souza e Oliveira (1843) deu Antônio Manuel Velho a idade de 83 anos. Deram-lhe os herdeiros, no têrmo do respectivo inventário (1846) a idade de 86 anos. Seguramente, pois, se deve de concluir que, em verdade, Antônio Manuel Velho nasceu em 1759, e, de conseguinte, em 1819, teria 60 anos. Portanto, ao atingir a maioridade (25 anos) rumaria Antônio Manuel Velho para a região serrana do Nordeste gaúcho, e, aos 26 anos (1786) contraíria núpcias, no Planalto, com Ana Gonçalves Vieira, filha legítima de Antônio Gonçalves Padilha e de s/m. Águeda Vieira Pinheiro, — aquele, famoso e antigo "fronteiro" paulistano; esta, de origem indígena, natural do Distrito dos Pinhais.

Pobre, mas, resoluto e sonhador, homem de iniciativa e laborioso, madrugaria em busca do ignoto, na luta pela vida, em plena vivência sertaneja. Obtém, por dote do sôgro à sua mulher, a sesmaria da Senhora de Santana, em Cima da Serra. Com o andar dos tempos, tornar-se-ia opulento fazendeiro, na região levantina do Nordeste, onde fundaria Santo Antônio dos Ausentes (hoje, B. Jesús). Pordavante, exerceria grande influência político-social e ocuparia vários cargos públicos, revestido do instinto de tolerância, jus-

tiça, bondade acolhedora e incansável dedicação funcional. Granjearia invejável reputação de individualidade genuinamente superior, de autêntico patriarca daquela florescente nobreza territorial, — respeitabilíssimo, constantemente ouvido, diligente e nimamente bom e patriótico. Prestaria inestimáveis serviços à causa nacional. Daria constantes auxílios às tropas reais, que desciam para a Colônia do Sacramento, ou de lá tornavam, pelo célebre Roteiro das Tropas, pois constam do seu volumoso e importante arquivo particular numerosas requisições em muares, bovinos, montarias e cargueirama, de que nunca seria indenizado.

Cercado de estima geral e prestígio irradiante, estenderia largo círculo de relações sociais, e estava sempre ao par de quanto ocorria no resto do Brasil, por meio de ativos correspondentes, ou informantes regulares. Assim que longa e continuamente se correspondia com Manuel Ferreira Pôrto Filho, de Pôrto Alegre, e Manuel Gonçalves Barreiros Filho, de Laguna. Por essa vultosa correspondência se verifica, desde 1796, o grande carinho de Antônio Manuel Velho em catalogar a correspondência, não só a que lhe dizia respeito a negócios de sua atividade pastorícia, como principalmente a que se relacionava com a indecisa vida política nacional.

Em verdade, naqueles tempos longínquos, em que os acontecimentos da agitada vida brasileira só morosa e desfiguradamente chegariam aos mais remotos enseios das Províncias, é, de feito, notável o empenho com que os dois correspondentes e cordiais amigos incansavelmente buscavam informá-lo de quanta coisa interessante ocorresse, assim na Província, como na Metrópole do Império.

A seguinte carta, escrita de Laguna, a 25 de agosto de 1828, por Manuel Gonçalves Barreiros Filho, merece lida, não só pela variedade de assuntos nela enumerados, como também pela minúcia vivaz, por vezes, ingênua e pitoresca, de certos fatos, já agora, históricos, desenrolados naquele período trágico da nacionalidade. Vai transcrita na própria ortografia, acentuação e pontuação originais. Dela se exclue a parte que relata questões particulares, sobre comércio, co-

tação de gêneros, etc., para só figurar o noticiário de caráter político, interno e internacional, naquele sonambúlico entremetido de incertezas e convulsões mundiais, a caminho das transformações máximas.

Eis a carta:

“Respeito a Noticias do R.º de Janer.º temos e mto. modernas, dadas por hum negociante de Porto Alegre que aqui se acha vindo em hum Brigue de Guerra, chamado ele, Freitas Travassos, que dis que na sua saída do R.º de Janr.º ficava a sahir p.^a Boenos Ares hua Faragata Ingleza com o tratado de Pas Firmado por S. M. I. e que mto. sedo se fas a Pas, e as esperansas são de sedo termos hum alegrão, no R.º de Janr.º tem avido mto. emcomodo ha emenços partidos mto. encobertos, no dia 5 de Julho deste Ano pelas 9 horas da noutte pegarão em Armas 5000 Homens, de Tropa Alamo matarão o Comandante o Tenente Coronele 2 maiores e emenços Officiaes, delles e moreo mto. Povo da Cidade, esta Tropa se esperava todos os dias em Sta. Catharina na Nau D. Pedro Primro., dizem que o Emperador qr. fazer hums depositos na Armação Grande de 10\$000 Homens, para cujo fim se estão aprontando Quarteis, e Monicio e ja pa. Uma se tem comprado a Hum Marques 150 Rezes a 20\$000 rs. postas naquele lugar, eainda se continua a comprar pr. este preso, tão bem vem pa. Sta. Catharina, Ovidor, Prezidente e Govor. de Armas, tudo na Nau, pa. Ovidor vem Hum José Joaquim de Almeida Lima, que foi Juiz de Fora, em Cabo Frio, pa. Prezidente, José de Castro, e pa. Gor. de Armas o Brigadeiro Rozado hesse q. já Comandou o Exercito no Sul; o Banco do R.º de Janro. quebrou com mais de 500 milhares de Cruzados dentro em si, os seus Diputados deza- parecerão, e 2 venenaram se já; meo amigo hum Banco hé o echo (eixo) da Nação, elle quebrando, está tomando em má figura. Ladroens e mais Ladroens, Dizem que está a chegar ao R.º de Janro. hua Princeza filha de Sm. Petresburgo, do Falecido Imperador Alexandre, que foi buscar o Marques de Barbacena, pa. cazar com o nosso Imperador, a Marque-

za de Stos. D. Deumitildes foi mandada pa. Sm. Paulo é já lla se acha, emfim veremos se muda isto de figura; A Europa toda anda em Revoluçoens, A Espanha tem sofrido grande transtorno, Fernando 7. anda Refugiado e com a Vida bem poco segura, Pedio ausilio de França e já lla se achão 12\$000 homens, tudo rezultado pela Constituição, Tem morido mto. Povo, Portugal está mto. em dezorde, depois que tomou conta delle o Sor. D. Miguel passou logo a deitar a Baicho todos quantos ministros servião nomeados pr. S. M. o Imperador, e passou a Aclamar se Rey absoluto derogando a Constituição, o que tem dezagradado mto. ao Emperador e aos Povos daquelle Reino e os posto em grandes partidos, No dia 20 de Abril deste Ano ficavão Tropas de Lxa. de se baterem com as do Porto, que são as do partido do Imperador que são Comandadas pelo General Saldanha, aquele que Comandou Porto Alegre, Por oras não se sabe do rezultado hé provavel ser mto. triste, Espera se Navios de Lisboa pa. noticias, O Inglez declarou guerra a França pr. cauza de Fernando 7. doar as Ilhas Felipinas aos Francezes e elles na ocasião de tomarem conta tratarão mto. mal aos Inglezes, espoliando os com grave prejuizo de Suas fazendas, e ja se acha no Rº de Janro. a declaração desta guerra, O Brasil vai fechar os Portos de Comercio aos Francezes em aocilio ao Inglez, pr. mtas, obrigasoens que se lhe deve, Elles aoxiliarão pelo Emperador a Cidade do Porto agora com 6 mil homens e 5 Faragatas, e agora elles hé que estão Coidando na Pas de Boenos Ares, alem de tudo isto, Foi o primro. que Reconheceo a Independencia do Brasil ofresendo hum Emprestimo ao Brasil em dinheiro, 30 Milhoens de Cruzados soma esta que se lhe esta a dever, O Turco declarou nos guerra e a Declaração della he por S. M. não lhe dar obediencia na Sua Aclamação, Com que veremos em que vem a dar isto."

Sugerem os desordenados relatos desta epístola segral, múltiplices conceitos e considerações, sôbre os tumultuários acontecimentos que, então, ocorriam, recolhidos pela histó-

ria futura, à confusa nebulosa de nossa revessa emancipação política.

Assim que a pacificação de Buenos Aires foi, de feito, obra da mediação diplomática de Inglaterra, que nos convenceu de perdermos a Banda Oriental, cuja independência reconheceríamos, àquele ano. A revolta das tropas mercenárias, no Rio de Janeiro, constitue outro doloroso epílogo da aventura bragantina, intrujada na trepidante vida nacional da Brasilidade.

A quebra do Banco, raspado, desde a partida de D. João VI para Portugal.

O desfecho da conquista de noiva real a Pedro I teria larga irradiação nacional. Sabia-se da ação diplomática do incansável Barbacena, a peregrinar através das Côrtes europeias, auxiliado de Pedra Branca e Rezende, mas, vigiado e perseguido do terrível Meternich, vencido, afinal, pela consumada astúcia de Barbacena, que advertiria ao estroina Pedro I, em carta famosa:

“Casamento brilhante, no estado atual das coisas, não se consegue sem tempo, paciência, e muita dexteridade, visto que princesas só ha presentemente na Alemanha, porque as da Itália se recusaram; na França, Grã-Bretanha e Rússia não há; em Dinamarca são horrendas; e o parentesco da Suécia não convém. E’ preciso parecer, em suma, que se não pensa, por ora, em casamento...” De sorte que, batido em tôdas as Côrtes da velha Europa, manejadas pelo sinuoso dominador austríaco, voltou o enviado bragantino as vistas para a linda princesa Amélia Napoleônica, que traria por segunda espôsa de Pedro I. Logo, era obra de mera confusão a notícia de que seria a princesa de São Petersburgo a noiva do Imperador do Brasil, pois que, nas próprias palavras de Caldeira Brant, “França, Grã-Bretanha e Rússia não tinham princesas casadoiras.”

Verdadeira, a informação epistólica referente ao destêro, para São Paulo, da histórica e bela concubina imperial, Domitila de Castro Canto e Melo. Seria o semibanimento da linda Marquesa de Santos, para longe da Côte, a primeira

promessa de regeneração imperial, em seu segundo noivado. Era, pois, veraz a nota da missiva lagunense: — “A Mar-queza de Stos. D. Deumitildes foi mandada pa. Sm. Paulo e já lla se acha”.

Seguem-se as novas internacionais, o golpe absolutista de D. Miguel e sequente usurpação miguelista no Trono lusitano. A campanha espanhola de Fernando 7.^o, a suposta dôa das Ilhas Filipinas à França e consecutiva reação inglesa. A solícita ação do Brasil bragantino em favor da atitude anglicana, de que longamente se tornaria mero e dócil caudatário, “por muitas obrigações que se lhe devem, pois a Inglaterra foi a primeira que reconheceu a Independência do Brasil, oferecendo um empréstimo ao Brasil em dinheiro, 30 milhões de cruzados, soma esta que se lhe está a dever...” consoante ao ingênuo discretear do missivista. Daí, na consciência da conturbada alma nacional, o esperado gesto de nímia vassalagem bragantôa: — “e já se acha no Rio de Janeiro a declaração desta guerra. O Brasil vai fechar os Portos de Comércio aos Franceses, em auxílio ao Inglês.” Porque, afinal, da agílma interferência diplomática da Inglaterra, no drama bragantino de nossa independência, resultou, como é histórico, o assumir o Brasil a responsabilidade do último empréstimo lusitano aos banqueiros britânicos e de vasta soma monetária, com que o Brasil pagaria, a título de indenização, a D. João VI, pai do herói de Ipiranga e seu sucessor no trono português, o reconhecimento de nossa definitiva jornada emancipadora...

Eram essas atoardas confusas, nebulosas, o que desinquietaria a Nação inteira e lhe percorreria todos os ângulos do quadrante, relatadas, a trou-xe-mouxe, na segral epístola de Barreiros Filho, ao patriarca pastorício do maravilhoso Planalto nordestino.

Contribuição ao estudo de nossa toponímia Tupi-Guaraní

Quirino Nunes Pereira

Etimologia de alguns nomes aborígenes do município de Santa Maria, Estado do Rio G. do Sul:

Araricá (arára-y-cá) — rio do papagaial. Por esta alcunha os selvagens desta zona chamavam o rio **Ivacaáhy-Mirim**, segundo informa o hábil escritor João Belém, na sua importante "História de S. Maria". Dita alcunha bem demonstra que a extraordinária afluência de papagaios naqueles vales sugeriu no espírito aborígene o nome — **Ivacaáhy** — que, conforme a tradição, assaz confirma o predomínio das frutas.

Bacacahy e Vacacahy — vid. **Ivacaáhy**.

Ivacaáhy (ivá-caá-y) — rio das árvores de frutas. De ivá, fruta; caá, árvore; y, rio. Entendo que estas são as legítimas grafia e significação próprias do nome **Ivacaáhy**, — tão adulterado, contraditório, debatido e indeciso!...

E' evidente que a variada profusão de frutas silvestres que encontra-se nos vales dos dois rios (24 espécies comestíveis) — foi o característico primitivo, predominante — em que os aborígenes buscaram o batismo de — **Ivacaáhy** — e não — **Vacacahy** — que é uma alteração vulgar do verdadeiro nome;

Que êles, tendo em seu solo o caracterísitico adequado, — tendo a fruta, — em tal opulência, variedade e bom sabor que era também utilizada na sua própria alimentação, — não precisavam esperar milhares de anos pela intromissão da — vaca europeia — para batizarem ditos rios;

Que foi em razão das frutas (chamariscos das aves e das pessoas) que os selvículas alcunharam de **Araricá** o rio **Ivacaáhy-Mirim**, congênere de **Ivacaáhy-Guaçu** (o pequeno e o grande);

Que, na época remotíssima dos aludidos batismos, os campos sul-americanos estavam desertos de gados; e porisso os ameríndios — não podiam servir-se de — vaca — como prefixo de **Vacacahy**, e sim de — **ivacaá** — (árvore de fruta) que é nata destas paragens;

Que a fruta, portanto, foi a fonte geradora, a legítima representante básica dos nomes em questão;

Que a vaca — “qual pomo de discórdia” — entrou posteriormente em nossos campos, originando-se, então, a anarquia, a confusão, a dúvida!... E a trapalhada foi tanta, que um eminente escritor-sacro traduziu — **Vacacahy** — rio da bosta de vaca”!...

Isto informa o notabilíssimo filólogo, Dr. T. Sampaio.

Que, por tudo quanto analisei, descobrí e afirmo — estou convencido — de que no tempo em que a vaca veio povoar os pampas sulinos, já o nome natural de **Ivacaáhy** achava-se em plena adoção. Referente às frutas, a bem de melhor comprovar, vou exhibir as diversas espécies florestais, das margens dos **Ivacaáhys**, com exceção da jaboticaba, que existe na região alto serrana:

Aguai	Cereja	Guamirim	Sete-capotes
Araçá	Figueira	Ingá	Tuleira
Ariticú	Goiaba	Ivaporiti	Tarumã
Arucira	Guabiróba	Jirivá	Tuna
Canela	Guaimbé	Marnenjá	Uvaia
Caraguatá (bana- nana)	Guabijú	Pitanga	Veludinho

Para mais justificar o predomínio das frutas, faço menção dos seguintes nomes:

Ibaré (ibá-aré) — fruta caída;
Imbaú (ibá-á) — as fruteiras;

Ivahy (ivá-y) — rio das frutas;
Ivaró (ivá-ró) - fruta amarga, etc.

Em conclusão, o verdadeiro nome é — **Ivácaáhy** — e não — **Vacacahy**. Igual procedência têm os nomes dos arroios **Vacaquá** e **Vacacahyquá**, afluentes do **Ibieuhy d'Armada**.

Tupaceretan — E' para lamentar-se que tanta gente culta ainda pense que a grafia e significação dêste nome é — “Deus passou por aqui”!...

Isto é um verdadeiro disparate!... Vamos partir dêste princípio histórico: Em tempo remotíssimo os Padres Jesuítas das Missões Orientais fundaram naquele esplêndido pampa um estabelecimento pastoril, que batizaram por — **Tupan Cy Retan** — significando — **Estância da mãe de Deus**. — Também se pode dizer — pátria, patrimônio, terra, povoação, aldeia, morada da mãe de Deus, etc.; mas, neste caso especial de — **Tupan Cy Retan** — cuja base primitiva foi a pecuária, é natural que se diga — **Estância da mãe de Deus**.

E, sendo esta a legítima versão, convém torná-la amplamente conhecida.

Esta é a minha rude interpretação; a qual se cinge ao objetivo nato, preponderante desta zona.

Assim penso, a-pesar-de ser leigo em tupí-guaraní, de cujos idiomas sou, apenas, um amador prático.

Nótulas bibliográficas

HANDBOOK OF LATIN AMERICAN
STUDIES, — by a Number of Scholars.
— Edited by Lewis Hanke. Cambridge
— Massachusetts — Harvard University
Press, 1938.

É este o terceiro ano de publicação desse magnífico dicionário bibliográfico latino-americano, colaborado pelos professores especialistas de diversas Universidades dos Estados Unidos.

Obra digna dos maiores encômios, presta relevantes serviços aos estudiosos do todo mundo.

Este volume referente às publicações feitas em 1937 foi dedicado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, "Oldest Learned Society in South America".

Trás, como os anteriores, trabalhos especiais sobre o Brasil, firmados por Robert C. Smith Jr., sobre Artes; Max Handman, sobre assuntos de Economia; Preston E. James, sobre Geografia; Percy A. Martin, sobre História; Samuel Putnam, sobre Literatura, além de vários artigos especiais firmados por Max Fleiuss, Afrânio Peixoto, Sérgio Milliet, Guy de Holanda, Artur Ramos e Lúcia de Queiroz Sambaquí, em português, e Paul Vanorden Shaw e Samuel Harman Lowrie, em inglês.

Como se vê, por esta simples exposição, a obra em apreço deve ter nosso mais franco apóio.

Porisso, mais uma vez deixamos aqui registados os endereços dos encarregados das diversas secções brasileiras:

Antropologia — Prof. A. Métraux, Yale University New Haven, Connecticut.

Arte — Prof. Robert C. Smith Jr., University of Illinois, Urbana, Illinois.

Economia — Prof. Max Handman, University of Michigan, Ann Arbor, Michigan.

Folklore — Prof. Ralph S. Boggs, University of North Carolina, Chapel Hill, North Carolina.

Geografia — Prof. Preston E. James, University of Michigan, Ann Arbor, Michigan.

História — Prof. P. A. Martin, Stanford University, Palo Alto, California.

Linguagem e Literatura — Mr. Samuel Putnam, 260 South Third Street Philadelphia, Pennsylvania.

Leis — Dr. John T. Vauce, Library of Congress, Washington, D. C.

A estes ilustres escritores Norte Americanos devem ser enviadas as obras, conforme se indica.

Antes de encerrarmos esta nota queremos aqui registrar nosso agradecimento pelas palavras gentís do Prof. Percy A. Martin ao nosso Instituto, e que sobremodo nos desvanecem:

“In the **Handbook** for 1936 reference was made to the increasing attention devoted to historical studies in the various states of the Republic. The work of the Historical Congress held in Porto Alegre under the auspices of the Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Sul was stressed. But not content with this triumph this enterprising and active association sponsored another congress, on 1937, in the City of Rio Grande do Sul, to celebrate the bi-centenary of founding of this community. Three volumes of **Proceedings**, analyzed in the present **Handbook**, were the result”.

W. Sp.

BOLÍVAR INTERNACIONALISTA,
por **Jorge Perez Concha.** — Quito —
Ecuador. — Talleres Gráficos de Educa-
ción. — 1939.

A figura simpática e empolgante do Libertador, tem suscitado uma multidão de estudos e ensaios, existindo, entretanto, muito ainda a ser estudado e examinado na personalidade complexa de Simon Bolívar.

Foi, justamente, um desses aspectos ainda não estudados isoladamente que o sr. Jorge Perez Concha, ilustre membro do Centro de Estudos Internacionais e do Centro de Estudos Históricos de Guayaquil, — aproveitou e nos apresenta fartamente documentado nas 124 preciosas páginas de **“Bolívar Internacionalista”**.

Bolívar foi um dos maiores sonhadores de nossa América. Seu sonho americanista, porém, condensado no estudo do sr. Jorge Perez Concha, se se não tornou realidade ampla, deixou, ao menos, através seu senso jurídico-internacional, nitidamente impresso o desejo que é hoje desejo de todos os povos sul-americanos: a união fraternal, o egoísmo pacifista que nos anima.

Bolívar, procurando reunir sob a mesma bandeira toda a América espanhola, inclusive México e as hodiernas Repúblicas do mar Caribe, nada mais fez de que dar início ao grande sonho Americano que, dia a dia, se torna mais real: o espírito de camaradagem e intercâmbio cultural e comercial pan-americano, de que o Congresso de Lima, em 1938, foi a pedra fundamental.

A obra do sr. Jorge Perez Concha é, pelos seus ensinamentos, de grande valor e bem merece comentário especial e mais amplo, que, infelizmente, não podemos fazer nestas linhas de simples registo.

W. Sp.

ÍNDICE DE INVENTÁRIOS E TESTAMENTOS — Achegos à história de Taubaté, — por **Felix Guizard Filho**. — Athena Editora, S. Paulo, 1939.

Forma este volume o 4.º de História da “Biblioteca Taubateana de Cultura”, realizada e dirigida pelo dr. Felix Guizard Filho, membro do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo.

Encerra este 4.º vol., como o próprio título o indica, o índice dos inventários e testamentos, cujo valor para nossa história é desnecessário encarecer.

Excelente trabalho que muito recomenda a capacidade, inteligência e beneditina paciência do eminente historiador.

W. Sp.

CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE O BRASIL E BUENOS AIRES, — nos anos de 1825, 1826, 1827 e 1828, — por **Uma Testemunha Ocular**. — Tradução do Gen. Bertholdo Klinger. — Biblioteca da “A Defesa Nacional”. — Rio de Janeiro, 1938.

Trata-se de uma obra editada por G. Reimer, de Berlim, em 1834, escrita, certamente, por algum dos oficiais alemães contratados por D. Pedro I. Qual o nome de seu autor? — Ignora-se e talvez nunca se consiga sabê-lo.

Fique, porém, esse anônimo autor figurando na gratidão de quantos se dedicam à história pela valiosa contribuição para o estudo da guerra de 1825 a 1828.

E deixemos também aqui registrado a benemerência do sr. General Bertoldo Klinger traduzindo-a e anotando-a com tanto carinho e competência, valorizando mais ainda a já por si valiosa contribuição do alemão anônimo que foi soldado brasileiro naqueles tempos.

W. Sp.

NOSSAS CAMPANHAS NAVAIS. —
A conquista de Caiena, — pelo Cap. de
mar-e-guerra Lucas Alexandre Boiteux.
— Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1939.

Dentre os grandes estudiosos dos feitos de nossa marinha de guerra, menção especial devemos fazer ao ilustrado capitão de mar-e-guerra L. A. Boiteux, e já hoje não se pode prescindir de seus valiosos ensaios e estudos para falar do passado glorioso de nossa invicta marinha.

A Conquista de Caiena feito importante de nossas armas durante o reinado de D. João VI, é dos menos conhecidos de nossa história.

A Guiana Francesa foi causa de quadrissecular questão entre Portugal e França, primeiro, e depois entre França e Brasil, pois a questão só terminou no período republicano, com o acender das luzes do século XXI.

Foi essa questão de limites causa de rompimentos vários e, quase, de guerra que só não saíu graças à nossa diplomacia que, sem nada ceder, contornou a melindrosa situação.

El foi ainda esta questão que fêz com que o dr. Joaquim Caetano da Silva escrevesse aquele monumento de saber e patriotismo, — *L'Oyapoc et l'Amazone* —, que Guizot, o famoso Ministro de França, de então, declarou ser “um monumento tão sólido que, para o Brasil, valia mais do que um exército postado em suas fronteiras”.

“A Conquista de Caiena” estuda a ação militar do reino contra a possessão francesa, em desagravo a uma das tantas afrontas feitas à gente brasílica pelos “capitães de mato” da então administração da Guiana Francesa.

É uma obra de mérito que muito se recomenda e, para detido estudo do assunto de valor inestimável.

W. Sp.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. — Rio de Janeiro — N.º 1 — 1937. — N.º 2 — 1938. — Ministério de Educação e Saúde.

Tem, afinal, o departamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a sua revista.

Embora anual, é, já, alguma cousa. Esses dois primeiros anos da Revista, formam dois magníficos volumes dignos de todo aprêço e de incontestável valor pela matéria que contém.

Contém, o n.º 1 (1937), o seguinte índice:

- Programa — R. M. T. de Andrade.
 - O Forte de S. Tiago da Bertioga — A. E. Taunay.
 - Contribuição para o estudo da proteção do material arqueológico e etnográfico do Brasil — Heloisa Alberto Tórres.
 - Documentação necessária — Lúcio Costa.
 - Sugestões para o estudo da arte — G. Freyre.
 - A litografia no Rio de Janeiro — F. M. dos Santos.
 - Estilização — Roquete Pinto.
 - Uma casa de Fazenda — Paulo T. Barreto.
 - A natureza e os monumentos culturais — R. Lopes.
 - Seminário de Belém da Cachoeira — Godofredo Filho.
 - A Igreja dos Montes Guararapes — A. Fernandes.
 - A Capela de Santo Antônio — M. de Andrade.
 - A Igreja dos Remédios — Nuto Sant'Ana.
 - A Igreja de S. Francisco Xavier — Noronha Santos.
 - A Capela de N. S. de Santana — E. de Macedo.
- E mais: fotografias e notas várias.

O n.º 2 (1938) contém:

- Museu Goeldi — Carlos Estêvão.
- O solar do Colégio — A. Lamego.
- Relíquias do passado — S. de Vasconcellos.
- Alguns aspectos da Cultura Artística dos Puncanís de Tacarató — E. Pinto.

- A mais velha casa de Corrêas — L. L. Lacombe.
- Arte religiosa no Brasil — A. de Lima Jr.
- Real Forte do Príncipe da Beira — A. L. P. Ferraz.
- M. da Costa Ataíde, dourador — M. Bandeira.
- Pesca no Maranhão — R. Lopes.
- O Piauí e sua Arquitetura — P. T. Barreto.
- A capela de S. José do Genipapo — R. B. de Almeida.
- J. J. Viejas de Menezes — F. M. dos Santos.
- A barraquinha de E. da Cunha — F. Venâncio F.^o.
- A obra do Aleijadinho — R. M. F. de Andrade.

Estes índices são suficientes para confirmar o que dissemos: a Revista do Patrimônio é preciosa e valiosa a quantos se dedicam aos estudos de nosso passado histórico e artístico.

W. Sp.

LIMITES ENTRE O BRASIL E O URUGUAI.

O sr. coronel Souza Docca acaba de publicar, sob o título acima, um importante trabalho histórico-geográfico sobre a nossa fronteira meridional. Este novo livro do eminente historiador gaúcho vem colocá-lo sem favor nenhum ao lado das grandes mentalidades que se têm dedicado ao estudo das nossas questões de limites ao Sul, desde um Alexandre de Gusmão, até um Visconde de São Leopoldo e um Barão do Rio Branco.

“Limites entre o Brasil e o Uruguai” surgiu para rebater algumas pretensões territoriais expostas pelo Comandante de Navio, José de Aguiar, ilustre historiógrafo uruguaio, com relação ao Brasil. Tais pretensões foram defendidas no livro “Nuestra Frontera con el Brasil”, embora o autor, contornando o absurdo de suas proposições, reconheça que o direito do Brasil, sobre o que julga deva pertencer ao Uruguai, é líquido e perfeito.

Quando do 2.º Congresso de História, que o nosso Instituto Histórico e Geográfico realizou na cidade do Rio Grande, em 1937, o comandante Aguiar ofereceu um exemplar autografado do livro acima aludido para ser entregue pelo Instituto ao vencedor da tese sobre Bulas e tratados de limites. O autor destas linhas concorreu com uma tese sobre o assunto ao referido Congresso e às suas mãos veio ter o livro em apreço como prêmio. Lendo-o, porém, convenceu-se imediatamente que estava em conflito com o escritor uruguaio, visto como êste reivindicava para sua pátria trechos de território brasileiro, cousa que não podia admitir, em face mesmo de suas conclusões, na tese apresentada ao Congresso, assim redigidas:

“Do que foi exposto conclue-se que no extremo meridional do Brasil não há hoje mais nenhuma questão de fronteiras a resolver-se, tendo cada um dos três povos vizinhos encontrado, afinal, a linha divisória, dentro da qual exerce a sua soberania. Depois de tantas lutas e querelas, ajustadas, alfim, as lindes em litígio, podem, hoje, os três povos irmãos, argentinos, uruguaios e brasileiros, estenderem-se os braços num grande amplexo de paz sul-americana, caminhando para um futuro cada vez mais amigo e fraterno”.

Nossa modesta tese tinha por mira repelir as pretensões de um outro escritor platino, o sr. Vicente G. Quesada, que em sua obra “História Diplomática Latino-Americana” — “La Política del Brasil con las Republicas del Rio de la Plata” — tomo 2.º, — quis demonstrar direitos da Argentina sobre os Sete Povos das Missões, baseado no Tratado Preliminar de Limites de 1777, tratado êsse que, além de ser preliminar, portanto, não definitivo, ficou nulo para sempre com a guerra de 1801 e a paz de Badajóz.

Muito de propósito nos referimos, na precitada tese, às nossas raízas com o Uruguai, a vôo de pássaro, de tal forma julgamos perfeitos os tratados com o vizinho país celebrados em 1851 e 1909, êste último verdadeiro gesto de amizade do Brasil, dando-lhe o condomínio das águas da Lagôa Mirim e rio Jaguarão, inclusive as ilhas de Santana, Jacinto e Diniz

no Jaguarão e parte das do grupo chamado Taquarí, na Lagôa Mirim.

Com surpresa, entretanto, deparámos no trabalho do sr. Aguiar o desejo de formular novos pedidos ao Brasil, alegando, para isso, fracas razões. Assim, seguia o sr. Aguiar nas águas do sr. Vicente G. Quesada, revivendo velhas pendências, felizmente há muito liquidadas e com bastante honra para sua pátria.

Em boa hora, aparece o livro do sr. coronel Souza Docca, que refuta, ponto por ponto, com argumentação cerrada e sólida, as alegações do autor de "Nuestra Frontera con el Brasil", à luz da história, da geografia e do direito internacional, demonstrando como a posse do Brasil é firme e legal sobre as regiões pretendidas.

Querem os leitores saber o que deseja o sr. Aguiar? Nada menos que — a) o quadrilátero conhecido por Chuy-S. Miguel; b) o restante das ilhas do grupo Taquarí, na lagôa Mirim; c) o Rincão de Artigas; d) finalmente, a Ilha Brasileira, da bôca do Quarai.

A cada um dêsses pontos, responde o sr. cel. Souza Docca, apresentando farta documentação que prova o nosso domínio legal e moralmente.

Não nos é possível aqui pôr autor frente a autor, página ante página de um e outro escritor, porque isto daria matéria para outro livro e os estudiosos do assunto poderão adquirir as duas obras para confrontá-las.

Amamos muito o Uruguai, consideramos o seu povo um povo irmão por muitos títulos — afinidade racial, histórica, religiosa, econômica, etc., — mas, isto não nos pode privar de defender o que é nosso com tôdas as formas de que dispomos. Esta questão de pedir, aliás, é perigosa, porque, nessa marcha, nós poderíamos dizer que o território onde assenta o forte de S. Miguel deveria nos pertencer, em que pese à opinião do sr. Buenaventura Caviglia (hijo), assim como a zona compreendida entre Quarai e o Arapeí, sobre os quais muitos dos nossos patrícios, em presença de boa documentação, admitiam o "uti-possidetis", na ocasião do tratado de 1851 e depois dêle.

Achamos, porém, que, hoje, essas regiões são bem uruguaias, como bem brasileiras são aquelas sobre as quais o sr. Aguiar andou a fazer projetos e conjecturas.

É verdade que o ilustre escritor uruguaio escreveu: “não discutirei, não rechaçarei, não negarei nem em forma nem em aspecto algum, o direito perfeito, legal, contratual, que o Brasil possa alegar para possuir os quatro pedaços de nosso território oriental, bem pequenos, por certo, que tenho assinalado”. Como se vê, não negando o nosso direito, acha que esses pequenos trechos de terra são território oriental...

Chegando ao fim do seu completo e brilhante trabalho sobre os limites do Brasil com o Uruguai, escreve o sr. cel. Souza Docca, que “a história tem que ser verdadeira e justa, ou seja, segundo a definição da Justiça no Direito Romano: a vontade firme e perpétua de dar a cada um o que lhe pertence”.

E é assim, ajuntamos nós, que os homens do Brasil e o próprio Brasil querem viver.

De P. A.

HISTÓRIA DO TEATRO BRASILEIRO.

A Comissão de Teatro Nacional, que, supomos, funciona junto ao Instituto do Livro, em boa hora criado pelo Ministério da Educação, houve por bem premiar o livro sob o título acima, de autoria do sr. Lafayette Silva, que foi o único candidato ao prêmio instituído por aquele ministério para ser concedido à melhor obra sobre Teatro.

Mereceu, por certo, o prêmio o autor do presente trabalho, pois conseguiu reunir importantes achegas e dêsse modo esboçar uma história do teatro nacional, desde os mais remotos tempos até os dias vertiginosos e agitados que estamos vivendo. Através desta obra acompanhamos a marcha ascendente de nosso teatro desde o tempo das peças do judeu Antônio José, ainda ao sabor dos “autos” de Gil Vicente, até o nosso teatro

de hoje, de alta-comédia, de peças de tese, ao sabor pirandelliano.

Neste volume encontramos notícia sobre autores e atores, e por êle perpassam as sombras dos que encheram noitadas brilhantes à luz da ribalta, sob os aplausos de platéias de príncipes e nobres, movendo-se, ainda iluminados pelos aplausos de outrora, os manes de João Caetano, Furtado Coelho, Ismênia dos Santos e tantos outros. Mas trás também o eco das vitórias de nossos dias de um Leopoldo Fróis, de uma Abigail Maia, de uma Dulcina, de um Procópio Ferreira...

Teatros de declamação, de óperas, de operetas, de dança, companhias estrangeiras célebres que visitaram o Brasil, tudo está registado neste livro, ao lado da história das primeiras casas de espetáculos do Brasil, seu esplendor, ocaso e desaparecimento.

Um trabalho, como o que nos apresenta o sr. Lafayette Silva, de tão amplas proporções, pelo período que estudou e pelos vários gêneros teatrais que pôs em foco, não poderia ser perfeito, devido, principalmente, à dificuldade de elementos informativos. Mas, o que fêz foi muito e representa louvável esforço, que merece fartos aplausos.

De P. A.

OS FUNDADORES.

Quando, no ano passado, o benemérito Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro comemorou a passagem do primeiro centenário de sua fundação, realizou um grande congresso de história, ao qual concorreram inúmeros escritores de todos os recantos do Brasil. E o sr. Feijó Bittencourt, sócio efetivo do referido Instituto, quis também concorrer com um trabalho, que assinalasse a efeméride gloriosa. Foi feliz na escolha da tese, o ilustre historiador patricio. Que melhor homenagem ao Instituto, que homenagear a memória dos seus fundadores, tirando-os do olvido? Foi o que fêz neste formoso livro, pelo qual remontamos aos tempos agitados do Brasil Reino, do Brasil da Independência e da Regência, pois

quase todos os fundadores de nosso Instituto foram figuras destacadas daqueles tempos, de lutas e paixões, de ação e inteligência, em que os sonhos dos nossos primeiros mártires nacionais se corporificava e se plasmava a nossa nacionalidade. Espectros como os de Tôrres Alvim, Feliciano Fernandes Pinheiro, Cunha Matos, Januário da Cunha Barbosa, Araújo Viana, José Clemente Pereira, Aureliano de Souza, Araújo Viana, Montezuma, Joaquim Caetano e tantos outros vêm à nossa cabeceira, no silêncio da noite, pegam-nos pela mão e levam-nos até êsse pretérito glorioso, como a querer que vivamos outra vez aqueles dias e sintamos, com êles, as paixões e os sonhos de glória que os empolgou.

O sr. Feijó Bittencourt tem grandes qualidades de biógrafo. Sabe enquadrar seus personagens, na moldura do tempo, dando a cada um o relêvo merecido. Daí êsse sortilégio de fazer com que os seus biografados arrastem-nos para trás e nos façam mergulhar no passado, vivendo, com êles, a sua vida. Reputo uma das melhores contribuições levadas ao Instituto Histórico Brasileiro, por ocasião da passagem do primeiro centenário de sua criação, êsse belo trabalho do sr. Feijó Bittencourt.

De P. A.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

— BOLETIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, — Ns. 52, 53, 54 e 55 — Dezembro de 1938, janeiro, fevereiro e março de 1939. — Departamento de Estatística e publicidade do Ministério do Trabalho — Rio de Janeiro.

— ANAIS DO ITAMARATÍ — Ministério das Relações Exteriores. — Direção de Aurélio Pôrto. — Volumes, III e IV — 1938 — Rio de Janeiro.

— INDICADOR ALFABÉTICO DOS ATOS OFICIAIS GERAIS referentes ao Ministério da Guerra — Imprensa Militar, Rio de Janeiro, 1938.

— CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO (do) INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO — 1838 — 21 de outubro — 1938. — Coletânea de notas sôbre as festas centenárias do Instituto. — Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1939.

— REGISTO GERAL DA CÂMARA DA CIDADE DE S. PAULO — 1838. — Prefeitura de S. Paulo — Vol. XXVIII — Departamento de Cultura — 1939.

— REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL — Vol. LIV — Prefeitura do Município de S. Paulo — Departamento de Cultura — 1939.

— REVISTA DAS ACADEMIAS DE LETRAS — Órgão da Federação das Academias de Letras do Brasil — Rio de Janeiro — Ns. 8 a 10 — Ano III — Março, abril e maio de 1939.

— REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIA, LETRAS E ARTES DE CAMPINAS — “Número dedicado à memória do saudoso campineiro sr. Bento Quirino dos Santos”. — 18 de dezembro de 1938 — Campinas, Estado de S. Paulo — Redigente: prof. Jorge Leme.

— BOLETIN DE LA SOCIEDAD GEOGRAFICA NACIONAL — Tomo LXXVI — N.º 7 — Julio de 1936 — Madrid, 1936.

— AEVUM — Anno XIII — Fasc. 1-2 — Gennaio — Giugno 1939 — Direzione e Amministr.: Piazza S. Ambrogio, 9 — Milano (3/20).

— IBERO - AMERIKANISCHES ARCHIW — Jahrgang XII — Januar 1939 — Heft 4. — Ibero-Amerikanisches Institut, Berlin.

— BOLETIN DEL ARCHIVO GENERAL DEL GOBIERNO — Tomo IV — Ns. 2 e 3 — Guatemala, C. A. — Enero e Abril de 1939.

— BOLETIN DEL ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN — Año 1 — N.º 4 — Vol. 1 — Ciudad Trujillo — S. Domingo — 30 de diciembre de 1938.

— REVISTA DEL COLEGIO NACIONAL "VICENTE ROCAFUERTE" — Año XV — Enero-diciembre de 1938 — N.º 48 — Guayaquil.

— BOLETIM DE HISTORIA Y ANTIGUEDADES — Organó de la Academia Colombiana de Historia — Bogotá — Enero de 1939 — Ns. 291-292 — Volumen XXVI — Acompanha o Índice do Vol. XXV (1938).

— IDEARIUM — Organó de la Escuela Normal de Occidente — Vol. II — Pasto (Colombia), Enero de 1939 — N.º 17.

— BOLETIN DE FILOLOGIA — Instituto de Estudios Superiores — Tomo II — Ns. 8-9 — Setiembre-diciembre — 1938 — Montevideo — Uruguay.

— BOLETIM DEL INSTITUTO DE CULTURA LATINO AMERICANA de la Facultad de Filosofia y Letras — Universidad de Buenos Aires — Año III — Buenos Aires, marzo-abril de 1939 — N.º 14.

— CENTRO DE ESTUDIOS HISTORICOS — Universidad Nacional de La Plata. — La Plata, Rep. Argentina, 1938.

— GEOGRAPHICAL REVIEW — Published by The American Geographical Society of New York — Vol. XXIX — April, 1939 — N.º 2.

— ASISTENCIA SOCIAL — Mexico, D. F., 15 de marzo de 1939 — III Epoca — N.º 30 — Publicación Quincenal.

ÍNDICE

I TRIMESTRE:

A fundação do Rio Grande e o monumento a Silva Pais.....	3
As primeiras reduções jesuíticas no Rio Grande do Sul, pelo coronel Jônatas da Costa Rego Monteiro.....	15
O centenário do Marechal de Ferro, pelo capitão De Paranhos Antunes	47
Nota paleontológica. Fóssil de Farroupilha, pelo dr. J. A. Tupí Caldas	63
Uma carta do contra-almirante José de Aguiar.....	79
Reminiscências Históricas por J. O. Pinto Soares.....	97
Nótulas bibliográficas	107

II TRIMESTRE:

Coronel J. C. Rego Monteiro.....	141
Plácido de Castro — Castilhos Goycochea.....	149
Estado do Rio Grande do Sul (Síntese Geográfica), por J. Tupí Caldas	169
O levante dos Dragões do Rio Grande em 1742, — pelo Gal. J. Bor- ges Fortes	217
A Região Serrana e seu povoamento, — por Pedro Castello Saccarello	225
Velho Epistolário, — por Manuel Duarte.....	241
Contribuição ao Estudo de nossa Toponímia, — por Quirino Nunes Pereira	249
Nótulas Bibliográficas	253

GEOGRAFIA:

Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Dr. João Maia.
Capitão Dioclecio de Paranhos Antunes.
Dr. Alcides Maia.

ARQUEOLOGIA, ETNOGRAFIA E PALEONTOLOGIA:

Prof. Jaci A. L. Tupi Caldas.
Dr. Mario Teixeira de Carvalho.
Prof. Jorge Bahlis.
Dr. Armando Dias de Azevedo.

FOLCLORE E LÍNGUA DOS INDÍGENAS:

Cel. Manoel de Faria Correia.
Prof. Valter Spalding.
Dr. Dante de Laytano.
Manoelito d'Ornelas.

ESTATUTOS E COMISSÃO DA REVISTA:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Cel. E. F. de Souza Doca.
Prof. Othelo Rosa.
Dr. Eduardo Duarte.

ADMISSÃO DE SÓCIOS:

Dr. Armando Dias de Azevedo.
Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Cel. Gaston Hasslocher Mazon.
Dr. Eduardo Duarte.

Condições de assinatura da Revista:

Por ano	15\$000 rs.
Por fascículo trimestral	4\$000 rs.

Fascículos atrasados, preço da tabela existente na secretaria

Para assuntos da Revista dirigir-se diretamente ao Dr. Eduardo Duarte, à rua Duque de Caxias n.º 1231. Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.